



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**PAPEL, FUNÇÕES E IMPORTÂNCIA DOS
COORDENADORES PEDAGÓGICOS
UNIVERSITÁRIOS NO SUCESSO ACADÉMICO
DA ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DA
LUNDA NORTE E ESCOLA SUPERIOR
POLITÉCNICA DA LUNDA SUL - ANGOLA**

Miguel Pascoal, N.º10183

Orientação: Prof^ª. Doutora Marília Evangelina Sota

Favinha

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização: Administração e Gestão Educacional

Dissertação

Évora, 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**PAPEL, FUNÇÕES E IMPORTÂNCIA DOS
COORDENADORES PEDAGÓGICOS
UNIVERSITÁRIOS NO SUCESSO ACADÉMICO
DA ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DA
LUNDA NORTE E ESCOLA SUPERIOR
POLITÉCNICA DA LUNDA SUL - ANGOLA**

Miguel Pascoal, N.º10183

Orientação: Prof^ª. Doutora Marília Evangelina Sota

Favinha

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização: Administração e Gestão Educacional

Dissertação

Évora, 2013

DEDICATÓRIA

Pois enquanto eu viver vou testemunhar o amor que a minha vida seja prova de existência do Senhor. Por isso cada passo que eu der é oferta de louvor.

“Digo ao Senhor: Tu és o meu Senhor; outro bem não possuo, senão a ti somente.”(Salmos 16;2)

Dedico este trabalho à minha esposa, filhos e irmãos que desde da minha inserção na vida académica, há quase uma década, não têm tido um companheiro com a disponibilidade que desejariam. A compreensão e dispensa tácita do tempo que era deles e que não lhes dediquei, para poder concretizar sonhos, demonstrou ao longo deste tempo, especialmente o seu zelo e estímulo sem os quais não teria conseguido marcar passos.

Dedico também ao meu Pastor, Sua Reverendíssimo Bispo Manuel Inocêncio de Sousa (Dya Kenda) e a meus irmãos em Cristo da Igreja dos Primogénitos Evangélica Universal - IPEU, que nunca deixaram de orar por mim pela protecção e visão de Deus, para que não andasse sem Cristo como meu Senhor durante o percurso aproximado de 2.600 Km que sempre fiz de Dundo/Luanda/Dundo.

Obrigado

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, a Professora Doutora Marília Favinha, o que pelo seu profissionalismo, me ajudou a caminhar para novos horizontes e pelo sentido crítico com que orientou este trabalho e os resultados que poderão advir de sua aplicabilidade futura.

Agradeço ao Colégio Reitoral da Universidade Lueji A'NKonde – ULAN, e em especial ao Magnífico Reitor, Professor Doutor Samuel Carlos Victorino, não só pelo seu profissionalismo, preocupação e incentivo moral que me foi cedido. Aos Directores e Docentes das Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte - ESPLN e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul – ESPLS, que pela sua paciência em ouvir os meus incómodos em detrimento dos seus afazeres.

Um agradecimento particular ao MSc. Infeliz Coxe da Escola Superior Politécnica de Malange que deu-me força de terminar a pesquisa em tempo certo.

ÍNDICE GERAL

<i>DEDICATÓRIA</i>	<i>II</i>
<i>AGRADECIMENTOS</i>	<i>III</i>
<i>ÍNDICE GERAL</i>	<i>IV</i>
<i>ÍNDICE DE QUADROS</i>	<i>VII</i>
<i>ÍNDICE DE GRÁFICOS</i>	<i>VIII</i>
<i>ÍNDICE DE ORGANOGRAMAS</i>	<i>VIII</i>
<i>ÍNDICE DE ABREVIATURAS</i>	<i>IX</i>
<i>RESUMO</i>	<i>XI</i>
<i>ABSTRAT</i>	<i>XII</i>
<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>13</i>
<i>1. OBJETO DE ESTUDO</i>	<i>13</i>
<i>2. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO</i>	<i>13</i>
<i>3. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO</i>	<i>14</i>
<i>4. OBJETIVO DE INVESTIGAÇÃO</i>	<i>14</i>
<i>5. OPÇÕES METODOLÓGICAS</i>	<i>15</i>
<i>6. PARTICIPANTES NO ESTUDO</i>	<i>17</i>
<i>7. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO</i>	<i>18</i>
<i>8. RELEVÂNCIA DO PROJETO</i>	<i>18</i>
<i>9. DISCUSSÃO E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO</i>	<i>19</i>
<i>10. RESULTADOS ESPERADOS COM A INVESTIGAÇÃO</i>	<i>20</i>
<i>11. ESTRUTURA DO TRABALHO</i>	<i>21</i>
PARTE I	24
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	24
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO	
SUPERIOR EM ANGOLA	25
<i>1.1. ESTRUTURA COLONIAL DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA</i>	<i>25</i>
<i>1.2. ENSINO SUPERIOR APÓS A INDEPENDÊNCIA</i>	<i>27</i>
<i>1.3. ENSINO SUPERIOR NA FASE DA DEMOCRACIA EM ANGOLA</i>	<i>28</i>
<i>1.4. UNIVERSIDADE LUEJI A`NKONDE (ULAN) - REGIÃO ACADÉMICA IV</i>	<i>30</i>
<i>1.4.1. Estrutura Horizontal do Processo de Ensino Aprendizagem da ULAN</i>	<i>32</i>
<i>1.4.2. Relação do Pesquisador com a Universidade – ULAN</i>	<i>33</i>

CAPÍTULO II COORDENADOR PEDAGÓGICO	35
2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO	35
2.2. COORDENADOR PEDAGÓGICO UNIVERSITÁRIO: CONCEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	39
2.2.1. <i>Papel do Coordenador Pedagógico Universitário no Processo de Ensino-Aprendizagem do Subsistema do Ensino Superior</i>	<i>42</i>
2.2.2. <i>Vínculo do Coordenador Pedagógico na Gestão Escolar.....</i>	<i>48</i>
2.2.3. <i>Autonomia do Coordenador Pedagógico no planeamento do processo de ensino-aprendizagem.....</i>	<i>53</i>
2.2.3.1. <i>Papel e Ação do Coordenador Pedagógico Universitário</i>	<i>54</i>
2.2.3.2. <i>Trinómio - Direção - Ensino e Coordenador Pedagógico Universitário</i>	<i>56</i>
2.2.3.3. <i>Função do Coordenador Pedagógico Universitário e a Aprendizagem Significativa.....</i>	<i>57</i>
PARTE II.....	63
METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	63
CAPÍTULO III- OPÇÕES METODOLÓGICAS	64
3.1. CONTEXTO DA PESQUISA E PARTICIPANTES.....	64
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DA LUNDA NORTE.....	66
3.3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR POLITÉCNICA DA LUNDA SUL	69
CAPÍTULO IV - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.....	71
4.1. PROCEDIMENTO DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS	71
4.2. INSTRUMENTO DE PESQUISA QUANTITATIVA	72
4.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	74
4.3.1 <i>Caracterização dos Participantes</i>	<i>74</i>
4.3.2. <i>Níveis de Análise de Perceções de Resultados Quantitativos.....</i>	<i>77</i>
4.3.2.1. <i>Primeiro nível de análise.....</i>	<i>78</i>
4.3.2.2 <i>Triangulação do Primeiro Nível de Análise dos Resultados</i>	<i>87</i>
4.3.2.3 <i>Segundo Nível de Análise</i>	<i>88</i>
4.3.2.4 <i>Triangulação do Segundo Nível de Análise (Rácios)</i>	<i>93</i>
4.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA QUALITATIVA	94
4.4.1 <i>Resultado das Questões de Entrevistas.....</i>	<i>101</i>
4.4.2 <i>Triangulação dos Resultados de Entrevistas.....</i>	<i>110</i>

CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES E SUGESTÕES FUTURAS.....	113
6.1. CONCLUSÕES.....	113
6.2. SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	117
BIBLIOGRAFIA	120
LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....	122
ANEXOS.....	123
ANEXO 1- CARTA DIRIGIDA AO MAGNIFICO REITOR DA ULAN	123
ANEXO 2- RESPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DO MAGNIFICO REITOR DE RECOLHA DE DADOS	123
ANEXO 3- INSTRUMENTO DE RECOLHA, QUESTIONÁRIO	123
ANEXO 4- BLOCO DE PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO.....	123
ANEXO 5- INSTRUMENTO DE RECOLHA, ENTREVISTA.....	123
ANEXO 6 A 14- GUIÃO DAS ENTREVISTAS E ENTREVISTAS DE 7 A 14.....	123
ANEXO15- LINHAS MESTRAS PARA MELHORIA DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTRO Nº 04/07)	123

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Vagas propostos para os primeiros candidatos na abertura da ESPLN	67
Quadro 2 - Acréscimo de vagas propostos para os primeiros candidatos na abertura da ESPLN	67
Quadro 3 - Inscrições dos primeiros candidatos na abertura da ESPLN	68
Quadro 4 - Vagas propostos para os primeiros candidatos na abertura da ESPLN	69
Quadro 5 - Evolução estudantil de 2005-2013 da ESPLS	70
Quadro 6 – Índice de distribuição de retorno dos questionários	73
Quadro 7 - Distribuição das habilitações literárias	74
Quadro 8 - Distribuição dos participantes quanto ao género	75
Quadro 9 - Distribuição dos participantes quanto à nacionalidade.....	76
Quadro 10 - Distribuição dos participantes quanto ao nível de ensino e situação laboral	76
Quadro 11 - Índice percentual da questão1. O Coordenador Pedagógico Universitário deve ter o seguinte Perfil (alguns indicadores).....	79
Quadro 12 - Índice percentual da questão 2. As Funções do Coordenador Pedagógico Universitário (alguns indicadores)	80
Quadro 13 - Índice percentual da questão3 Na sua opinião a categoria de Coordenador Pedagógico Universitário não é valorizada no Ensino Superior por razões de:	81
Quadro 14 - Índice percentual da questão 4 Os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos.	82
Quadro 15 - Índice percentual da questão 5 O papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é nulo para valorizar as competências relacionadas:	84
Quadro 16 - Índice percentual da questão 6 Os Coordenadores Pedagógicos e professores têm a importância fundamental da ação pedagógica e didática nas diferentes correntes	85
Quadro 17 - Índice percentual da questão 7 O professor sem o papel dos Coordenadores Pedagógicos é possível a promoção da educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos:	86
Quadro 18- Perfil do Coordenador Pedagógico Universitário.....	88
Quadro 19 - Questão 2. Funções do Coordenador Pedagógico Universitário	89
Quadro 20 - Questão 3. Valorização e reconhecimento do Coordenador Pedagógico Universitário	90
Quadro 21 - Questão 4. Articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o Coordenador Pedagógico Universitário	90
Quadro 22 - Questão 5. Nulidade do papel do Coordenador Pedagógico Universitário	91
Quadro 23 - Questão 6. O papel do Coordenador Pedagógico Universitário e do professor nas ações pedagógicas e didáticas	92
Quadro 24 - Questão 7. O professor sem o CPU e possível a promoção da educação integral dos alunos	93
Quadro 25 - Quadro Analítico sobre as Funções e Importância dos Coordenador Pedagógico Universitário no Sucesso Académico.....	95
Quadro 26 - Grelha da entrevista destinada aos membros do Colégio Reitoral e Diretores Gerais e Diretores Gerais Adjuntos	96
Quadro 27 - Grelha de categorização do conteúdo das entrevistas.....	102

Quadro 28 - Grelha de categorização de unidade de análise do conteúdo das entrevistas	107
---	-----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resumo percentual de retorno dos inquéritos	73
Gráfico 2 - Distribuição das habilitações literárias.....	75
Gráfico 3 - Distribuição dos participantes quanto ao género.....	75
Gráfico 4 - Distribuição dos participantes quanto à nacionalidade	76
Gráfico 5 - Distribuição dos participantes quanto ao nível de ensino	77
Gráfico 6 - Distribuição dos participantes quanto à situação laboral	77
Gráfico 7 - Questão 1. O Coordenador Pedagógico Universitário deve ter o seguinte Perfil (alguns indicadores).....	79
Gráfico 8 - Questão 2. As Funções do Coordenador Pedagógico Universitário (alguns indicadores)	80
Gráfico 9 - Questão nº 3 Opinião a categoria de CPU que não é valorizada no Ensino Superior	81
Gráfico 10 - Questão nº 4. Os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos	83
Gráfico 11- Questão O papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é nula para valorizar as competências:	84
Gráfico 12 - Questão 6 Os Coordenadores Pedagógicos e professores têm a importância fundamental da ação pedagógica e didática nas diferentes correntes.....	85
Gráfico 13 - Questão 7 O professor sem o papel dos Coordenadores Pedagógicos é possível a promoção da educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos.....	86
Gráfico 14 - Rácio da questão 1	88
Gráfico 15 - Rácio da questão 2	89
Gráfico 16 -Rácio da questão 3	90
Gráfico 17 - Rácio da questão 4	91
Gráfico 18 - Rácio da questão 5	91
Gráfico 19 - Rácio da questão 6	92
Gráfico 20 - Rácio da questão 7	93

ÍNDICE DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1- Estrutura de gestão do processo de ensino-aprendizagem.....	33
--	----

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

- ANTEX** – Empresa que contrata docentes Cubanos
- CEDS** – Centro de Estudos de Desenvolvimento Social
- CIMETOX** – Centro de Informação Médica de Toxologia
- CP**– Coordenador Pedagógico
- CPSUAC** – Comissão Permanente Senado Universitário para os Assuntos Académicos
- CPU** – Coordenador Pedagógico Universitário
- DAAC** - Departamento dos Assuntos Académicos
- DEI** – Departamento de Ensino e Investigação
- ESA** – Ensino Superior Angolano
- ESPLN** – Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte
- ESPLS** - Escola Superior Politécnica da Lunda Sul
- ESPM** - Escola Superior Politécnica de Malange
- ESPOLN** - Escola Superior Politécnica da Lunda Norte
- FC** - Faculdade de Ciências
- FCA** - Faculdade de Ciências Agrárias
- FD** - Faculdade de Direito
- FE** - Faculdade de Economia
- FE** - Faculdade de Engenharia
- FM** - Faculdade de Medicina
- FMM** - Faculdade de Medicina de Malange
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- IPEU** – Igreja dos Primogénitos Evangélica Universal
- IRI** - Instituto de Relações Internacionais
- ISCED** - Instituto Superior de Ciências de Educação
- ISPRA** - Instituto Privado de Angola
- MES** - Ministério do Ensino Superior
- PDE** – Processo Docente Educativo
- PEA** – Processo de Ensino Aprendizagem
- SES** – Sistema de Ensino Superior
- UA** - Universidade de Angola
- UAN** - Universidade Agostinho Neto - Região Académica I
- UCAN** - Universidade Católica de Angola
- UJES** - Universidade José Eduardo dos Santos - Região Académica V
- UKB** - Universidade Katyavala Buila - Região Académica II
- UKV** - Universidade Kimpa Vita - Região Académica VII
- ULAN** - Universidade Lueji A Nkonde - Região Académica IV
- UMN** - Universidade Mandume Ya Ndemofayo - Região Académica VI

UNIA - Universidade Independente de Angola

UNIPIAGET - Universidade Jean Piaget de Angola

UNLA - Universidade Lusíada de Angola

UO - Unidade Orgânica

UON - Universidade 11 de Novembro - Região académica III

RESUMO

O propósito desta investigação é o de contribuir para a análise e compreensão crítica do papel, das funções e da importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no sucesso académico da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, em Angola.

Hoje em dia um dos grandes desafios do trabalho do Coordenador Pedagógico Universitário na orientação do professor no Processo de Ensino-Aprendizagem (PEA) é o seu papel quanto à valorização do registo e análise das observações da prática docente, do conteúdo trabalhado na procura da relação teoria /prática que se possa traduzir em resultados significativos para o aluno.

É neste cenário de falta de Coordenadores Pedagógicos na Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, como possíveis propiciadores do sucesso do PEA, que colocamos o seguinte problema de investigação:

Qual é o papel, as funções e a importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários e de que forma se pode pensar a sua existência e influência no sucesso do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior Angolano (ESA)?

Dada a importância atribuída ao que pensam professores, alunos, encarregados de educação e diretores escolares sobre a problemática em apreço, optámos por realizar um estudo de natureza qualitativa para o qual foram utilizados como instrumentos de recolha de dados o questionário e a entrevista. Os principais resultados esperados serão o contributo para a compreensão dos modos de trabalho mais apropriados de modo a proporcionar e influenciar o sucesso do ensino.

Palavras-Chave: Currículo, Competências, Papel do Coordenador Pedagógico, Sucesso Escolar, Ensino-Aprendizagem, Sistema de Ensino Superior Angolano.

ABSTRACT**ROLES FUNCTION AND IMPORTANCE OF ENGINEERS TEACHING STUDENTS IN ACADEMIC SUCCESS OF SCHOOL TEACHING OF SUPERIOR LUANDA NORTE AND LUANDA SUL POLYTECHNIC SCHOOL - ANGOLA**

The purpose of this research is to contribute to the analysis and critical understanding of Functions and Importance of Engineers Pedagogical University in the academic success of the Pedagogical College of Lunda North and Polytechnic College of Southern Lunda in Angola.

Nowadays one of the great challenges of the work of the Coordinating Pedagogical University in guiding the teacher in the Teaching-Learning Process (SAP) is its role as the appreciation of the recording and analysis of observations of teaching practice, the content taught in the search of the relationship theory / practice that can deliver significant results to the student.

It is this lack of educational coordinators in the School of Pedagogical and Lunda North Superior Polytechnic School of Lunda South scenario as potential enablers of success of the SAP, we put the following research problem:

What are the roles, functions and importance of the Pedagogical University Coordinators and how one may think of their existence and influence on the success of the teaching- learning process in Higher Education Angolan (ESA)?

Given the importance attributed to think that teachers, students, parents and school principals about the important issues at hand, we chose to conduct a qualitative study for which they were used as instruments for data collection questionnaire and interview. The main expected results will contribute to the understanding of the most appropriate ways of working to provide influence and successful teaching.

Keywords: Curriculum, Competencies, Role of Educational Coordinator, School Success, Teaching and Learning in Higher Education Angolan System.

INTRODUÇÃO

1. OBJETO DE ESTUDO

A temática da conceção dos CPU é um indicador novo como objeto de estudo na Universidade Lueji A Nkonde, nomeadamente na Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (ESPLN) e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul (ESPLS) nesta dissertação.

Segundo Carneiro (2006) as responsabilidades pedagógicas e administrativas que hoje deveriam ser arremetidas como inovação nesta estrutura para melhor clarificação do PEA para terem um peso no sucesso académico dos alunos, leva-nos que seja possível identificar, as desvantagem da prática académica com ausência dos CPU, no Departamento de Ensino e Investigação (DEI), na Regência de Cadeiras, Ano e ou Semestre.

Face as exigências que se colocam ao nível das estruturas de DEI, que são inúmeras, para acompanhamento do ensino e mediação entre professor /aluno propomos as seguintes questões, cujo objeto se centra nas 26 perguntas do quadro de questionário que utilizamos e que foi dividido em 7 categorias, (anexo nº 3).

2. PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

O sucesso do processo de ensino-aprendizagem (académico), necessita de um enquadramento político legal que se encontra no Decreto Presidencial nº 242/11, artigos 53 ponto 1 alínea d) e f), e 55 ponto 1 alínea d) e f). Dada a ausência do Coordenador Pedagógico Universitário, para organizar e promover a preparação e integração pedagógica dos professores, propiciando o seu desenvolvimento profissional, pensamos que a existência destes gestores intermédios seria fundamental na pesquisa e no diagnóstico para propor alternativas e soluções para os problemas, com a devida sustentação teórica/prática.

Esta ação propiciaria ao professor orientação que o direcione no Sistema Educativo Superior Angolano à análise crítica e contextualizada da dinâmica de práticas pedagógicas na organização do PEA, para formação de competências profissionais em docência universitária, incidindo na formação académica dos professores e alunos, e na elevação da qualidade do processo docente educativo das instituições.

A falta de Coordenadores Pedagógicos na Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, como possíveis propiciadores do sucesso do PEA, coloca-nos o seguinte problema de investigação:

Qual é o papel, as funções e a importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários e de que forma se pode pensar a sua existência e influência no sucesso do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior Angolano (ESA)?

3. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

As questões de investigação são as seguintes:

Questão 1 -Como se tem organizado o processo de ensino-aprendizagem da escola sem Coordenadores Pedagógicos?

Questão 2 -Que importância poderia ter os Coordenadores Pedagógicos nas instituições universitárias?

Questão 3 -Que implicações poderiam provocar no processo de ensino-aprendizagem a existência de Coordenadores Pedagógicos Universitários?

Se a Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN) deliberar a criação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários melhorar-se-á o Processo de Ensino-Aprendizagem nas Unidades Orgânicas?

Estas questões e outras que desdobramos no questionário que aplicamos, dada a sua abrangência constituem o leque de questões de investigação que dirigimos aos Professores, Diretores das escolas pesquisadas e membros do Colégio Reitoral da ULAN.

4. OBJETIVO DE INVESTIGAÇÃO

Este projeto está diretamente relacionado com as expectativas da implementação de Coordenadores Pedagógicos Universitários (CPU) nas Unidades Orgânicas (UO), onde a mediação do professor e aluno na aprendizagem possa ter sua ação constante, com observações, reflexões, para ampliação e aprofundamento do sucesso académico. *“A mudança na escola só se dará quando o trabalho for coletivo, articulado entre todos os atores da comunidade escolar, num exercício individual e grupal de trazer as concepções, compartilhá-las, ler as divergências e as convergências e, mediante esses confrontos, construir o trabalho. O coordenador como um dos articuladores desse*

trabalho precisa ser capaz de ler, observar e congregar as necessidades dos que atuam na escola” (Orsolon, 2003, p. 21).

Resgatar esta experiência para um papel reflexivo talvez seja um dos grandes desafios do trabalho do Coordenador Pedagógico Universitário na orientação do professor no Processo de Ensino-Aprendizagem (PEA), fazendo dela a sua pesquisa ação, valorização do registo e análise das observações da prática docente, do conteúdo trabalhado e a busca da relação teoria /prática que ela possa traduzir-se em resultados significativos para o aluno. É, portanto, a verificação deste pressuposto que nos propomos a analisar, com a elaboração dos seguintes objectivos:

Objetivo 1 - Saber se têm organizado o processo de ensino-aprendizagem da escola sem Coordenadores Pedagógicos;

Objetivo 2 – Conhecer que importância poderiam ter os Coordenadores Pedagógicos nas instituições universitárias;

Objetivo 3 – Identificar que implicações poderiam provocar no processo de ensino-aprendizagem a existência de Coordenadores Pedagógicos Universitários.

5. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Numa primeira fase a metodologia utilizada recai a revisão da literatura sobre as fases, e o percurso do ensino superior em Angola, conceitos e papel de Coordenador Pedagógico, e de avaliação de desempenho, com o objetivo de examinar o referencial teórico do suporte da investigação.

Na segunda fase, deu-se primazia a construção da problemática, os objetivos a atingir, o enquadramento teórico do presente estudo e as delimitações ao nível dos tempos e dos sujeitos da investigação, optámos por um estudo que fosse de metodologias quantitativas e qualitativas, no qual a estratégia de investigação privilegiada foi o inquérito por questionário e a entrevista.

Concordamos com Moreira (2009), ao propor que os métodos qualitativos e quantitativos, quando conjugados produzem uma contribuição à investigação, onde arquitetámos um questionário com itens de resposta fechada, para aplicar aos professores elaborados a partir dos principais aspetos que poderiam trazer um

diagnóstico sobre a possibilidade de implementação destes profissionais, que figura nos normativos.

O questionário (com perguntas fechadas) está estruturado em sete partes e inclui um texto introdutório que contém informações acerca da intenção da investigação e o compromisso da confidencialidade dos dados. Na primeira parte solicita informações sobre os dados pessoais e profissionais dos inquiridos num total de 9 questões: sexo, idade, grau académico, nível de ensino que leciona, situação profissional, DEI em que está vinculado, anos de serviço na docência, exercício de cargo de chefia, (inclui-se os chefes dos DEI como professores) e nacionalidade.

A segunda parte examina o conhecimento e a opinião dos professores em relação ao Papel, Funções e a Importância do Coordenador Pedagógico Universitário no Sucesso Académico. Esta parte contempla sete questões: O Coordenador Pedagógico Universitário deve ter o seguinte Perfil, as Funções do Coordenador Pedagógico Universitário, a opinião sobre a categoria de Coordenador Pedagógico Universitário que não é valorizada no Ensino Superior, os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, o papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é nulo para valorizar as competências, os Coordenadores Pedagógicos Universitários e professores têm a importância fundamental da ação pedagógica e didática nas diferentes correntes, com os professores sem o papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é possível a promoção da educação integral dos alunos.

Cada questão tem um conjunto de perguntas que permite analisar cada uma das 7 dimensões, conforme (anexo 4), (bloco de perguntas do questionário), tendo sido sustentados a partir da Resolução do Conselho de Ministros nº 4/07, de 2 de Fevereiro (Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior) nas suas alíneas m), p) e r), (anexo 15) e das Obrigações Gerais da Área Académica da ULAN, (2012, p.13) sendo assim distribuídos:

Questão 1 - Qual o perfil do Coordenador Pedagógico Universitário?

Questão 2 - Quais as Funções do Coordenador Pedagógico Universitário?

Questão 3 - Porque é que a categoria do Coordenador Pedagógico Universitário não é valorizada no Ensino Superior?

Questão 4 -Os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos Coordenador Pedagógico Universitário?

Questão 5 - Qual o papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários para valorizar as competências pedagógicas?

Questão 6 -Os Coordenadores Pedagógicos os professores têm ou não uma importância fundamental da ação pedagógica e didática?

Questão 7 - Sem o papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é possível a promoção da Educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos?

A validação do questionário (anexo3) legitimou a apreciação e aprovação não só pela orientadora, assim como, do Professor Doutor José Lopes Cortes Verdasca, ambos do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. Foi consequentemente aplicado a um grupo de professores das UO em referência, num total de 48 sendo 19 da ESPLN e 29 da ESPLS, uma população que podemos considerar significativa, no contexto onde realizamos a investigação, a província da Lunda Norte e Lunda Sul.

Para além desta metodologia quantitativa, o questionário, utilizamos também entrevistas semi-directivas, a fim de obtermos dados mais sustentados. Estas entrevistas (anexo5) foram orientadas por um guião previamente elaborado onde os sujeitos do estudo foram convidados a falar do seu percurso formativo, da sua experiência profissional e da necessidade de existência dos CPU nas Instituições de Ensino Superior (IES), exprimindo (...) a sua própria «realidade», na sua própria linguagem, com as suas características conceptuais e os seus próprios quadros de referência Quivy & Campenhoudt citados por Ribeiro & Queirós (2010 p. 87)

6. PARTICIPANTES NO ESTUDO

Os sujeitos de estudos são, professores, membros de direção da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, ambas adstritas a Universidade Lueji A`Nkonde, República de Angola, onde o organigrama não contempla Coordenadores Pedagógicos Universitários, independentemente de o refletirem no seu estatuto orgânico, Decreto Presidencial nº 242/11, artigo 53 ponto 1 alínea d) e f), e 55 ponto 1 alínea d) e f).

Nesta perspectiva, fazem também, parte da pesquisa os membros do Colégio Reitoral da referida Universidade composta de dois membros, dos cinco previstos.

7. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A vivência do pesquisador no contexto acadêmico da ESPLN, durante pelo menos oito anos de exercício técnico profissional no Departamento dos Assuntos Acadêmicos, DAAC, e quatro anos de docência no DEI de Matemática Física (dos quais dois como monitor), fornece - nos subsídios para o desenvolvimento desse projeto de pesquisa e também justificar a escolha do tema.

Neste pressuposto é nossa convicção que o Coordenador Pedagógico Universitário pode incentivar o professor a aprofundar os seus processos de ensino-aprendizagem o interesse em investigar e pesquisar a sua prática educativa.

Assim, pensamos que a institucionalização do CPU pode provocar modificação na prática docente e despertar o desejo de aprofundar e sistematizar os conhecimentos, que vêm sendo consolidados a partir das relações estabelecidas entre o docente e discente, garantindo uma consciência política e social do seu papel profissional. Portanto o tema deste projeto está relacionado com a forma como o Coordenador Pedagógico Universitário pode auxiliar o professor/aluno a refletir e investigar sobre o percurso e as constatações que faz quando se propõe explorar a prática pedagógica.

8. RELEVÂNCIA DO PROJETO

Tendo como tema principal a importância da atuação do Coordenador Pedagógico Universitário no sucesso acadêmico dos alunos, esse estudo tem como expectativa que as práticas do CPU e do professor estejam voltadas para a relação lógica entre a ciência e a construção do conhecimento escolar.

Nesta perspectiva pensamos que o Coordenador Pedagógico Universitário pode incentivar o professor a melhorar os seus processos de ensinar e aprender e o interesse em investigar e pesquisar a sua prática.

Partimos também do pressuposto que o processo de formação do professor pode desencadear as perguntas, que modifiquem a prática e despertem o desejo de aprofundar e sistematizar os conhecimentos, tendo como suporte referenciais que vêm sendo

consolidados desde a sua formação inicial, a partir das relações sociais estabelecidas, garantindo uma consciência do seu papel profissional.

Também esta pesquisa está, relacionado com a formação do professor, utilizando as reflexões realizadas como ferramentas para ampliar as perspectivas de ação em sala de aula.

Diante da oportunidade de actuar junto ao professor, o Coordenador Pedagógico Universitário poderia auxiliá-lo a reflectir e investigar sobre o percurso e as constatações que faz sobre a prática pedagógica a partir das observações da realidade. Os objetivos desta investigação, estão diretamente relacionados às expectativas com relação ao trabalho do Coordenador Pedagógico Universitário junto ao professor quando este se vê diante da necessidade de pesquisar a sua ação constantemente, com observações, reflexões, para ampliação e aprofundamento.

Importa também considerar neste estudo conforme Hernandez (1998), “a visão que o professor tem de sua prática, pois quando aprende um esquema de ação tenta logo aplicá-lo, baseando-se apenas na sua própria experiência”. Resgatar esta experiência para uma conseqüente ação reflexiva, talvez seja um dos grandes desafios do trabalho do Coordenador Pedagógico Universitário.

9. *DISCUSSÃO E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO*

O Ensino Superior Angolano passa por um momento de transição, que exige propostas que assegurem o compromisso de mudança para atender as necessidades da maioria da população académica. No entanto, muitas IES continuam como reprodutoras do modelo a elas impostos e não constituem-se por uma proposta de conteúdos e objetivos dinâmicos para uma prática educativa que conheça os alunos a quem nos propomos educar, atendendo às suas reais necessidades.

O que precisamos é de uma escola transformadora para superar métodos antigos, ausência de controlo, fracasso, exclusão e incompetência técnica. Melhorar as condições de funcionamento dos DEI, no qual o CPU tem importância fundamental no processo de ensino-aprendizagem para explorar metodologias que propiciem ao aluno, a construção, problematização, argumentação, espírito crítico que favoreça a sua criatividade. O desenvolvimento das potencialidades individuais e do trabalho coletivo dos professores e alunos mediado pelo CPU, pode implicar a estimulação da autonomia do aluno, dando-lhe a oportunidade de reconhecer as suas próprias capacidades de interagir com o grupo.

A escolha do tema tem em consideração o processo formativo, porque nele se encerra o verdadeiro sentido desta proposta, onde o CPU e o professor, que têm a prática voltada para a investigação e atuam com reflexão crítica, se podem assumir-se, “*como sujeito também da produção do saber...*” e se convencem “*...definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção*” (Freire, 1996, p. 24).

Este pressuposto pedagógico, é ainda difícil de ser colocado em prática, porque a verdadeira formação está no facto de fornecer constantemente Cursos de Agregação Pedagógica, CAP, na Universidade Lueji A`NKonde ULAN que têm como objetivo a formação pedagógica de professores do Ensino Superior Angolano, para aquisição de técnicas e metodologias, que oferecem oportunidade para o professor tornar-se um profissional, que vive a sua prática socializada em seu grupo e construindo a sua trajetória da sua própria história.

Seria de extrema importância o Coordenador Pedagógico Universitário e o professor encontrarem espaço de interação entre as duas estaturas: pessoal e profissional, sendo chamados a desenvolver a experiência lógica de ensinar e aprender.

10. RESULTADOS ESPERADOS COM A INVESTIGAÇÃO

a) Apresentar o papel, funções e a importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no Sucesso do Processo de Ensino-Aprendizagem.

b) Produzir conhecimento que possibilite incentivar o órgão colegial da Universidade Lueji A`NKonde à formulação de estratégias de implementação de Coordenadores Pedagógicos Universitários nas Unidades Orgânicas.

Estes dois eixos da atividade do Processo de Ensino - Aprendizagem, têm um importante papel quando encontram a trajetória profissional do CPU e a possibilidade de trabalharem na relação ensinar – aprender, construindo assim um marco histórico do Ensino Superior Angolano no presente século XXI. Esta experiência pode estimular a mudança para que os profissionais sejam engajados no interesse desta mudança, pois toda mudança nasce, como afirma Rosa (1997) do casamento entre necessidade e desejo. “*Quem muda, subverte. Por isso mesmo, choca e, invariavelmente passa a ser alvo de críticas e até de punições. Não há facilidades para quem se lança a este desafio. Suportar as pressões externas além das internas - faz parte do intento.*”

Certamente, este é o preço a ser pago pela ousadia de ser diferente. Por causa disto, muitos desistem. E que, de um modo geral, não estamos habituados a arcar com ónus da desobediência” (p. 16).

Partindo desta análise temos como expectativa que as práticas do professor e do Coordenador Pedagógico Universitário estejam voltadas para a relação lógica entre a ciência e a construção do conhecimento académico dos alunos.

11. ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo está dividido em 5 capítulos, iniciamos com a Introdução onde destacamos o objeto de estudo, Problema de Investigação (a falta de Coordenadores Pedagógicos na Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, como possíveis propiciadores do sucesso do processo de ensino-aprendizagem), Opções Metodológicas, Participantes no Estudo, Delimitação do Objeto de Estudo que fornece subsídios para o desenvolvimento deste projeto, Justificação da Escolha do Tema, Relevância, Discussão e Justificação do Projeto e os Resultados Esperados com a Investigação.

O capítulo um, faz uma incursão no Ensino Superior em Angola, desde o ano de 1962 cujo percurso de desenvolvimento tem sido marcado por sucessivas mudanças, incidindo fundamentalmente, numa primeira fase, sobre a abertura de cursos e a reestruturação dos existentes, resultando no alargamento da rede de Instituições de Ensino Superior (IES), destacando a Estrutura Colonial do Ensino Superior em Angola, Ensino Superior após a Independência, O Ensino Superior na Fase da Democracia em Angola, Universidade Lueji A Nkonde (ULAN) - região académica IV, Estrutura Horizontal do Processo de Ensino Aprendizagem da ULAN e Relação do Pesquisador com a Universidade – ULAN.

O capítulo dois tem como finalidade fazer uma reflexão da fundamentação teórica sobre o papel da escola e do Coordenador Pedagógico (CP) e sua trajetória na educação, destacando a sua função nos mais diversos momentos históricos, sociais, políticos e económicos em períodos distintos. Alguns autores são destacados, como suporte para a reflexão e realização desta pesquisa. Este destacando o Coordenador Pedagógico: Antecedentes Históricos do Coordenador Pedagógico, Concepção, Organização, e Práticas Educativas, Papel do Coordenador Pedagógico no Processo de

Ensino-Aprendizagem do Ensino Superior, Vínculo do Coordenador Pedagógico na Gestão Escolar, Autonomia do Coordenador Pedagógico no Planejamento do Processo de Ensino-Aprendizagem, Trinómio - Direção - Ensino e o Coordenador Pedagógico, e Função do Coordenador Pedagógico e a Aprendizagem Significativa.

No capítulo três descrevemos as Opções Metodológicas: estudo quantitativo e qualitativo, por se tratar de uma investigação mista e por considerarmos que as suas características adequam às nossas pretensões e convicções.

No capítulo quatro, analisámos o procedimento de recolha de dados, a aplicação da Análise dos Resultados. Após a recolha dos dados, iniciamos os procedimentos para a sua análise. Na última fase, realizámos o tratamento dos resultados que surge no intuito de completar e constatar com o processo sugestivo de comparação produzido numa análise quantitativa, que são apresentados seguidos de análises prévias das questões e dos resultados de cada metodologia e tratados estatisticamente utilizando a aplicação Excel do Microsoft Office 2007. A elaboração de tabelas permitiu uma visualização do número de ocorrências de cada resposta, a medir.

No questionário constam questões que favoreceram o levantamento de dados para o estudo pretendido, subdivididos em duas categorias: Parte I – Caracterização pessoal e profissional que contempla nove aspetos. A parte II - Reflete a opinião dos inqueridos em relação ao Papel, Funções e Importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, contendo sete (7) características referenciadas nesta pesquisa.

A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para tratar os dados qualitativos provenientes da entrevista, fazendo-se uma análise categorial, tendo sido elaborada uma grelha de categorias, para auxiliar a perceção empírica de que é o CPU. Para a entrevista com Gestores (Reitoria e UO), do ponto de vista técnico tornou-se fundamental registar em áudio, com prévia autorização dos entrevistados.

Foram, também, respeitados os direitos de privacidade, de confidencialidade e de anonimato e, assumido o nosso sentido de responsabilidade, codificamos todos os dados que pudessem identificar os intervenientes na investigação.

Esta técnica permite, uma análise objetiva e rigorosa do conteúdo e possibilita a sua interpretação de acordo com as conceptualizações teóricas do próprio investigador, tendo sempre em conta o contexto de produção de tais documentos. Assim, após a

organização dos textos transcritos, fizemos uma leitura no sentido de identificarmos os temas expressos nas respostas dos entrevistados.

O capítulo cinco, faz ênfase as conclusões gerais do trabalho, com evidência ao tema de pesquisa à sua implementação no actual contexto educativo do Ensino Superior Angolano (ESA) e sugestões para futuras investigações devido à orientação metodológica que privilegiámos. Elas não podem ser tidas como decisivas e seria um risco generalizá-las. Fizemos um apelo à compreensão de uma constatação específica que foi deduzida num determinado momento.

Quanto a esta sugestão, a sua validade está nas aprendizagens que podem surgir da análise das experiências objetivas e da necessidade de reparar os aspetos identificados como importantes à ação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, consentindo a melhoria das aprendizagens dos alunos.

Ao longo do trabalho encontramos algumas questões que poderão fornecer pistas para eventuais investigações, nomeadamente no que diz respeito às dificuldades concretas que os CPU poderão enfrentar no exercício das suas funções.

Por fim indicamos as referências bibliográficas dos autores referenciados na pesquisa e que dão a sustentabilidade científica ao estudo, assim como a legislação do subsistema do ESA e os anexos onde constam os elementos essenciais sobre o desenrolar do trabalho.

PARTE I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

O ensino superior em Angola existe desde o ano de 1962, o percurso do seu desenvolvimento tem sido marcado por sucessivas mudanças, incidindo fundamentalmente, numa primeira fase, sobre a abertura de cursos e a reestruturação dos existentes, resultando no alargamento da rede de Instituições de Ensino Superior (IES). Mudanças também ocorreram na designação das estruturas universitárias, partindo dos Centros de Estudos Universitários (1962), Universidade de Luanda (1968) e, posteriormente, pela Universidade de Angola (1976) que em 1985 viria a chamar-se Universidade Agostinho Neto (UAN) que assumiu o estatuto de única universidade pública até ao ano de 2009.

Atualmente, a necessidade de melhoria da qualidade do Ensino Superior Angolano tem sido tomada, com certa frequência, nas linhas de atuação do Governo de Angola, com surgimento de sete universidades públicas designadas em regiões académicas.

1.1. ESTRUTURA COLONIAL DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

A intensa e crescente velocidade em que ocorre as mudanças da sociedade desde tempos remotos da colonização até à sociedade actual, tem provocado a manifestação de novos conceitos e modelos para a realidade que apresenta em cada país. Para uma compreensão real do contexto em análise, torna-se importante apresentar a síntese de evolução do Ensino Superior em Angola (ESA), desde Angola como colónia até a independência e todas as fases de transição democrática, isto é, da segunda, terceira até à quarta república, em 31 de Agosto de 2012 e a posse do Novo Executivo dia 26 de Setembro do mesmo ano.

Em 1961 as actividades escolares foram encerradas devido à acção militar dos movimentos nacionalista pela independência de Angola, segundo Neto, A. (2010), foi neste cenário de guerra que em 1962 foi apresentado o Plano Deslandes, propondo a criação urgente do Ensino Superior em Angola. O plano foi concebido pelo então Secretário da Educação de Angola, Amadeu Castilho Soares, e aprovado pelo

governador de Angola, General Vênacio Deslandes, através do Decreto – Lei nº 44530 de 21 de Agosto, criados pela administração portuguesa de 1962.

Conforme relato de Neto (2010), “o processo de criação do Ensino Superior em Angola não foi pacífico e teria mesmo gerado uma crise política no Conselho de Ministros de Portugal”. A criação do Ensino Superior em Angola, nas circunstâncias em que se verificou, por iniciativa e decisão do Governo Geral e do Conselho Legislativo de Angola, foi considerada como um acto de irreverência e de insubordinação, que gerou um conflito grave com o Governo Central e comprometeu as relações entre ambos nos círculos de influência política. Em Setembro de 1962, o Governador-geral de Angola, General Venâncio Deslandes foi exonerado pelo Conselho de Ministros e algum tempo depois Ministro do Ultramar Professor Adriano Morreira, foi de igual modo também afastado de seu cargo. Estes fatos históricos revelam-nos, na sua substância, a ausência de uma visão estratégica do Conselho de Ministros de Portugal, no que concerne a implantação do ensino superior e à criação de uma Universidade em Angola. Para certas personalidades e grupos de influência do regime político nacional, a decisão do Governo de Angola da época, criar o ensino superior, teria sido instigada pelo próprio Ministro do Ultramar, numa manobra considerada traiçoeira, para tornar os obstáculos que o impediam de realizar as reformas de fundo que intentava introduzir na política ultramarina do Governo Central, na linha da autonomia progressiva e irreversível, que defendia (Neto, 2010, p. 170).

O Ensino Superior em Angola vigorou desde 6 de Outubro de 1963, com Estudos gerais Universitários, albergando instituições em Luanda nas especialidades de Medicina Veterinária, Engenharia, Agronomia, Medicina e Ciências Pedagógicas, num total de 286 alunos, que representava a elite colonial e com 18 docentes (Silva, 2004).

A Reitoria dos Estudos Gerais Universitários foi instalada no ano de 1965 em Luanda e as Faculdades de Engenharia Mecânica, Civil, Electrónica, Minas, Medicina, Matemática, Química, Biologia e Engenharia Geográfica, tendo instalado as Faculdades de Medicina Veterinária, Agronomia e Silvicultura no planalto central, concretamente na cidade de Nova Lisboa atual cidade do Huambo e em 1968/75 (Letras, Ciências Pedagógicas e Matemática, Geografia, História, e Filologia Românica na ex-cidade de Sá da Bandeira, hoje Huíla, (Silva, 2004).

Durante o percurso é aprovado naquela época o Decreto-Lei nº 48790 de 23 de Dezembro de 1968 que transforma os Estudos Gerais Universitários em Universidade de Luanda.

1.2. ENSINO SUPERIOR APÓS A INDEPENDÊNCIA

Em 1975, com a conquista da independência, operou no seio do ensino angolano critérios de subsistemas onde o Ensino Superior passou a ser um dos subsistemas do Sistema de Educação. Em 1976 é aprovado através da Portaria nº 77-A/76 de 28 de Setembro do Ministério da Educação e Cultura de Angola, a transição da Universidade de Luanda, para Universidade de Angola, uma instituição do ensino superior pública, para suprir a demanda académica universitária dos angolanos.

O Primeiro Reitor da primeira Universidade de Angola independente foi Dr. António Agostinho Neto, o Primeiro Presidente de Angola, e com o seu desaparecimento físico, em honra aos seus efeitos a Universidade de Angola (UA) passou a designar de Universidade Agostinho Neto (UAN), criada pelo Conselho de Ministros no Diário da República nº 9-I Série de 24 de Janeiro de 1985. Silva, A. (2004).

Esta trajetória remete-nos a compreender a evolução histórica do ESA, as reformas operadas no domínio de gestão administrativa e científica pedagógica e do papel interventivo do estado angolano neste subsistema de ensino.

A Universidade Agostinho Neto (UAN) foi, de um tempo a esta parte, a única Universidade pública em Angola. Nos termos do seu Estatuto Orgânico (aprovado pelo Decreto Executivo n.º 60/01 de 5 de Outubro), é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, destinada à formação de quadros superiores nos diversos ramos do saber. Atualmente, revogado pelo Decreto nº 7/09, de 12 de Maio.

A UAN foi uma instituição de ensino enquadrada no Subsistema de Ensino Superior (Lei de Bases do Sistema de Educação, publicada em Diário da República N.º-65/2001). Ela garante a liberdade de criação científica, cultural e tecnológica, numa perspectiva de respeito e promoção da pessoa humana, da comunidade e do meio ambiente. Para além disso assegura a pluralidade de opiniões e sua livre expressão, promove a participação de todos os corpos universitários na vida académica comum e

assegura métodos de gestão democrática, através do exercício da eleição direta de representantes dos distintos corpos junto dos seus órgãos.

No âmbito dos Decreto nº 152/80 de 29, de Setembro do Conselho de Ministros e do Decreto nº 95/80, de 30 de Agosto do Conselho de Ministros, foram criadas as Unidades Orgânicas (UO) nomeadamente, Faculdade de Ciências (FC), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Economia (FE), Faculdade de Engenharia (FE) e a reformulação daquelas que vinham desde a época colonial em, Faculdade de Medicina (FM) e Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) e o Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED). Ensaiou-se também, as primeiras iniciativas do Ensino à Distância, tendo sido criados, para o reforço da gestão da UAN na altura pelo Estado Angolano, o redimensionamento da UAN com três 3 Pólos Universitários, abrangendo as províncias de Luanda, Lubango e Huambo, (Silva, 2004).

O exercício da prática da democracia na UAN teve início no ano de 1997 com a realização das primeiras eleições para Reitor, Decanos e Diretores gerais das Unidades Orgânicas.

1.3. ENSINO SUPERIOR NA FASE DA DEMOCRACIA EM ANGOLA

Angola nos primórdios da democracia da sua história como nação conheceu um momento ímpar no Ensino Superior, adaptando estrategicamente as mudanças da economia de mercado que ocorreram com grande velocidade e como expressiva vontade de todos para desenvolverem o país. Nesta linha de pensamento podemos salientar a harmonização do ESA, por ser um veículo para redefinição dos rumos de qualquer nação que pretende desenvolver, promovendo e consolidando a cidadania como eixo central de mudança e expansão da cultura universal e a divulgação do conhecimento científico. Surgem em 1999, seis instituições do Ensino Superior (IES) Privado:

- A Universidade Católica de Angola (UCAN),
- A Universidade Jean Piaget de Angola (UniPiaget),
- A Universidade Independente de Angola (UnIA)
- A Universidade Lusíada de Angola (UnLA)
- Instituto Privado de Angola (ISPRA)
- Instituto de Relações Internacionais (IRI)

Com esta fusão de Instituições de Ensino Superior (IES) Privado, que nos últimos tempos cresceu, o estado angolano não deixou de se preocupar com a qualidade do Processo Docente Educativo (PDE) face ao desenvolvimento qualitativo, quantitativo político e de gestão do país.

Desde 1975 com um Subsistema de Ensino Superior (SES) que abrangia três capitais de províncias consideradas economicamente viáveis, em 2006 o estado angolano expande este subsistema em sete províncias, designadamente Benguela, Cabinda, Kwanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Namibe e Uíge, num total de 10 províncias sob tutela da UAN. Abrange as dezoito províncias do país no ano de 2010, ao abrigo do Decreto nº7/09, de 12 de Maio, com o redimensionamento da então Universidade Agostinho Neto, são criadas outras 6 novas Universidades Públicas, de âmbito regional, assim como a UAN e foram criadas outras dez instituições do ensino superior autónomas.

O processo de reestruturação do Subsistema de Ensino Superior (SES) em Angola visa essencialmente regular e corrigir pontos de estrangulamento identificados, de modo a conferir maior eficácia à gestão das Instituições de Ensino Superior (IES). Para o efeito, têm sido operadas mudança significativa que acentua-se, a dimensão reguladora da avaliação na projeção da melhoria da qualidade do serviço educativo, como base para a construção da credibilidade social que se pretende para o Ensino Superior tendo sido criado na base do Decreto nº 7/09 de 12 de Maio, as sete regiões académicas onde a quarta é objeto de estudo desta investigação designadamente;

- Universidade Agostinho Neto (UAN) - Região Académica I,
- Universidade katyavala Buila (UKB) - Região Académica II,
- Universidade 11 de Novembro (UON) - Região académica III,
- Universidade Lueji A Nkonde (ULAN) - Região Académica IV,
- Universidade José Eduardo dos Santos (UJES) - Região Académica V,
- Universidade Mandume Ya Ndemofayo (UMN) - Região Académica VI,
- Universidade Kimpa Vita (UKV) - Região Académica VII.

Segundo o discurso do Presidente de Republica de Angola, Eng. José Eduardo dos Santos, descrito pela ANGOP.

“Nos últimos dez anos Angola atingiu os lugares cimeiros da África subsahariana em termos de estabelecimento de ensino superior, médio e de base.

Existem hoje em Angola 17 universidades e 44 institutos superiores. Só nos últimos três anos investimos o equivalente a mais de 480 milhões de dólares em 53 novas instituições escolares para o ensino secundário e técnico-profissional.

Todo este esforço visa valorizar os angolanos, tornando-os cada vez mais capazes de, pela via da escolaridade e da formação profissional e académica, atingir níveis mais elevados de bem-estar e de realização profissional, a fim de poderem prestar um contributo mais qualificado ao desenvolvimento económico e social.

Começámos por investir para aumentar a quantidade e agora impõe-se que haja mais investimento para melhorar a qualidade do ensino que é prestado nas nossas escolas e universidades.

Diz-se que a grandeza de uma nação não se mede apenas pelas potencialidades dos seus recursos naturais, mas também pela nobreza de carácter, pela atitude e pelas competências dos seus cidadãos que são de facto a base dinamizadora desses recursos.

Para enfrentarmos os desafios que se prendem com o desenvolvimento do nosso país no contexto da globalização, precisamos de contar com quadros nacionais altamente qualificados e de possuir uma classe de trabalhadores bem formada tecnicamente, capaz de se adaptar rapidamente ao ambiente de mudanças e às necessidades impostas pelos novos sistemas de produção.

Deste modo, o Executivo vai desenvolver um programa de revisão do sistema educativo, centrado na eficácia do ensino, que leve em conta o modelo curricular, o perfil de competências profissionais dos professores, dos formadores e dos educadores, bem como o sistema de gestão das escolas públicas”. (ANGOP, Notícia do dia 27/09/12).

1.4. UNIVERSIDADE LUEJI A`NKONDE (ULAN) – REGIÃO ACADÉMICA IV

A Universidade constrói saberes, ideias e valores que, aos poucos, vão fazendo parte da cultura, da história, possibilitando uma revolução no pensamento e a modificação dos comportamentos organizacionais. Observar esse fenómeno é estar atento ao que ocorre na instituição, intentando avaliar o que prejudica e o que favorece a democratização aos avanços da instituição e, às ações dos profissionais procurando, substituir modelos administrativos inadequados por outros que se adequa à nova sociedade.

Com um Estatuto Orgânico aprovado pelo Conselho de Ministros, que tem por finalidade desenvolver o aluno, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos investigativos, a universidade deve trabalhar a aprendizagem de maneira a ajudar de forma organizada, sistemática, planeada e contínua dos alunos que a frequentam e assumir o compromisso da aprendizagem dentro dos princípios das práticas sociais e pedagógicas, de acordo os artigos 7º e 8º dos Estatuto Orgânico da ULAN. (Decreto Presidencial nº 242/11, de 7 de Setembro).

Diante deste contexto, as instituições universitárias estão submetidas às mesmas exigências, procuram ser capazes de suprir as necessidades para prestar serviços com competência e qualidade. Para tal, todas as partes envolvidas da instituição deverão estar integradas para atingir os resultados focados nas Linhas Mestras do Ensino Superior, que envolve o Colégio Reitoral da ULAN, no planeamento institucional e organizacional.

Nesta perspetiva a ULAN, abrange a Região Académica IV, que engloba as províncias da Lunda Norte também, sede da Reitoria, Lunda Sul e Malange com a seguinte configuração académica:

- a) Província da Lunda Norte com quatro IES, nomeadamente Faculdade de Economia (FE) com um curso de especialização, Faculdade de Direito (FD) com um curso de especialização, Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte (ESPLN) com 10 cursos de especialização, Escola Superior Politécnica da Lunda Norte (ESPoLN) que administra curso de Pedagogia por enquanto e um Centro de Estudos de Desenvolvimento Social (CEDS), para investigação e difusão de informações científicas e sociais da região e do país.
- b) Província da Lunda Sul com uma IES, nomeadamente Escola Superior Politécnica da Lunda Sul (ESPLS) com 5 cursos de especialização, no ramo de Engenharia e 6 cursos de Ciências de Educação, Ciências Sórias e Humanas.
- c) Província de Malange com três IES, nomeadamente Faculdade de Medicina (FMM) com um curso de especialização, Instituto Superior Politécnico com um curso de especialização em Enfermagem Superior, Escola Superior

Politécnica de Malange (ESPM) com 4 cursos de especialização em Ciências de Educação e um Centro de Informação Médica de Toxologia (CIMETOX).

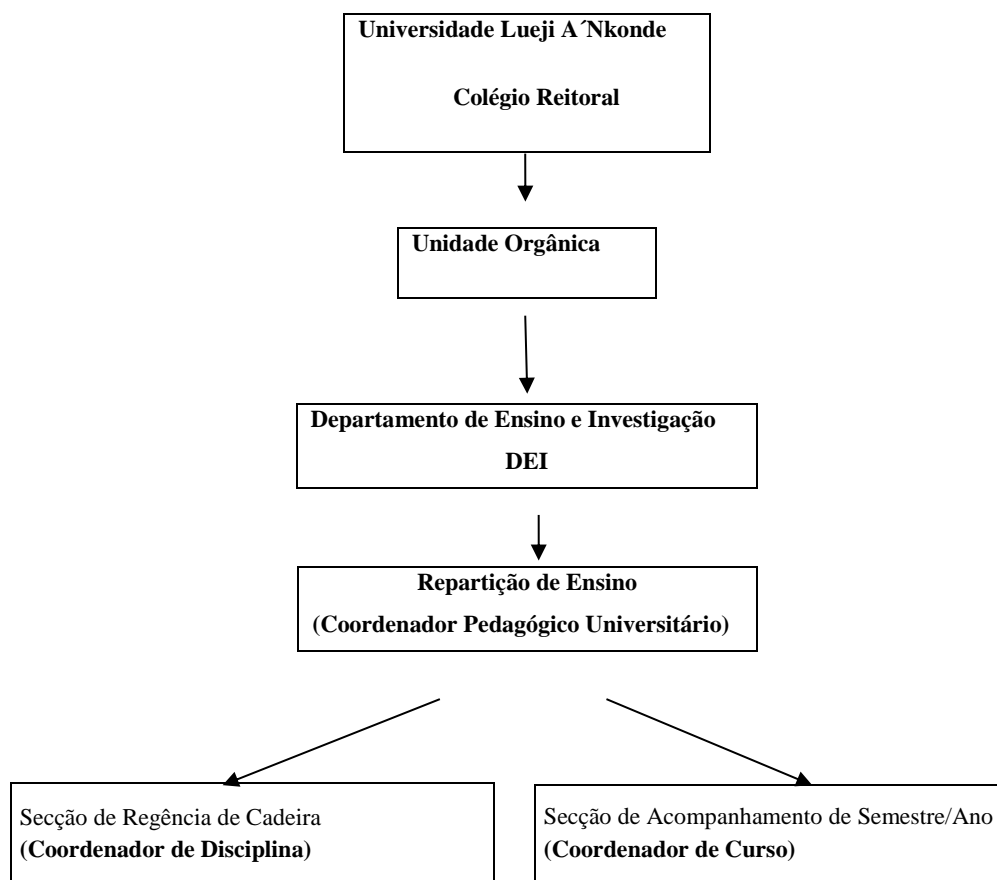
Todavia, vários são os desafios para normalização de mais cursos nas diferentes especialidades.

1.4.1. Estrutura Horizontal do Processo de Ensino Aprendizagem da ULAN

A caracterização do atual quadro da autonomia da ULAN com substanciado no seu Estatuto Orgânico, (Decreto Presidencial nº 242/11, alíneas h), i) e j), do ponto 2 do artigo 8º), abre nós a ideia que existe um campo aberto para aprofundar os mecanismos de organização do processo de ensino aprendizagem, propondo alternativas de melhoria nas Escolas (UO). Para a realização de diagnóstico sobre um conjunto de características de desenvolvimento das aprendizagens, contribui para o reforço de uma verdadeira ética de valorização da qualidade do sucesso académico.

Todas as matérias tidas em conta, pelos órgãos decisórios da ULAN, remetidas as UO teriam o suporte do CPU, como dimensão de uma aprendizagem comunicativa entre professor/aluno e que deve ser estruturado de modo a levar os mesmos a serem transformadores do seu próprio conhecimento, tal como a apreender a cooperar a partilhar, promover a confiança, potenciando a aproximação à escola.

Esta comunicação só pode trazer melhorias no aprofundamento e revisão da estrutura orgânica do DEI, onde a figura do CPU surge como estrutura intermédia (professor/aluno/aprendizagem). Este é o mediador do PEA como chefe de repartição, para que o trabalho deste seja valorizado e dos outros atores como regentes de cadeira e coordenadores de ano ou semestre apoiando o chefe do DEI. Em várias ocasiões o seu papel é direcionado às questões departamentais, de gestão administrativa. Nesta perspetiva o pesquisador entende que a distribuição das tarefas deveriam seguir a seguinte estrutura na gestão do processo de ensino-aprendizagem, constante na figura nº1:

Organograma 1- Estrutura de gestão do processo de ensino-aprendizagem

1.4.2. Relação do Pesquisador com a Universidade – ULAN

Com o propósito de investigar a necessidade de novos papéis e funções dos CPU nas IES, temos como propósito ampliar conhecimentos e fazer uma reflexão mais aprofundada sobre um conjunto de problemas do PEA, que as próprias angústias, enquanto aluno universitário, docente, técnico do Departamento dos Assuntos Académicos (DAAC) da ESPLN e da Reitoria, incomodaram.

Na prática pedagógica os chefes dos DEI seriam mediatizados pelos CPU sobre a organização das rotinas da escola (acompanhamento de alunos durante a aprendizagem) presidir: reuniões dos docentes, eventuais substituições dos responsáveis, verificar o grau de cumprimento dos programas de estudos, acompanhar a avaliação dos docentes sobre as aulas ministradas e ter a responsabilidade sobre as questões disciplinares, que envolvem a relação professor- aluno, aluno-aluno, como também o atendimento a questões internas da escola.

O primeiro passo para que isto aconteça será potencializar a experiência acerca de discussão e conversa sobre o PEA. O segundo conhecer o contexto da prática educativa e estabelecer considerações acerca do papel e da função de CPU nas IES, com base na Resolução do Conselho de Ministros nº 4/07, de 2 de Fevereiro, dos Instrutivos Académicos e respetivo Estatuto Orgânico da ULAN, tornou se numa ferramenta importante para auxiliar o estudo deste projeto, estabelecendo uma compreensão teórica, com diversos autores, para a qualidade que se espera do professor e aluno de uma Instituição de Ensino Superior.

Da análise sobre o PEA, concluímos que existe um vazio nos DEI, no que tange ao acompanhamento prático sobre as questões de ensino na sala de aula. Um acompanhamento eficaz do PEA em toda a ULAN, remete-nos a compreender melhor as inquietações dos alunos e professores, sobre os programas, os currículos e a relação entre aluno/professor, professor/aluno, aluno/aluno, professor/professor.

A avaliação do grau de cumprimento dos programas de estudos etc., levou a construir, a discussão em análise e colocar a égide da ULAN como forma de provocar uma aceleração do Papel, Funções e Importância dos CPU no Sucesso Académico da ESPLN e ESPLS.

Esta situação resulta da dinâmica que a prática requer, por considerar que a escola tem dinâmica própria a ser explorada, a fim de aproximar as questões teóricas e práticas. À luz deste entendimento o CPU deve apresentar-se como organizador da actividade educativa de qualquer natureza, sobre as mudanças e as inovações que se pretendem nas IES e que devem acontecer dentro de cada DEI.

CAPÍTULO II COORDENADOR PEDAGÓGICO

Este capítulo tem como finalidade fazer uma reflexão teórica sobre o papel da escola e do Coordenador Pedagógico e sua trajetória na educação, destacando a sua função nos mais diversos momentos históricos, sociais, políticos e económicos em períodos distintos. Alguns autores são destacados, como suporte para a reflexão e realização desta pesquisa

2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

A função de supervisão antigamente encontrava-se na figura do pedagogo, oriunda da Grécia Antiga. Este era um escravo que conduzia a criança (menino) para o mestre de ensino a fim de aprender as artes da expressão corporal, a orientação moral e estética, a música, além de ter aulas de leitura e escrita. Mais tarde, ele próprio foi denominado de educador. Começou a cuidar do processo de ensino-aprendizagem vinculado à supervisão das crianças, sendo de sua extrema responsabilidade o controle e o cuidado para com elas. Isso é explicitado por Aranha (2006) “*era sempre acompanhado por um escravo, conhecido como pedagogo. A palavra pedagogos significa literalmente “aquele que conduz a criança” (pais, paidós, “criança,” agogós, “que conduz”* (p. 65).

No livro *Supervisão educacional para uma escola de qualidade*, Saviani (2010) destaca que a atividade supervisora também se fazia presente na educação dos trabalhadores (escravos), por intermédio do intendente, de acordo com o testemunho de Xenofonte, “*o lavrador*” era aquele que não trabalhava na terra e ficava administrando os lavradores que tinham de acatar ordens (p. 17).

A função de pedagogo predominava na Grécia Antiga, sendo seu papel fiscalizar o trabalho, supervisionar e vigiar as ações voltadas ao processo de ensino-aprendizagem, assim como a educação dos escravos no trabalho, estes rodeados pela massificação da classe burguesa, onde o pedagogo devia observar e cuidar, portando como uma figura superior, obedecendo, ordens de seus superiores.

Quanto à educação Romana, que não foi muito diferente da anterior, Aranha (2006) faz referência à intervenção do Estado nos assuntos educacionais (p. 91). Isso se deve ao facto do Império almejar uma máquina burocrática bem organizada com funcionários com uma instrução elementar. Dessa forma, o estado torna-se inspetor do

processo e, passou a exercer o controlo por meio da legislação, tornando-se responsável e participativo nas situações educacionais.

Ao refletir sobre o Coordenador Pedagógico, vale a pena salientar as modificações ao longo dos anos sobre as tarefas de cuidar as crianças na Grécia Antiga e de vigiar, bem como a preocupação com questões burocráticas oriundas da educação do Império, e a questão da inspeção, ainda hoje atribuída ao papel do CP, vislumbrado na correção de diários de classe, no acompanhamento do livro de ponto, na verificação das notas dos alunos, dentre outras tarefas.

Atualmente, o CP realiza seu trabalho de forma autónoma no sentido de que não lhe são impostas atribuições que tenha de seguir, algo que ocorria na Grécia antiga. Salienta-se que, o supervisor pedagógico precisava obedecer às ordens dos seus superiores deixando-se dominar pelo poder vigente. Vale destacar a importância que o CP poderia estabelecer para Medina (1997) “*é na compreensão e no entendimento da forma de tratamento dado pelo professor aos conteúdos e às condições de existência dos alunos que o supervisor sistematiza seu trabalho no interior da escola. Estas duas dimensões configuram o processo de ensinar e aprender, que se dá numa relação entre o professor que ensina- e- aprende, o aluno que aprende-ensina e o supervisor que orienta-aprende-e-ensina, embora não se possa identificar com precisão quem inicia este processo. Este processo está sendo por mim denominado como “parceria”*”(p. 30).

Verifica-se que a autora compreende o trabalho do Coordenador Pedagógico sob uma lógica de relação interativa, envolvido com o processo de ensino-aprendizagem numa relação recíproca, aprende em conjunto, na medida em que se envolve com o ensinar e o aprender do aluno e do professor e, orienta segundo o que vai aprendendo e ensinando. Evidência uma relação mútua, de diálogo, acompanhamento e problematização com relação ao começo das atividades que são desenvolvidas em aula, relativas à aprendizagem, e as demais situações do dia-a-dia da escola.

Dessa forma, é importante repensar a forma da sua atuação na sociedade contemporânea, entendendo-se que ele não deveria ser simplesmente um assessor do professor, um desencadeador de tarefas, um profissional sem definições de papéis, mas alguém comprometido e envolvido com o processo de ensino e aprendizagem, auxiliando tanto o professor como o aluno. De acordo com Ferreira (2009) “*é sabido que cada formação pretendida, em cada sociedade, num dado momento histórico, ao longo do desenvolvimento da humanidade, sempre definiu um conjunto de noções, ou*

valores, que nortearam as ações educativas e a sua gestão, para que a qualidade pretendida fosse alcançada e os possíveis desvios fossem corrigidos” (p.30).

Percebe-se que as ações educativas do sistema predominante se basearam num ensino de uma conjuntura social, económica e política específica, os seus conteúdos correspondem aos padrões esperados pelo sistema predominante, que tinha objetivos de formar um currículo voltado para a aquisição de uma cultura apoiada pelo poder da classe dominante. Com relação à importância dos conteúdos, Saviani (2009) refere que

“Os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdos, que é a única forma de lutar contra a farsa de ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação.

Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”. (, p. 50).

O autor traz a questão dos conteúdos e a sua implicação no processo de ensino-aprendizagem, ao remeter a problematização dos conteúdos como ferramenta indispensável para a libertação do oprimido, que sofre dominação por parte do opressor, sendo necessário o conhecimento para poder participar das decisões políticas sem sofrer processo de exclusão. Aborda a preocupação com os conteúdos trabalhados nas instituições escolares, questionando os seus fins, buscando compreender o motivo pela escolha dos conteúdos. Tal quadro mostra que o ensino apresentou entraves, para a realização de um trabalho pedagógico organizado, dentro das propostas estabelecidas. Com relação à questão, Aranha (2006) *“o descaso pelo preparo do mestre fazia sentido em uma sociedade não comprometida em priorizar a educação elementar. Além disso, prevalecia a tradição pragmática de acolher professores sem formação, a partir do pressuposto de que não havia necessidade de nenhum método pedagógico específico”* (p. 227).

Percebe-se que a educação não era valorizada pelo sistema de governo, o qual estava apenas interessado em questões econômicas e políticas da sociedade, mostrando-se indiferente à realidade escolar e à formação dos profissionais da educação para um ensino de qualidade. A falta de preparação dos professores levava ao aumento de problemas com relação à aprendizagem e à indisciplina. A situação vivida por esses professores, que não eram motivados a fazer um bom trabalho pedagógico, levou à degradação do ensino, pois sem orientação, incentivo e planejamento os professores sentiam - se desequilibrados na sua prática. De acordo com Belmonte (2009) “*Os professores necessitam uma formação inicial e continuada mais ampla – com mais conteúdos psicopedagógicos - para assimilar novos métodos e entender como os alunos aprendem, saber que competências devem ser ensinadas, para adaptar-se aos processos e estilos de aprendizagem, e alcançar assim o pleno desenvolvimento de cada aluno*” (p. 53).

Relacionando-se aqui a importância da formação elucidada pelo autor, salienta-se que há uma diferenciação entre tais realidades sociais. Atualmente, há políticas educacionais para a formação do professor, para atender a demanda dos alunos. A sociedade contemporânea tem objetivos voltados para a formação profissional, o que exige uma educação apoiada por políticas educacionais que contemplem a formação dos professores para que tais objetivos sejam atingidos. Faz-se necessário, repensar o papel junto da gestão escolar, conforme Placco (2003).

“Nenhum processo de planejamento e de desenvolvimento profissional, na escola, tem resultados efetivos se a responsabilidade pelos processos e pelos resultados não é partilhada - cada qual com a função que lhe cabe, mas consciente das funções uns dos outros e colaborando mutuamente para que os objetivos sejam alcançados. É frequente que o coordenador pedagógico se arrogue obrigações e tarefas de tal monta que se torna impossível cumpri-las. Sente-se exausto e frustrado, mas não se dá conta de que o compartilhar dessas responsabilidades não apenas aliviaria suas pressões, mas também envolveria os demais no compromisso com os objetivos propostos” (p. 53).

Tal quadro tem levado o CP a um momento de procura das suas atribuições, partilhando essas preocupações com os membros da gestão, bem como, com outros profissionais. Vale ressaltar que certas questões educacionais são alteradas de tempos em tempos, devido às mudanças governamentais, às ideologias, aos modos de pensamento, às transformações e necessidades de cada espaço.

2.2. COORDENADOR PEDAGÓGICO UNIVERSITÁRIO: CONCEÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

De modo geral, a atuação do Coordenador Pedagógico Universitário (CPU) tem suscitado vários debates, propostas e reflexões. Este capítulo, tem por objetivo estabelecer um enquadramento teórico acerca do tema em questão, aplicando os referenciais vindos de teóricos que preconizaram tais debates e reflexões que vislumbram responder aos anseios de professores e gestores escolares, tentando contribuir para a definição de políticas públicas voltadas para o (re) pensar da organização da escola e das práticas educativas desenvolvidas.

Nesse contexto observa-se que a função do CP é nova, com concepções e práticas sociais vividas. Discutir a concepção do Coordenador Pedagógico Universitário no cotidiano da escola, e a delimitação de seu papel com foco na sua ação coordenadora e na forma como desempenha suas funções, pode significar resgatar experiências, e enfrentar diferenças.

A reflexão sobre o tema em questão foi problematizado a partir da fundamentação dos aspetos constantes no Estatuto da ULAN, artigos 53º e 55º, da Resolução do Conselho de Ministros nº 4/07, de 2 de Fevereiro, nas alíneas a), f), h) e p), apoiadas na Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro, nos artigos 36º, 41º e 56º, (Lei de Base do Sistema de Educação), permitindo assim, ter uma clara compreensão da abordagem que se faz necessária, uma vez as IES, é e sempre será um artifício social, resultante também de práticas sociais, de representações legítimas de forma individual e coletiva.

Num contexto de maior valorização do ensino, tendo em vista a racionalização do trabalho educativo, é necessário tomarmos consciência que nós permita pensar e formar hábitos e atitudes inovadores, os quais passam pela compreensão de sociedade e da Educação que são produzidos. A compreendermos que certas regras e normas que delimitam o surgimento do Coordenador Pedagógico foram produzidas sob possibilidades históricas é possível ensaiar novas formas de ver e fazer.

Torna-se urgente perceber a natureza da prática pedagógica do CPU, compreendendo essa natureza como pressuposto pedagógico e político de uma concepção de educação na qual está pautada significativamente a organização da Escola.

Entendemos serem várias as dificuldades e os problemas que serão enfrentados pelos Coordenadores Pedagógicos Universitários ao serem institucionalizados, ao transformar na prática diária as propostas teóricas, principalmente no momento em que todas as posições mais recentes em educação ressaltam à necessidade da revisão do papel das IES, enquanto escolas, de modo que as pessoas determinam as mudanças e não são as mesmas a realizá-las em ações concretas. Daí a importância da determinação do papel do Coordenador Pedagógico Universitário e a possível contribuição que se possa dar da sua função no ESA.

É necessário entender, que nem todos os problemas resultam da existência da prática do CP, sendo que os maiores problemas da escola são conjunturais e de gestão pública. O mundo do trabalho exige dos seus trabalhadores disponibilidade e referências e o cotidiano da escola reflete o modelo de organização da sociedade capitalista operacionalizado na divisão social do trabalho e de classe. A organização da escola ainda está pautada nesse modelo.

Afirma Contreras (1990) que *“a escola é produto, em parte, do próprio processo de institucionalização da sociedade que vem associado à divisão do trabalho e à distribuição social do conhecimento”* (p.27).

Assim, os problemas da escola parecem ser aqueles que são entendidos pelas comunidades escolares e locais. Neste contexto deve-se indagar como a prática pedagógica da coordenação poderia estimular o professor à criatividade, análise ou dúvida, produzindo conhecimento.

Por outro lado, é importante que se avalie a escola sem retirá-la histórica e contextualmente das discussões em torno das questões em que está inserida a educação, desta forma, podemos demandar esforços para pensar o conhecimento na direção de possibilitar que os atores da escola, professor/aluno/gestores/coordenadores pedagógicos ao construam seus saberes num espaço de profunda reflexão-ação. Que assenta na ideia de que uma Escola reflexiva é um local onde se produz conhecimento sobre educação. Esta reflexão deve alertar a sociedade e as autoridades para algumas mudanças a operar que são vitais para a formação do cidadão do século XXI.

A visão aqui construída pretende propiciar uma compreensão, a partir da realidade da escola acerca da natureza do trabalho do CPU, com base em concepções de educação e de gestão que claramente definem o repensar das práticas desenvolvidas na escola, que Carvalho (2005) classifica como sendo um ato político de interação entre os

sujeitos no processo de construção do conhecimento, sendo, portanto *“um trabalho de mediação que se expressa na prática educativa enquanto processo do conhecimento”* (p.47).

Para que a escola possa cumprir este papel, será necessário investir na mudança de atitude dos professores, do CPU, no sentido de criar condições que favoreçam este elo, tendo como objetivo a valorização do aluno.

É imprescindível a presença do CPU, como estimulador da capacitação do processo de ensino-aprendizagem no Subsistema do Ensino Superior, destacando a necessidade de adquirir conhecimento e condições de enfrentar as dificuldades próprias de sua profissão, estar preparado para administrar as constantes mudanças no contexto escolar. Ressaltando que a avaliação contínua do aluno exige um novo tipo de formação de professores.

Estas são apenas algumas das inúmeras possibilidades que a escola pode contribuir para a construção de um ambiente que efetivamente possibilite a integração entre os agentes participantes, a partir da ação do Coordenador Pedagógico Universitário *“quanto mais qualificada for a inserção do coordenador na proposta de educar para a valorização do meio social, maior será a probabilidade de formarmos indivíduos que contemplem e ampliem seus horizontes sociais”* (Aires, A et al Silva, R. s/d, p. 9).

Segundo Elias, (2006) a presença do Coordenador Pedagógico *“ é indispensável na escola para garantir a economia de esforço e tempo, ao mesmo tempo, em que colabora para que se processem no professor modificações comportamentais e altitudinais, oriundas de uma mudança gradativa e sistemática, de um planejamento consistente, com a finalidade de ajudar cada professor a ser melhor, individualmente e profissionalmente”* (p.23)

O Coordenador Pedagógico é um agente responsável pela formação contínua dos professores, subsidiando e organizando a reflexão, estimulando o processo de decisão visando à proposição de alternativas para superar os problemas da prática. Acredita que ele é uma figura essencial nesse processo integrador e articulador de ações.

Ao Coordenador Pedagógico vem sendo solicitada essa função na expectativa de que ele opere como mediador das reflexões sobre a prática, contexto de trocas para ouvir e falar com os professores.

2.2.1. Papel do Coordenador Pedagógico Universitário no Processo de Ensino-Aprendizagem do Subsistema do Ensino Superior

Tendo em conta a reflexão das atribuições do Coordenador Pedagógico Universitário, que se encontram indefinidas na sua prática educativa, onde a formação e planeamento participativo entre os elementos da gestão, promove a necessidade da procura da autonomia por parte do CPU.

Visando uma gestão democrática no espaço escolar e a problematização das diferentes funções em construção, entre as desempenhadas pelo Coordenador Pedagógico podem referir-se: proceder à substituição de professores, coordenar a realização de trabalhos administrativos, de orientação aos alunos, assistência à direção e participação em eventos e organização de reuniões. Com relação a isso, Silva (1997) refere que *“seus problemas iniciam-se com a não-delimitação de seu próprio local de trabalho, necessariamente móvel e variável conforme as tarefas a desempenhar, e crescem exponencialmente com a ausência habitual da necessária localização do trabalho de seus companheiros professores, obrigados à fragmentação de sua jornada e à conseqüente multiplicação dos locais em que ela realiza”* (p. 91).

O autor aponta a questão da multiplicidade de funções que são desempenhadas pelo Coordenador Pedagógico, argumentando que esse profissional não deve ser o único responsável pela realização das atividades da prática da gestão de ensino-aprendizagem.

Traz também a ideia de colaborar, a delimitação de tarefas voltadas para a organização do trabalho em equipa, com funções bem distribuídas e interligadas. Diante dessa realidade, enfatiza-se a necessidade da construção de novos saberes por parte do Coordenador Pedagógico. O contexto do Coordenador Pedagógico, posto que esta figura faz parte da equipa da gestão tem de encontrar a sua identidade num constante processo interdisciplinar e participativo.

A função de coordenar grupos requer espírito de liderança, conhecimento da realidade, equilíbrio, mente aberta, diálogo constante, a fim de que seja possível realizar um trabalho em equipa com as diferentes realidades presentes no grupo.

O termo pedagógico refere-se a ações desenvolvidas dentro do espaço escolar, em que o trabalho é mediado de forma interativa envolvendo todos os que fazem parte do processo educativo: Conselho de Direção, alunos, professores e demais funcionários da escola.

O aspeto coordenador requer o envolvimento participativo em todas as questões pertinentes da escola, inclusive as que envolvem o trabalho coletivo e que têm por objetivo a construção da identidade da escola e a organização burocrática que norteia a realização das atividades administrativas. O planeamento de ações no ambiente escolar está relacionado aos projetos elaborados, à organização do PDE, ao Regimento Escolar, aos Planos de Estudos, enfim, aos documentos que guiam a prática educativa.

Unindo-se os termos coordenador e pedagógico, tem-se a figura do Coordenador Pedagógico, elemento que faz parte da gestão escolar e de todo o processo educativo. A discussão das ações que o Coordenador Pedagógico desenvolve em seu grupo precisa ser suscitada. Sua função deve ser repensada pela gestão, pois a reflexão pode levar a novas construções. Para Clementi (2001) *“a valorização da presença do coordenador na escola passa pela necessidade de reconhecê-lo como um educador em formação, uma vez que o processo educativo é dinâmico e necessita constantemente de debates amplos sobre seu fazer, para que possa junto com seus pares, desenvolver novas reflexões sobre a área”* (p. 65).

A interação entre os participantes da gestão é fundamental, pois é preciso trocar ideias sobre as suas ações, apontar novos caminhos, avaliar o desenvolvimento das atividades, refletindo, sobre o trabalho realizado na escola. O Coordenador Pedagógico está em constante processo de formação, necessita do diálogo constante com o grupo, para que possa refletir em conjunto sobre as suas ações no processo educativo. Há escolas em que o coordenador não tem esse momento de discussão com a equipa diretiva, o que leva ao sentimento de angústia com relação às funções que desempenha. Quando isso acontece, realiza atividades de forma vazia, situação que não favorece a reflexão, a problematização e a construção de conhecimentos.

Observa-se que várias tarefas surgem inesperadamente no quotidiano escolar, facto que leva o coordenador a ficar sobrecarregado e pressionado, por acumular atribuições, não há espaços para diálogo sobre sua atuação na prática educativa.

As relações interpessoais são fundamentais no processo ensino-aprendizagem, pois o clima de convívio afetivo na escola leva ao bom funcionamento dos grupos. Quando há respeito pelas ideias do outro, apesar das diferenças de pensamento, há um bom clima organizacional.

Almeida (2001) destaca que *“na tarefa da coordenação pedagógica, de formação, é muito importante prestar atenção no outro, em seus saberes, dificuldades,*

angústias, em seu momento, enfim. Um olhar atento, sem pressa, que acolha as mudanças, as semelhanças e as diferenças; um olhar que capte antes de agir” (p. 71).

Nesse sentido, o Coordenador Pedagógico realiza diversas leituras a partir da sua observação dos participantes do processo educativo, percebendo as atitudes de cada sujeito frente às dificuldades da sua prática. É importante perceber a individualidade de cada um, dentro do trabalho em grupo, bem como as suas fragilidades, necessidades e anseios.

Tal interação recíproca mostra-se relevante, pois se a escola não proporcionar espaços para que ocorra a construção do grupo, o diálogo com as semelhanças e diferenças, corre o risco de não sofrer mudanças e transformações. A organização conjunta da equipa de gestão da escola pode proporcionar que os grupos participantes do processo educativo o organizem da mesma forma num movimento de construção coletiva.

Com relação ao trabalho que o Coordenador Pedagógico desempenha na escola, percebe-se que algumas tarefas seriam da sua competência. Dentre as várias atividades por ele realizadas, pode-se citar: organização do currículo da escola, avaliação, planeamento, elaboração de materiais didáticos, reuniões pedagógicas, pareceres de classificação e reclassificação de alunos, trabalho de orientação, formação de professores e organização dos conselhos de classe. Isso demonstra que há uma série de atividades no processo educativo que não têm delimitação de espaços.

As inúmeras tarefas citadas, e ainda outras que surgem, traduzem o perfil do Coordenador Pedagógico atualmente, remetendo à reflexão sobre as funções que vem desempenhando há muitos anos no espaço educativo. Algumas dessas tarefas, em função das suas características, poderiam ser realizadas por outros membros da equipa de gestão. Muitas vezes, as atividades diárias, nem sempre urgentes, levam esse profissional a sentir-se perdido e stressado, pois nem sempre consegue dar conta de tudo que tem por fazer. Placco (2003) refere que:

“O cotidiano do coordenador pedagógico ou pedagógico-educacional é marcado por experiências e eventos que o levam, com frequência, a uma atuação desordenada, ansiosa, imediatista e reacional, às vezes até frenética... Nesse contexto, suas intencionalidades e seus propósitos são frustrados e suas circunstâncias o fazem responder à situação do momento, “apagando incêndios” em vez de construir e reconstruir esse cotidiano, com vistas à construção coletiva do projeto político pedagógico da escola. Refletir sobre esse cotidiano, questioná-lo e equacioná-lo podem

ser importantes movimentos para que o coordenador pedagógico o transforme e faça avançar sua ação e a dos demais educadores da escola” (p. 47).

É possível perceber, que o Coordenador Pedagógico ainda não tem definição clara das atividades que realiza na escola, visto que soluciona problemas de forma imediata e de acordo com as circunstâncias.

Tal tarefa possibilita a construção e o planeamento coletivo, que envolve um trabalho pedagógico voltado para ações a serem desenvolvidas de forma conjunta e participativa entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

É necessário que o Coordenador Pedagógico promova a elaboração de um plano do PEA, que contemple a participação de todos os participantes da equipa escolar. Ele deveria orientar esse trabalho coletivo para que houvesse a problematização das ideias, a tomada de decisões de forma conjunta, a organização do documento de maneira pontual e plausível.

Considerando que todos são responsáveis pelas ações que acontecem no PDE, existem instituições escolares que não propiciam espaços para discussão, reelaboração e mudanças do PEA, isso deve - se ao facto de esperarem que as ordens para a construção do PEA venham de superiores, não se considerando autónomas para reavaliar as ações na escola.

De acordo com o exposto neste trabalho, o Coordenador Pedagógico é um elemento essencial no processo educativo, na medida em que está envolvido com múltiplas atividades que ocorrem na escola, o que não significa, que seja o responsável pela realização de todas as atribuições da escola. Por estar à procura da sua autonomia para a construção do quadro de ação, ele deve ser o mediador desse processo de delimitação e definição de papéis.

O Coordenador Pedagógico desempenha um importante papel na reflexão conjunta para a construção do PEA da escola, oportunidades de aprender a pensar a prática educativa, contribuindo para a busca de um sujeito autónomo e democrático. Esse profissional deve incentivar os gestores e os demais educadores aos estudos e reflexões sobre a realidade escolar, que possibilita uma relação de diálogo entre os sujeitos no ambiente escolar, concebendo a troca de conhecimentos e a construção coletiva.

Veiga (1998) destaca que o necessário conhecimento teórico-metodológico para a construção das pesquisas, estudos, reflexões e discussões com professores,

especialistas em educação e ex-alunos, a fim de determinar o caminho desse processo, uma vez que a relação entre teoria e prática auxilia na construção de ações significativas no processo educativo. O Coordenador Pedagógico, muitas vezes, sente falta de cursos de aperfeiçoamento, que possibilitem novas reflexões sobre seu trabalho no processo educativo, precisa estar em constante formação, de modo que possa manter bem informado o seu grupo de trabalho e estar sempre atualizado (p.42).

O Coordenador Pedagógico precisa interagir com o grupo de professores, relacionando-se com os sujeitos de diferentes áreas de atuação no meio escolar. Tal aproximação permite conhecer a particularidade de cada um, as suas angústias, medos e inseguranças.

O que muitas vezes acontece é o acumular de atividades do Coordenador Pedagógico, entre elas o trabalho burocrático que exige concentração e responsabilidade, e que leva à falta de interação com o grupo de docentes, sendo relevante que o coordenador proporcione um trabalho interdisciplinar com o grupo. Esse processo auxilia a construção coletiva do PDE, uma vez que propiciaria a prática da reflexão, da discussão e da tomada de decisões coletivas.

Refletindo-se a respeito do planejamento com a equipa docente, observa-se que, muitas vezes, o trabalho do Coordenador Pedagógico limita-se a organizar as pautas das reuniões, fazer atas, coordenar conselhos de classe, atividades que não deveriam ser somente de sua responsabilidade. Quanto ao trabalho de formação, diversas dificuldades são enfrentadas, pois os professores queixam-se das atividades extra classe, já que os dias letivos devem ser voltados exclusivamente para o trabalho com os alunos. Apesar de enfrentar obstáculos, devido aos trabalhos extracurriculares, o Coordenador precisa procurar formação na sua área, de modo que esteja preparado para lidar com as dificuldades que ocorrem no cotidiano escolar.

A falta de oportunidades faz com que alguns Coordenadores Pedagógicos não se aperfeiçoem por dificuldades financeiras ou por mera acomodação. Tal situação prejudica a sua preparação profissional, fazendo com que fiquem desatualizados na sua função, o que pode gerar um clima de desconforto, baixa auto estima e desmotivação.

A sua responsabilidade no trabalho docente com professores é fundamental. É preciso perceber, que não basta discutir ideias, é necessário saber liderar o grupo, organizar cronogramas de planejamento, rever o currículo, conhecer as necessidades do grupo de professores, suas semelhanças e diferenças, rever formas de construção em

grupo e de trabalho interdisciplinar. Para Sousa (2001) “*a necessidade da formação contínua do professor é uma realidade que o coordenador pedagógico tem de enfrentar. Digo “enfrentar” porque é dele a função de formar esses professores dentro da instituição em que atua, e sabemos que a formação contínua é condição para o exercício de uma educação consciente das necessidades atuais dos alunos que frequentam a escola*” (p. 27).

É necessário trabalhar a construção de valores num grupo, assim como proporcionar autoavaliações, reflexão e um trabalho voltado para a autonomia. Partilhamos das ideias de Souza (2006), quanto refere que se vê a autoridade do Coordenador Pedagógico como forma de propor liberdade de autoavaliação, fazendo críticas quando necessário, trocando saberes, construindo conhecimentos. O contrário disso é o autoritarismo que muitas vezes é imposto por membros da gestão, os quais não permitem que os professores exponham as suas ideias e que analisem o andamento do processo ensino-aprendizagem na escola.

A autoridade e o espírito de liderança do Coordenador Pedagógico são essenciais para o trabalho com os professores. Percebe-se, entretanto, que alguns profissionais ainda mostram-se inseguros para desenvolver ações num grupo de forma convicta e determinada nesse caso, não conseguem ter iniciativa com o grupo, apresentando baixa auto estima, falta de formação, responsabilidade e clareza no desempenho de suas ações. Por vezes a ideia de se sentirem superiores aos demais, também prejudica o trabalho, quando há a conceção de que ocupam um lugar de *status* no ambiente escolar.

Vale ressaltar que o Coordenador Pedagógico precisa estar preparado psicologicamente para saber lidar com essas situações.

Assim, ao Coordenador Pedagógico cabe compreender a natureza da multiplicidade de funções, a importância do significado da palavra “gestão” no espaço educativo, a necessidade da interação entre todos os integrantes dessa gestão para a definição de atribuições, o envolvimento da direção com os demais membros gestores, além da importância da formação contínua, do planeamento, da organização de um projeto pedagógico coerente, destacando-se a valorização das relações interpessoais, do espírito de liderança e o espaço democrático para a discussão.

2.2.2 Vínculo do Coordenador Pedagógico na Gestão Escolar

Antes de entrar na questão da figura do Coordenador Pedagógico como parte integrante da gestão escolar, faz-se necessário entender o significado da palavra gestão. Segundo o dicionário Luft (1998, p. 352), seu conceito estende-se à ação ou efeito de gerir; gerência, administração. Nesse caso, a ideia remete para uma organização estrutural de uma instituição escolar, baseada em elementos que fazem parte de uma equipa, a qual é responsável das atividades do processo ensino-aprendizagem. Para Ferreira (2009) *“do ponto de vista etimológico, gestão provém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere e significa levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de algo que implica a construção do sujeito social e a sua gestatio, ou seja, sua gestação, no sentido do ato pelo qual se traz em si e dentro de si algo novo, diferente: um novo ser. Da mesma raiz, provêm os termos genitora, genitor, gérmen. A gestão assim compreendida é, por analogia, uma gestação, similar àquela pela qual a mulher se faz mãe, ao dar à luz uma pessoa humana”* (p. 37).

A autora refere o ato de gerir como algo novo, disposto numa realidade em que acontece uma tomada de decisões, no sentido de promover a construção recíproca e a delimitação das funções de cada membro de gestão. Fazendo uma analogia com relação ao processo de gerir uma escola, também exige momentos de preparação, formação e organização. Nesse sentido, os participantes da gestão escolar devem estar em sintonia com o grupo, para que as atividades na escola sejam ao agrado de todos.

Essa nova realidade pede uma administração escolar alicerçada em pensamento democrático, configurando um espaço no qual haja participação recíproca, troca de ideias e definições de papéis. O que se percebe pela prática de muitos profissionais é que eles realizam suas atividades, mas não refletem sobre elas.

Ferreira (2009) refere que *“é uma determinada concepção de educação que fundamentam uma determinada formação docente, e essa formação se traduz e se revela nas decisões e ações do trabalho pedagógico gestado e gerido pelo coletivo da escola, incluindo o diretor, o supervisor, o orientador e todos que dele participam. Reafirmo, então, que o fenômeno educativo é gerido e gestado por todos os profissionais da educação, que se encontram trabalhando em uma unidade educacional”* (p. 26).

Vê-se a necessidade da interação entre todos os profissionais que envolve discussões que não se restringem apenas à equipe da gestão, mas abrange todos os membros do processo docente educativo. Dessa maneira, o sucesso da administração escolar acontece somente quando todos têm oportunidades de participação nas discussões e decisões na unidade educacional.

Quanto aos referenciais teóricos citados acima, percebe-se que eles concordam quanto às questões que envolvem as atribuições dos membros da gestão. Eles apresentam a ideia do trabalho colaborativo, um diálogo constante entre os indivíduos que fazem parte da equipe, tanto dos professores, como da direção, visando espaços para debates sobre atribuições, definições de papéis e organização das práticas educativas.

Esse enfoque em que se visualiza a figura do Coordenador Pedagógico e os outros integrantes da gestão espera uma solução que delinieie responsabilidades a cada um. Seguindo este raciocínio, tem-se a ideia de que o Diretor é o grande norteador das ações que são desenvolvidas na escola e, a ele caberia, organizar espaços para que acontecesse uma relação de diálogo entre os integrantes da gestão. Assim, a diferença de concepção de um Diretor para outro, em proporcionar espaços para a participação do Coordenador Pedagógico na prática das decisões, parte da formação desse gestor, o qual muitas vezes se restringe a compartilhar ideias e opiniões.

A partir dessa reflexão a respeito do Diretor sua relação com o Coordenador Pedagógico, entende-se que eles não podem trabalhar isolados. Ambos necessitam ter uma relação recíproca, cuja troca de conhecimentos e opiniões reverta em grandes ações e transformações.

No entanto, há Diretores que querem desenvolver as ações na escola de forma fragmentada, sem aceitar a participação do Coordenador Pedagógico nas decisões da administração do processo docente educativo, têm a concepção de que o Coordenador Pedagógico deva apenas exercer funções que o Diretor considera, por exemplo: atendimento ao aluno e professor e ao sector pedagógico da escola, uma vez que não abre possibilidades para debates em grupo. Assim, fica inviável que os profissionais conquistem autonomia e que aconteça a construção de identidade do grupo. Para Bruno & Abreu (2006)

“A identidade de uma escola ancora-se fortemente na postura manifesta de seu diretor e na opção do modelo de gestão que ele defende. Assim, se podemos partir do princípio de que existe um diretor escolar pelo fato de existir uma escola a administrar,

e se podemos ainda afirmar que temos clareza sobre o que seja o papel da escola, não fica difícil concluir que as ações de caráter administrativo são ou deveriam ser a explicação da demanda pedagógica, resultado de um processo dialógico instalado no e pelo grupo, com boa visibilidade da escola real, do aluno real, da comunidade real, com vistas à construção da autonomia desse grupo e, ainda que se trate de uma autonomia relativa, é legítima na medida em que constrói e revela a identidade do grupo e renova suas concepções e expectativas na busca da melhoria da qualidade da educação oferecida” (p. 103).

Acreditamos que as escolas possuem Diretores preocupados com a qualidade do ensino prestado. Mas, ao analisar a realidade, vê-se que nem todos têm a formação que deveriam ter, sendo que alguns ocupam seus cargos por questões políticas, afinidade ou por mero *status*. Infelizmente esse tipo de atitude por parte de alguns Diretores predomina muito nas escolas em Angola, e certamente é por essa razão que o Coordenador Pedagógico se encontra envolvido com uma série de atividades que deveriam ser desempenhadas pelo Diretor.

Todavia, também há casos de Diretores que possibilitam um espaço para que o Coordenador Pedagógico participe das decisões da escola, conduzindo a administração de maneira democrática e interdisciplinar. Esses têm uma postura direcionada para a construção de ações mediadas por um trabalho coletivo, recíproco e participativo. Segundo Medina (1997) *“há diretores que agem de forma democrática. Permitem aos supervisores atuar de “igual para igual” na equipe administrativa. Com esses diretores, os supervisores podem opinar, dialogar e ter certeza de que estão sendo aceitos como sujeitos que têm contribuição positiva para dar à escola. Diante dos professores, esses diretores tratam o supervisor com respeito, elevando ou tecendo críticas construtivas ao trabalho que o supervisor realiza na escola” (p. 15).*

Nesse caso, o diálogo como forma de organização das tarefas, de resolução de problemas, de discussão de ideias, seria o alicerce dessa relação mútua, a qual permitiria a delimitação de papéis, a construção de funções consistentes, interligadas, claras e precisas. As atribuições do Coordenador Pedagógico no seio escolar e, fazendo uma análise das outras figuras da gestão, a maior parte das tarefas recai sobre o Coordenador Pedagógico, uma vez que este tem de estar envolvido com o todo da escola.

Entretanto, o problema não é a questão do envolvimento do Coordenador Pedagógico com relação ao trabalho do pessoal de apoio, mas a sua dificuldade em dar continuidade às funções iniciadas por esses profissionais que muitas vezes realizam os

seus papéis de forma fragmentária, sem a participação conjunta com outros colegas. Rangel (2009) refere que

“Relação e articulação constituem princípios que orientam processos integrados e integradores. Não cabe, portanto, em processos e propostas com essa orientação, separar, segmentar, dividir as ações, decisões e iniciativas, que devem necessariamente estar relacionadas e articuladas, com os mesmos propósitos. Aplicando esses princípios ao processo de ensino-aprendizagem (nuclear na proposta e no papel da escola), não cabe separar a ação pedagógica de supervisores e orientadores educacionais com os professores, da sua ação com os alunos, assim como da sua ação com os elementos do processo didático (objetivos, conteúdos, métodos, avaliação, recuperação da aprendizagem), sempre com atenção ao contexto a que esses elementos se aplicam” (p. 13).

Depreende-se que a comunicação recíproca entre o Coordenador e o Diretor é um facto muito importante no processo, e que não pode haver a transferência de responsabilidades, mas uma demarcação de espaços e funções. Logo, é fundamental que se faça essa delimitação de papéis, especialmente em relação aos do Coordenador Pedagógico no espaço de gestão, uma vez que o seu trabalho não pode ater-se à realização de tarefas desarticuladas entre si, onde muitos professores se sentem desmotivados e inseguros na sua prática educativa.

O Coordenador Pedagógico colabora para a tomada de decisões dentro da equipa da gestão e contribui para o bom andamento do trabalho dos professores. Um coordenador que está em constante atualização tem maior respaldo para trabalhar com sua equipa, já que seus conhecimentos e informações tornam-se alavancas para o processo ensino-aprendizagem seja de facto significativo.

De acordo com André & Vieira (2006) *“O coordenador atua sempre num espaço de mudança. É visto como um agente de transformação da escola. Ele precisa estar atento às brechas que a legislação e a prática cotidiana permitem para atuar, para inovar, para provocar nos professores possíveis inovações”* (p. 19). Logo o Coordenador Pedagógico surge como um sujeito protagonista de mudanças, do processo ensino-aprendizagem, uma vez que ele precisa estar constantemente preparado para enfrentar as adversidades juntamente com a equipa de professores.

Assim, entende-se que a mudança do contexto escolar também parte da atuação do Coordenador Pedagógico quando tem definidas as suas funções, consegue desenvolver um trabalho de análise sobre a prática diária dos profissionais que trabalham nas instituições escolares.

Outro aspecto importante é o planeamento que deve ser feito entre os participantes da equipa administrativa, sendo necessário que organizem em conjunto as ações que pretendem desenvolver com toda a equipa da escola. Apesar do trabalho com as informações que chegam a todo momento nas escolas, é imprescindível a relação recíproca com o grupo da gestão, discutindo, planeando ideias e ações que tenham como meta o ensino de qualidade. Para Rangel (2009)

“O planeamento requer informações, decisões, opções; os objetivos remetem ao projeto político-pedagógico da escola e aos seus fins e valores essenciais, associados aos seus compromissos com a cultura, a história, a sociedade; os conteúdos deverão necessariamente ser atuais, conceitualmente corretos e significativos; os métodos são constantemente atualizados em seus princípios e práticas pelas pesquisas e pelo debate acadêmico; a avaliação consolida, hoje, o sentido construtivo, emancipatório e colaborativo; a recuperação da aprendizagem é, mais do que uma determinação legal, um compromisso sociopedagógico” (p. 19).

O Coordenador Pedagógico tem papel relevante no processo ensino-aprendizagem, devendo responsabilizar-se com os aspetos que norteiam o trabalho na escola. Dentre eles, algumas questões são pertinentes e merecem destaque, como o planeamento das ações que contemplam o PEA, os objetivos, os conteúdos, os métodos, os procedimentos, a avaliação, ações que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem e que merecem conhecimento e atualização constantes.

A partir da atualização e do planeamento constantes no ambiente escolar, é importante proceder à definição de funções e à delimitação de espaços de forma conjunta e participativa. O quotidiano escolar demonstra que esse profissional tem vindo a tornar-se responsável pelo desenvolvimento de todo o processo ensino-aprendizagem em virtude da ausência de definição de atribuições, devendo tomar conta de várias atividades, desde a organização de eventos até no atendimento de alunos em sala de apoio. Segundo Orsolon (2001) *“as práticas administrativas e pedagógicas desenvolvidas na escola desenham as relações e as interações que as pessoas estabelecem em seu interior e definem formas/modelos para o fazer docente. Quando os professores percebem movimentos da organização/gestão escolar direcionados para a mudança de determinado aspeto de sua prática, essa situação pode se constituir um fator sensibilizador para sua mudança”* (p. 21).

Cabe ao Coordenador Pedagógico procurar espaços de construção de autonomia no processo de gestão, procurando a sua real identidade no grupo, como também a dos

demais sujeitos que o compõem. A sua contribuição pode propiciar a rutura com o velho e a construção do novo pela interlocução e pelo comprometimento. Ednir et al. (2006) sugerem que *“Liderar uma equipe durante um processo de mudança tem a ver, antes de mais nada, com promover novas maneiras de pensar. Chamamos isso mudança conceitual. É o que ocorre quando o modo como habitualmente cada qual pensa é explicitado. As pessoas envolvidas nesse processo podem, então, examinar com um novo olhar seus antigos conceitos”* (p. 15).

A respeito da questão da liderança, facto fundamental num grupo de gestores, acredita-se que novas formas de pensar são possíveis se houver pessoas responsáveis que apresentem uma atitude de liderança capaz de contagiar os demais. A mudança requer um líder capaz de lutar e promover alterações de conceitos.

O Coordenador Pedagógico que apresentar tal visão de liderança pode auxiliar no processo de transformação no grupo de gestão, devendo, estar profundamente envolvido com os demais sujeitos do grupo, o que possibilitará a criação de vínculos, além de reflexões sobre a necessidade da gestão escolar repensar suas ações diariamente.

O espaço de diálogo e troca de ideias em um grupo pode levar a grandes mudanças e transformações. O Coordenador Pedagógico deve ser o mediador no processo de gestão, propondo discussões, fazendo o grupo envolver-se com as dificuldades e necessidades do trabalho de gestão, refletindo sobre as atribuições de cada um, revendo possibilidades de mudança e novas formas de distribuir das funções, de modo que não fiquem a cargo de um profissional apenas.

Esse trabalho deveria ser semelhante ao que o coordenador realiza com o grupo de professores, nos momentos em que todos sentam juntos para definir os objetivos a serem atingidos no período académico, oportunidades de discussão, troca de experiências, confronto de ideias e muito planeamento.

2.2.3. Autonomia do Coordenador Pedagógico no planeamento do processo de ensino-aprendizagem

O Coordenador Pedagógico deverá ser capaz de desenvolver e criar métodos de análise para detetar a realidade, gerar estratégias para a ação, ser capaz de desenvolver e adotar esquemas conceituais autónomos e não dependentes daqueles que vem sendo empregados como modelo, pois um modelo de coordenação escolar não serve a todas as

realidades. Possui uma função globalizado do conhecimento através da integração dos diferentes componentes curriculares.

Sem esta ação integradora, o aluno receberia informações soltas, sem relação uma das outras. É preciso que os conteúdos sejam trabalhados por áreas de conhecimento. No planejamento pedagógico, o trabalho deve estar na maneira como dará a sequência de aprendizagem dos conteúdos ao longo da escolaridade e é preciso fazer a adequação dos conhecimentos que precisam ser trabalhados de forma articulada aos de outras áreas, garantindo ao aluno uma aprendizagem articulada e eficaz e ao professor a possibilidade de ações interdisciplinares. Para que o conhecimento ganhe sentido transformador para o aluno é necessário ter relação com a realidade por ele conhecida, e que os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento sejam referidos à totalidade de conhecimento.

A autonomia escolar se conquista de acordo com o tempo, tempo de investigar, tempo de planejar, tempo de executar.

- Tempo de investigar é quando nos propomos a conhecer a realidade de nossos alunos, Para desenvolver um bom trabalho na comunidade escolar, precisamos saber quem são e quais são as necessidades de nossos educados.
- Tempo de planejar é também o tempo de reciclar ideias, buscar algo novo somar ao que já sabemos, desenvolver novas técnicas de aprendizagem e avaliar metodologias.
- Tempo de executar é o tempo de por em prática tudo aquilo que idealizamos pesquisa. É um conjunto de ações que vão culminar no saber adquirido do professor, é um momento de satisfação profissional, onde avalia-se o esforço enquanto profissional e responsável comprometido com a aprendizagem.

2.2.3.1 Papel e Ação do Coordenador Pedagógico Universitário

O papel do Coordenador Pedagógico Universitário é assegurar através de várias ações pedagógicas necessárias para o bom desenvolvimento escolar, resultado da participação conjunta de professores, alunos, conselho pedagógico, para que resulte na formação de alunos altamente qualificados.

O conhecimento da ciência pedagógica é imprescindível, não porque esta contenha orientações concretas válidas para hoje e para amanhã mas porque permite realizar uma autêntica análise crítica da cultura pedagógica, o que facilita ao professor debruçar-se sobre as dificuldades concretas que encontra em seu trabalho, e superá-las de maneira criadora.

A escola precisa ser de facto, o local do exercício da cidadania, para que isso aconteça, é preciso garantir a permanência do educando tornando o sujeito capaz de assimilar e construir saberes com a orientação dos professores, baseando sempre em princípios, valores éticos e morais.

Um plano de trabalho é o primeiro passo onde as ações devem ser coordenadas de forma flexível de acordo com a realidade escolar, estimular o trabalho em equipa voltado para orientação e cobranças de resultados satisfatório da aprendizagem. A primeira tarefa do Coordenador Pedagógico Universitário é tentar mobilizar os colegas a desenvolver um trabalho de equipa, pois essa é uma condição essencial para a melhoria da função pedagógica em sala de aula, clarificando os objetivos de aprendizagem.

Para obter os melhores resultados é primordial analisar o desempenho de professores e alunos desde do primeiro ano que entram nas IES propondo ações efetivas para melhorar esse desempenho.

Com os indicadores da escola em mãos é possível montar um plano de ação visando a melhoria e a recuperação de aprendizagem em várias disciplinas discutindo os resultados insatisfatórios em conjunto ou individualmente com os professores e alunos.

A troca de informações com os professores envolvidos com baixos índices de aproveitamento mostra imprescindível a fim de que conheçam em profundidade as características desses professores, entre as quais sua inclinação e vontade em modificar seu trabalho, o grau de interesse pela aprendizagem do aluno com vistas ao melhor desempenho que contribuirá na implementação de ações necessárias a melhoria do trabalho em sala de aula,

O CPU precisa reestimular o professor envolvido com maus resultados para o compromisso de tentar novas formas de trabalho capazes de alterar os rumos do processo. Para que isso aconteça será preciso acompanhar essas ações para que tudo o que planeou, não se perca. Discutir a questão da assiduidade e buscar razões do excesso de falta de muitos às aulas é uma tarefa árdua pois a falta de continuidade dos conteúdos

provoca nos alunos o desinteresse por determinadas disciplinas. A aprendizagem dá-se de forma cumulativa, e o não cumprimento do planeamento pode causar dano na aprendizagem do aluno.

Acompanhar e analisar as avaliações que serão aplicadas aos alunos e os critérios das mesmas. As avaliações devem medir a eficiência dos métodos aplicados em sala, lutar para que a avaliação deixe de ser uma arma e passe a ser um diagnóstico. Para eventuais recuperações, que elas não se constituem em repetição dos conteúdos não apreendidos, mas um novo momento no qual se aplicarão métodos diferenciados para atingir os objetivos propostos pelo professor.

Para que a escola obtenha resultados satisfatórios é preciso que todos de a sua contribuição na melhoria do ensino-aprendizagem. Um CPU sabe o que deve, e como fazer para atuar o seu papel, mas vale lembrar que na teoria é muito bonito, na prática é possível a execução de um bom trabalho.

2.2.3.2. Trinómio - Direção - Ensino e Coordenador Pedagógico Universitário

O CPU não pode ficar isolado da equipa da gestão da UO. É preciso que ele o Gestor da UO (Diretor Geral), os Gestores Adjuntos (Diretores Gerais Adjuntos) e os demais elementos de apoio, estejam relacionados para que o trabalho seja desenvolvido de forma conjunta na escola. O gestor deve orientar todo o processo educativo, pois é através da sua preparação e organização que as ações se concretizam na escola.

Aos gestores necessitam repensar suas práticas para que mudanças e transformações aconteçam. É importante que o Coordenador Pedagógico Universitário proporcione momentos de reflexão com seu grupo, propiciando tanto a sensibilização com relação às angústias e medos quanto a retomada de consciência, a participação mútua e a partilha de responsabilidades. Para Placco (2003) *“nenhum processo de desenvolvimento e planeamento profissional, na escola, tem resultados efetivos se a responsabilidade pelos processos e pelos resultados não é partilhada cada qual com a função que lhe cabe, mas consciente das funções uns dos outros e colaborando mutuamente para que os objetivos sejam alcançados”* (p. 53).

É dessa forma que uma equipa de gestão deve desenvolver seu trabalho no espaço escolar, salientando-se que funções claras e partilhadas podem tornar suas ações mais eficazes que proporcionam maior integração entre os componentes da equipa de gestão, e as atribuições sejam pensadas no coletivo e através da troca constante de

conhecimentos. As ações devem ser conjuntas de modo que a interlocução com o outro seja possível, o que deve levar ao crescimento e ao fortalecimento ao longo da caminhada educativa.

O CPU tem a tarefa de discutir sobre sua atuação no processo ensino-aprendizagem junto ao gestor e, aos poucos refletindo sobre suas funções em construção. É preciso que lute por suas aspirações, num confronto constante entre a teoria e a prática, para que as ações acarretem mudanças e transformações no trabalho de gestão e na escola como um todo.

2.2.3.3 Função do Coordenador Pedagógico Universitário e a Aprendizagem Significativa

A função específica do CPU é a socialização do saber docente, na medida em que cabe estimular a troca de experiências entre os professores, ir além do conhecimento teórico, para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, manter sempre atualizado, fontes de informação e refletindo sobre sua prática, é necessário destacar o trabalho com a colaboração de todos, o CPU, deve estar preparado para mudanças e sempre pronto a motivar sua equipa.

Dentre das diversas atribuições está o ato de acompanhar o trabalho docente, sendo responsável pelo elo entre os envolvidos na comunidade académica. A questão do relacionamento entre o CPU e o professor é um facto crucial para uma gestão democrática, com estratégias bem formuladas onde o coordenador não pode perder seu foco: o Coordenador Pedagógico Universitário precisa estar sempre atento ao panorama que se apresenta a sua volta valorizando os profissionais da sua equipa e acompanhando os resultados, essa caminhada nem sempre é feita com segurança, pois as diversas informações e responsabilidades, também fazem parte dessa trajetória.

Cabe ao CPU refletir sobre sua própria prática para superar os obstáculos e aperfeiçoar o processo de ensino – aprendizagem. O trabalho em equipa é fonte inesgotável de superação e valorização do profissional. O papel do Coordenador Pedagógico Universitário na aprendizagem significativa mostra-se pontual na organização e desdobramento das atribuições em relação ao seu compromisso teórico-metodológico, ao estabelecimento de um clima de organização propício ao

desenvolvimento de um trabalho pedagógico que respeite as distintas vozes que se apresentam no processo docente educativo e análise de vivências da escola.

A prática pedagógica se constrói pela contribuição de todos os atores sociais, cujo facilitador, pode ser materializado, na figura do CPU. Conforme o artigo 3º da Lei de Base do Sistema de Educação a formação do aluno requer um conjunto de ações que apenas um professor não pode realizar. Portanto o processo de ensino-aprendizagem não se alimenta exclusivamente da contribuição individualizada de cada conteúdo ou isoladamente pelo contrário, além dessas contribuições individuais, há aquelas provenientes do trabalho conjunto de todos os professores e destes com os demais profissionais da educação existentes na escola.

A figura do Coordenador Pedagógico na instituição de Ensino Superior deve ser vista como fruto de uma concepção progressista, onde as novas formas de gestão escolar do processo ensino-aprendizagem serão postas em prática e a sua real função de coordenar, planejar e acompanhar todo o processo didático pedagógico com a prática e método onde os alunos criem conhecimentos a partir de suas próprias descobertas. Para Zabala (1998) *“um dos objetivos de qualquer profissional consiste em cada vez ser mais competente em seu ofício. Geralmente se consegue esta melhoria profissional mediante o conhecimento e a experiência: O conhecimento das variáveis que intervêm na prática e a experiência para dominá-las”* (p.13).

Pensar na qualidade de ensino implica assegurar um processo pedagógico pautado na eficiência, eficácia e efetividade social, cultural e económico de modo a garantir o ingresso, permanência e a qualidade. Para que esse processo se efetive é preciso um trabalho coletivo, onde todos estejam voltados pelo mesmo objetivo.

Vivemos em uma sociedade em que ocorrem inúmeras mudanças, onde a escola, como instituição de ensino e de práticas pedagógicas, enfrenta muitos desafios frente às exigências que surgem. Os profissionais precisam estar conscientes de que os alunos devem ter uma formação cada vez mais ampla, promovendo o desenvolvimento das capacidades. Para que isso aconteça, é necessário a presença do Coordenador Pedagógico Universitário consciente de seu papel, da importância de sua formação e da equipe docente.

O CPU deve ser visto como gestor, para auxiliar e contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, objetivando uma educação com eficiência. É nesta perspectiva, que afirmamos que o Coordenador Pedagógico Universitário é uma figura

necessária e tem um longo caminho social, para o desenvolvimento do trabalho e de compromisso pessoal. O seu papel deve ser de facilitador, desta forma, colocam-se aqui algumas atribuições do CPU:

- a) Desenvolver um trabalho harmónico dentro da instituição escolar;
- b) Conversar diretamente com os professores sobre o desempenho discente;
- c) Acompanhar e avaliar o professor em relação ao que faz e como faz o seu próprio trabalho;
- d) Assessorar o trabalho do professor (transmitindo sugestões de atividades);
- e) Descentralizar as condições a respeito da ação docente;
- f) Criar situações para a solução dos problemas que surjam no grupo de professores;
- g) Procurar subsídios que facilitem a ação docente;
- h) Discutir diferentes maneiras de trabalho, comunicando experiências;
- i) Elogiar o que for positivo e esclarecer o que considera negativo;
- j) Incentivar os professores a avançar em seus estudos;
- k) Organizar as condições de trabalho do professor com o material de ensino.

O Coordenador Pedagógico Universitário deve estar atento às transformações de atitude escolar, tendo a responsabilidade de promover a reflexão e a vivência nas relações escolares, tornando-se um agente transformador da prática pedagógica. Por isso precisa estar aberto para constantes transformações. No decorrer do processo de ensino aprendizagem, é importante que o CPU esteja atento aos seguintes aspetos:

- a) Integrar-se plenamente na unidade em que atua;
- b) Ler e analisar o material sobre a escola;
- c) Observar o funcionamento da escola e sua unidade;
- d) Fazer sugestões sobre o processo educativo que se desenvolve na escola;
- e) Participar em encontros com todos os membros da escola;

- f) Organizar as ideias levantadas e desenvolver o seu plano de trabalho;
- g) Apresentar seu plano e discutir com a equipe docente;
- h) Elaborar um cronograma de execução;
- i) Apresentar a versão final do seu plano a todos os componentes da escola;
- j) Operacionalizar sua atuação ao final do período previsto.

O papel do CPU deve favorecer a construção de um ambiente democrático e participativo, em que exista o incentivo, a produção do conhecimento por parte da comunidade escolar (alunos, professores e demais sectores do sistema escolar).

A função da coordenação pedagógica é administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem, visando à permanência do aluno com sucesso. Partindo desse pressuposto, podem-se identificar as funções articuladoras e transformadora do papel do Coordenador Pedagógico Universitário no ambiente escolar, tais como:

1. Garantir a realização semanal do horário de trabalho pedagógico do processo de ensino e aprendizagem.
2. Organizar encontros com professores por área de aprendizagem.
3. Atendimento individual aos professores e alunos.
4. Fornecer base teórica para reflexão sobre as práticas pedagógicas e científicas.
5. Conhecer o desempenho da escola em avaliações internas e externas do PEA.

O Coordenador Pedagógico Universitário deve estar sempre preparado para mudanças e para motivar equipa na formação do novo cidadão e centraliza o coletivo de professores nos aspetos que promove a integração do docente, propiciando o seu desenvolvimento profissional e pedagógico através do contacto com a realidade do processo docente educativo.

Para o efeito é preciso pesquisar, diagnosticar e propor alternativas e soluções para os problemas observados, com a devida sustentação teórica/prática. Propicia ao

professor a orientação que o direcione à análise crítica e contextualizada da dinâmica de práticas pedagógicas na organização do processo de ensino-aprendizagem para formação de competências profissionais em docência universitária, incidindo na formação acadêmica dos docentes, para contribuir na elevação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Só assim é possível o Coordenador Pedagógico Universitário exercer a função primordial, do dia-a-dia de uma instituição educativa universitária dispendo segundo certa ordem e método as ações que colaboram para o fortalecimento das relações entre a cultura e a escola, organizar o pensamento de reflexão dos professores nos planos de ensino e da avaliação da prática pedagógica, das rotinas pedagógicas de acordo com os desejos e as necessidades de processo de ensino aprendizagem, ampliando os ambientes de instrução. Esse é o sentido de ser um bom Coordenador Pedagógico Universitário de processos de aprendizagem e de desenvolvimento.

Assim expressa Ferreira (2004) a mudança no mundo do trabalho e das relações sociais descortinam novas demandas à educação “*o trabalho dos profissionais da educação – em especial da supervisão educacional – é traduzir o novo processo pedagógico em curso na sociedade mundial, elucidar a quem ele serve, explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover necessárias articulações para construir alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas*” (p. 93)

O trabalho do Coordenador Pedagógico Universitário deve ser orientado para os resultados para que a escola se torne a inovação da prática pedagógica para elevar a qualidade de ensino. Segundo a Resolução de C. de Ministros (2007) “*é necessário adotar medidas que visam melhorar a articulação entre os diferentes subsistemas de ensino, nomeadamente, nos domínios dos currículos, da organização e gestão, da investigação científica, das práticas metodológicas, etc., promovendo a colaboração entre os diferentes atores educativos e parceiros*”.

O papel do CPU tem a finalidade de promover a compreensão dos contextos, em que ele e os demais agentes envolvidos no processo de ensino aprendizagem exercem suas práticas. Deve ser orientador, exigindo um compromisso muito amplo, com a comunidade na qual trabalha, um compromisso político que aconselha a competência profissional e reflete na ação do educador, em sala de aula. Todavia, a tarefa do

coordenador é muito difícil, exigindo participação para a integração no processo de ensino.

Acredito que todos que estão em sala de aula precisam de uma pessoa que colabore com sua prática, seja para proporcionar momentos de estudo ou para ajudar no desenvolvimento de materiais, pesquisas ou até para ouvir as angústias.

Uma das principais e mais importantes atribuições do CPU, é o apoio pedagógico, visitas necessárias para que se reflita a prática pedagógica sem que pareça uma fiscalização mas sim um apoio, onde necessariamente não precisa saber de tudo, antes de mais saber ouvir. Nessa perspectiva, cabe a esse profissional adotar uma postura lógica frente ao conhecimento e à sua própria prática. A esse respeito posicionam-se as seguintes exigências:

- Exige compromisso pessoal de todos;
- Exige abertura de espaços para a participação;
- Há necessidade de crer, de ter fé nas pessoas e nas suas capacidades;
- Requer globalidade (não é participação em alguns momentos isolados, mas é constante);
- Distribuição de autoridade;
- Igualdade de oportunidades em tomada de decisões;
- Democratização do saber.

Brandão (1999) afirma que a *“educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e, ali, sempre se espera, de dentro, ou sempre se diz para fora, que a sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor, de acordo com as imagens que se tem de uns e outros”* (p.45).

PARTE II
METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO III- OPÇÕES METODOLÓGICAS

Como profissional na área da Educação revelámos preferência por um estudo quantitativo e qualitativo, por se achar que uma investigação mista melhor podia servir os objetivos do estudo, e por considerarmos que as suas características se adequam às nossas pretensões e convicções: um estudo que incidisse na compreensão de um contexto.

O problema que motivou este estudo prende-se fundamentalmente com as experiências profissionais e pessoais vividas pelo autor, a par desta motivação profissional, existiu um outro aspeto a considerar em qualquer investigação que é a atualidade do seu tema. Neste campo, a legislação em vigor no Subsistema de Ensino Superior é uma referência forte, assumindo, claramente, a atualidade e pertinência deste estudo.

De seguida, destacamos aqueles que desempenharam um papel primordial nesta pesquisa os 48 professores, 6 membros da ESPLN e ESPLS, assim como, os 5 membros do Colégio Reitoral da ULAN. Destes, apenas dois deram o seu contributo à investigação, que formam o corpo docente, que cederam com a maior facilidade a informação, de responderam o inquérito e demonstraram vontade de comunicar esses conhecimentos num espírito de colaboração constante.

As narrativas biográficas escritas assumiram, neste estudo, a função de técnica privilegiada, como fonte de informação principal, assim como, a análise documental. Após a recolha dos dados, iniciaram-se os procedimentos para a sua análise. Na última fase, realizámos o tratamento através da análise de conteúdo que surge no intuito de completar e constatar com o processo sugestivo de comparação produzido na análise quantitativa. Finalmente o relato da caracterização de ESPLN e ESPLS.

3.1. CONTEXTO DA PESQUISA E PARTICIPANTES

Com o propósito de obter conhecimento sobre Papel, Funções e Importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários desenvolvemos instrumentos que nos permitam responder às questões de partida através de inquéritos por questionários (anexo 3) e entrevista, direcionada aos responsáveis do Colégio Reitoral e responsáveis das referidas instituições ligadas a pesquisa (anexo 5): Diretores Gerais e Diretores Gerais Adjuntos, para aprofundar as respostas do questionário dirigido aos órgãos de

direção das instituições e do Colégio Reitoral. Também, será importante a análise de documentos oficiais.

A análise histórica do ESA confirma a inexistência de um processo de gestão pedagógico e didático nas IES público angolano com uma coordenação pedagógica atuante que permita direcionar a necessidade das relações entre seus níveis curriculares, fundamentalmente nos programa e planos curriculares, conteúdos de disciplina e os períodos académicos, como suporte metodológico que direcione a formação integral dos professores, valorizado o seu trabalho didático.

Estes níveis devem enfrentar novos conceitos que se introduzem nos currículos universitários, conforme disposições da alínea f) do artigo 15º e alíneas b) e c), ponto 1 do artigo 18º do Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro.

Este nível do processo docente educativo, nem sempre observa conexões entre a dimensão administrativa, confundindo-se com a função metodológica que conduz a uma formação de excelência profissional.

As técnicas adequadas para pesquisa que realizámos são: questionário, entrevista e análise documental, partindo dos depoimentos coletados, do conhecimento da documentação legal existente sobre Coordenador Pedagógico, Estatuto da ULAN, artigos 53 ponto 1 alínea d) e f), e 55 ponto 1 alínea d) e f) e dos respetivos instrutivos académicos da ULAN e UAN, será fundamental para as categorias de análise, de nosso objeto de estudo - os Coordenadores Pedagógicos Universitários.

Julgamos que este estudo é de grande interesse, justamente por estar relacionado com as mudanças nas IES sobre a qualidade das aprendizagens mediadas por CPU, um dos grandes desafios do século XXI. Este pode ser responsável pela atuação do papel da escola, papéis dos que nela trabalham, das formas de ver e agir sobre o PEA. Nessa perspectiva a figura do Coordenador Pedagógico Universitário poderá reformular as práticas e os papéis dos professores e alunos, o que justifica a relevância para a realização da pesquisa.

O grande desafio é contribuir para construir conhecimento que possibilite colocar os papéis as funções do Coordenador Pedagógico Universitário como mediador entre a prática do professor e a fundamentação teórica que a sustenta, necessárias em um processo de formação docente.

Caberá ao CPU mediar a investigação da prática pedagógica com o objetivo de aprimorá-la, acompanhando o estudo teórico, auxiliando nas dúvidas e principalmente

vivendo com ele a prática de ensinar e aprender, pois a humildade, paciência, solidariedade, respeito ao ritmo do outro, são qualidades indispensáveis para coordenar um grupo de professores e alunos numa instituição escolar universitária.

O enquadramento político legal em que insere o tema é Decreto Presidencial nº 242/11 (Estatuto Orgânico da Universidade Lueji A Nkonde), Decreto-lei nº 2/01, de 22 de Junho, que estabelece as normas gerais reguladoras do Subsistema do ESA, Lei nº 13/01, de 31 de Dezembro, (Lei de Base do Sistema de Educação), Decreto nº 57/03, de 5 de Setembro, que aprova o Estatuto Remuneratório dos Funcionários da UAN, Decreto nº 7/09, de 12 de Maio, que estabelece a reorganização da rede do Ensino Superior pública, a Resolução do Conselho de Ministros nº 4/07, de 2 de Fevereiro (Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior), Decreto 90/9 de 15 de Dezembro, que estabelece as normas gerais do Subsistema do Ensino Superior, entre outras.

3.2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DA LUNDA NORTE

O surgimento da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte, ESPLN, é um desafio do desenvolvimento do ESA, de acordo com o Decreto-lei nº 2/01 de 22 de Junho, para corresponder com os princípios da Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei 13/01 de 31 de Dezembro o artigo 30º da subsecção III nos seguintes pontos:

1. O ensino superior pedagógico destina-se à formação de professores de nível superior, habilitados para exercerem as suas funções, fundamentalmente no ensino secundário e eventualmente na educação pré-escolar e na educação especial.
2. Este ensino destina-se também à agregação pedagógica dos professores dos diferentes subsistemas e níveis de ensino, provenientes de instituições não vocacionadas para a docência (p.12).

A reforma dos cursos de Institutos Superiores de Ciências de Educação, ISCED's, pelo facto de não corresponder às necessidades dos professores de todos os níveis do Sistema de Educação e Ensino no país, projetou as Escolas Superiores Pedagógicas (ESP) como solução para formação de professores e educadores do ensino básico e geral, cuja atuação basear-se-á no seu Estatuto que define a missão, natureza e

fins em conformidade com o Decreto 35/01, de 8 de Junho, (atualmente revogado pelo Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro, que estabelece as normas gerais reguladoras do Subsistema do Ensino Superior). Sendo este o instrumento regulador da vida da instituição, encontramos aqui os princípios que orientam a atividade, as funções, os seus órgãos de gestão, assim como, a estrutura interna e orgânica (Reitoria, UAN 2004, p.1).

No ano académico 2004, o Colégio Reitoral da então Universidade Pública, definiu estratégias de ações imediatas para abertura do referido ano de escolarização, com anúncio público da abertura e informações, inscrições para o curso preparatório e exames, preparação dos programas, admissão dos professores e cursos de superação dos professores. Foi estabelecido um cronograma de ações, com base na proposta da então Vice Reitora para os Assuntos Académicos que mereceu anuência favorável do Reitor, sobre a constituição de uma Secção pedagógica, com a missão de executar tarefas ligadas a criação de todas as condições académicas para assegurar o arranque do ano académico o primeiro na história da Província da Lunda Norte em termos de ensino superior. As ações pedagógicas resultaram no preenchimento de números clausus e constatou-se um número total de 280 vagas, distribuídas nos seguintes cursos: (Relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da abertura da ESPLN, Anexo ao paradigma da Reitoria da UAN).

Quadro 1- Vagas propostos para os primeiros candidatos na abertura da ESPLN

Nº	Cursos	Vagas
1	Português/Inglês	40
2	Português/Francês	40
3	Matemática	40
4	Física	40
5	Química	40
6	Biologia	40
7	Educação de Infância	40
Total		280

Tendo em conta o funcionamento dos troncos comuns dos cursos a previsão passou 430 vagas projetadas.

Quadro 2- Acréscimo de vagas propostos para os primeiros candidatos na abertura da ESPLN

Nº	Cursos	Vagas
1	Português	130
2	Ciências Exatas e da Natureza	300

Neste quadro podemos constatar o evoluir o número atualizado das inscrições conforme o quadro resumo abaixo:

Quadro 3- Inscrições dos primeiros candidatos na abertura da ESPLN

Nº	Curso	Inscrições
1	Língua Portuguesa	134
2	Matemática	121
3	Física	60
4	Química	46
5	Biologia	148
6	Educação de Infância	178
Total		687

Apurou-se que destes inscritos, a média de idade estava acima dos trinta anos, tendo sido recomendado a realização do exame de acesso, a nível nacional para trazer mais jovens que pretendiam ingressar na ESPLN em 2004, porque dado o carácter do seu funcionamento, era necessário trabalhar com estudantes regulares.

Antes do arranque das aulas projetou-se um curso preparatório de refrescamento por existência de candidatos com tempo superior a 16 anos ou mesmo vinte anos desde que terminaram o ensino médio e sem possibilidades de frequentar uma IES por inexistência na altura na província, cuja frequência foi de aproximadamente 600 candidatos, com oito professores que asseguraram o respetivo ano zero, sendo quatro para a matemática e igual número para língua portuguesa.

Quanto ao corpo docente necessário na altura, as necessidades apontavam para 30 professores, mas o número do 1º ano de todos os cursos foi de 20 professores, utilizando o processo de tronco comum para as cadeiras de formação geral e psicopedagógica, assim resumidos no quadro:

Quadro 4- Vagas propostos para os primeiros candidatos na abertura da ESPLN

Nº	Cadeiras/Disciplinas	Total Docente	Observação
1	Psicopedagógica	2	
2	Gerais	2	
3	Português	3	Específicas do curso
4	Matemática	2	Específicas do curso
5	Física	2	Específicas do curso
6	Química	2	Específicas do curso
7	Biologia	2	Específicas do curso
8	Educação de Infância	2	Específicas do curso
Total			17

A Comissão Instaladora na altura fez contacto para recrutamentos de docentes tendo no mercado provincial conseguido 12 e a contratação por intermédio da ANTEX, em função do acordo assinado pelos Ministérios de Educação de Angola e Cuba com áreas definidas de (08) professores cubanos, assim como se recomendou a contratação de (03) professores Portugueses ou Brasileiros, para os cursos de língua portuguesa.

A ESPLN, na sua existência funcionou com toda a legislação da UAN, Regime académico, Regulamento Interno da Escola, do Conselho Pedagógico, entre outros instrutivos de gestão académica e científica. Até ao momento finalizaram nesta instituição 1.263 bacharéis e com previsão de 352 licenciados em diferentes áreas de Ciências de Educação. Estão neste momento matriculados 1.986 alunos com um quadro geral de 44 docentes entre efetivos e colaboradores.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR POLITÉCNICA DA LUNDA SUL

O surgimento da Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, ESPLS é um desafio do desenvolvimento do ESA, inserido no Diário da República nº 60, 1ª Série de 1 Agosto de 2003, para corresponder às exigências locais do grande projeto mineiro existente naquela província, o projeto Catoca, vocacionado para a exploração mineira em quimberlitos com a formação de quadros técnicos com nível de bacharelato, sob dependência da UAN, cuja atividade académica teve início em Junho de 2005.

Atualmente a ESPLS, está inserida na ULAN, Região Acadêmica IV com o desmembramento da UAN, cujo funcionamento se iniciou em 2005, neste contexto a instituição estava vocacionada para formação de bacharéis nas especialidades de Mineração e Ambiente, Electro Mecânica, Construção Civil, Metalurgia e Matérias, cujo histórico estudantil se reflete no quadro abaixo até aos dias de hoje.

Quadro 5 - Evolução estudantil de 2005-2013 da ESPLS

Nº	Ano acadêmico	Total alunos
1	2005	231
2	2006	369
3	2007	420
4	2008	419
5	2009	568
6	2010	651
7	2011	1.945
8	2012	2.796
9	2013	3.280
Total		10.679

As ações acadêmicas são asseguradas por um corpo de 33 docentes efetivos, 74 contratados que na sua maioria são técnicos do referido projeto e 28 docentes expatriados. Os serviços administrativos são assegurados por uma mão-de-obra de 32 técnicos efetivos e 38 colaboradores. NA ESPLS, ainda não é notório um quadro de pessoal docente correspondente à demanda do universo estudantil que a escola possui, bem como contrasta com a capacidade da infra estrutural disponível.

Atualmente, as referidas IES após o desmembramento da UAN, o Colégio Reitoral da ULAN definiu nas suas linhas de ação, inverter os Cursos de Bacharelato para o grau de Licenciatura, assim como, a inserção de mais cursos onde a ESPLN passou de (8) oito, para (10) dez especializações e a ESPLS de quatro (4) para (11) onze, destacando nesta IES Cursos de Ciências de Educação e Humanas, num total de seis (6).

CAPÍTULO IV - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Com a recolha de dados e aplicação da análise dos resultados, realizámos o tratamento através da análise estrutural que surge no intuito de completar e constatar com o processo de comparação numa análise quantitativa, das questões e dos resultados de cada metodologia, tratados com a aplicação Excel do Microsoft Office 2007. O questionário foi dividido em duas categorias: Parte I – Caracterização pessoal e profissional que contempla nove aspetos. A parte II - Reflete a opinião dos inqueridos em relação ao Papel, Funções e Importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários. A técnica de análise de conteúdo utilizada para tratar os dados qualitativos foi a análise categorial, tendo sido elaborada uma grelha de categorias, para auxiliar a perceção empírica de que é o Coordenador Pedagógico Universitário.

4.1. PROCEDIMENTO DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

A fase de recolha de dados decorreu no final do mês de Novembro de 2012, inicialmente a ESPLN, situada na cidade do Dundo, Província da Lunda Norte e a deslocação a ESPLS, cidade de Saurimo, Província da Lunda Sul, que situa a 260 KM. Ambas as IES públicas adstritas a ULAN e com diferentes perfis de formação, a primeira para formação de licenciados na área de Ciências de Educação e outra em Engenharia e Ciências Humanas e Sociais. Foram distribuídos os inquéritos em todos os 8 DEI das escolas pesquisadas, ressaltando os professores do DEI de Biologia Química da ESPLN que não colaboraram.

Para auxiliar a perceção empírica de que o Coordenador Pedagógico Universitário realizaria um pouco em seu trabalho na instituição escolar, no questionário constam questões que favorecem o levantamento de dados para o estudo pretendido.

A proposta dessa pesquisa permitirá realizar uma descrição e análise, sequencial das questões.

Os dados quantitativos obtidos foram tratados estatisticamente utilizando a aplicação Excel do Microsoft Office 2007. A elaboração de tabelas de frequência permitiu uma visualização do número de ocorrências de cada resposta de acordo com os princípios enunciados por Moscorola & Freitas (2002).

4.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA QUANTITATIVA

Realizou-se assim uma pesquisa quantitativa com docentes da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul da Universidade Lueji A`Nkonde. Portanto, foram entregues questionários às escolas onde se realizou a pesquisa para que fossem respondidos os seguintes itens subdivididos em duas categorias, (anexo 3):

Parte I – Caracterização pessoal e profissional que contempla nove aspetos - sexo, idade, grau académico, nível de ensino que leciona, situação profissional, DEI em que esta vinculado, anos de serviço docente, exercício de cargo de direção e chefia e nacionalidade.

Parte II - Reflete a opinião dos inqueridos em relação as funções e importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul, contendo sete (7) características adiante:- alguns indicadores do perfil do Coordenador Pedagógico Universitário, funções, opinião da categoria de Coordenador Pedagógico Universitário que não é valorizada no Ensino Superior, a gestão eficaz pela parte dos professores da articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos CPU, a nulidade do papel dos CPU na valorização das suas competências, os CPU e professores têm a importância fundamental da ação pedagógica e didática nas diferentes correntes, finalmente, com os professores sem o papel dos CPU é possível a promoção da educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos.

Os questionários distribuídos, num total de cem (100), sendo 50% para cada instituição por intermédio dos DEI e o universo de participantes incluindo Chefes de Departamentos de Ensino e Investigação, totalizaram 48 professores, sendo 19 da ESPLN com uma cifra percentual de 40% e 29 professores da ESPLS com uma percentagem de 60%.

Dos participantes 7 são Chefes de DEI das duas UO, dos 8 previstos que dá 88% sendo 3 da ESPLN exceto o DEI de Biologia e Química sem participação e 4 da ESPLS.

No início da pesquisa houve um diálogo com o Magnífico Reitor da ULAN sobre o tema e a possibilidade de fazer o levantamento de dados junto das UO. Foi feita uma carta de apresentação contendo os dados pessoais do pesquisador, como estudante de Mestrado da Universidade de Évora.

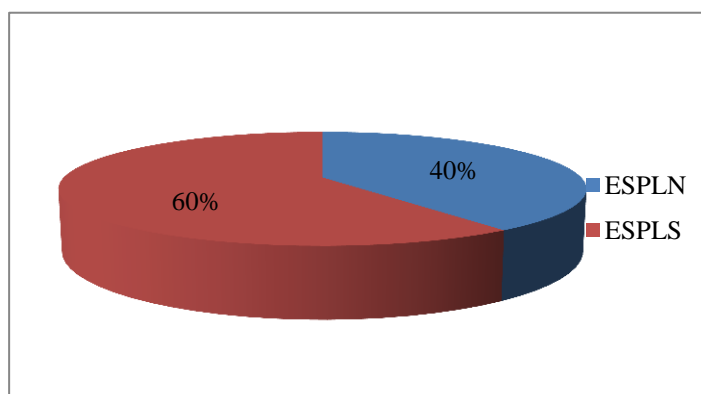
Depois do prazo para a recolha dos questionários, percebeu-se que houve dedicação, por parte de alguns, no seu retorno, outros mostraram - se omissos e ainda havia os que não cumpriram a data determinada para o retorno, sendo necessário envidar esforços para a sua receção. Assim, o prazo de entrega que foi de uma semana de primeira quinzena de Novembro 2012, alargou-se até final do início de Abril de 2013, com um total de 150 dias para a recolha dos questionários, uma série de questões foram analisadas e levadas em consideração, como a distância que separa o pesquisador e a ESPLS de 260 Km e a existência de maior número de professores serem colaboradores.

O retorno obtido na devolução dos questionários foi de 48 questionários. Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte, com 19 que corresponde a 40%, dos quais: 17% do Departamento de Línguas, 17% do Departamento de Educação de Infância e 6% do Departamento de Matemática ao passo que a Escola Superior Politécnica da Lunda Sul 29 que é 60%, dos quais: 17% do Departamento de Engenharia de Minas, 10% de Construção Civil, 10% de Metalurgia e Materiais e 23% de Ciências Sociais e Humanas. Pode-se verificar isso na tabela abaixo:

Quadro 6– Índice de distribuição de retorno dos questionários

Escola	Departamento	Retorno	% de Retorno por cada DEI	% de Retorno por cada UO
ESPLN	Línguas	8	17%	40%
	Educação de Infância	8	17%	
	Matemática/ Física	3	6%	
	Biologia/ Química			
ESPLS	Engenharia de Minas	8	17%	60%
	Engenharia Civil	5	10%	
	Metalurgia e Materiais	5	10%	
	Ciências Sociais e Humanas	11	23%	

Gráfico 1 - Resumo percentual de retorno dos inquéritos



No quadro e gráfico acima, constam as duas Escolas e os Departamentos que responderam ao questionário. Todavia, nem todos retornaram o questionário, como se pode observar coluna do percentual. Fazendo uma análise desses dados, podemos inferir que os Departamentos de ESPLN obtiveram 40% de devolução dos questionários, e os Departamentos de ESPLS atingiram 60 % de retorno.

Essas são questões pertinentes que exigem reflexão e atenção, já que quando se realiza uma pesquisa que envolve levantamento de dados e análise sobre uma determinada realidade, não se tem uma visão real e clara dos resultados que vem ao conhecimento. Trabalhar em províncias diferentes e com estradas que ligam as duas cidades com algumas dificuldades de acesso não é tão eficaz quanto as condições o são favoráveis.

Outra questão que merece atenção com relação a entrega dos questionários é o facto de que esses foram entregues para cada DEI 10 questionários com um adicional em caso de não ser suficiente totalizando 50 exemplares por cada UO. Nas respostas fornecidas dos participantes, é significativo relatar que suas sugestões trouxeram muitas significações e também inúmeros silêncios escondidos, que contribuiram para que a investigação acontecesse e atingisse grande parte dos objetivos propostos, já que possibilitaram uma profunda reflexão sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no sucesso académico das UO visadas.

4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

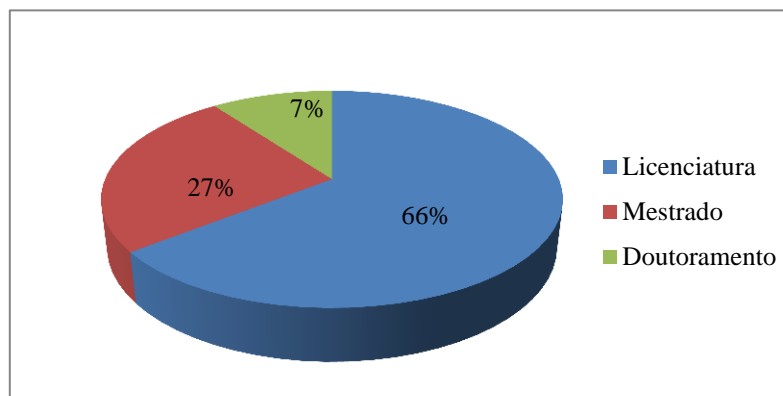
4.3.1 Caracterização dos Participantes

Podemos inferir que a maioria dos participantes são Licenciados 37 que correspondem à 66% dos participantes, Mestres 15 com uma percentagem de 27% e Doutores 4 que perfazem 7% numa pesquisa de 56 sujeitos conforme ilustra os dados do quadro nº 7 e o gráfico nº 2.

Quadro 7 - Distribuição das habilitações literárias

Nível Académico	Reitoria	ESPLN	ESPLS	TOTAL	TOTAL %
Licenciatura		16	21	37	66
Mestrado	1	5	9	15	27
Doutoramento	1	1	2	4	7
Total	2	22	32	56	100

Gráfico 2 - Distribuição das habilitações literárias

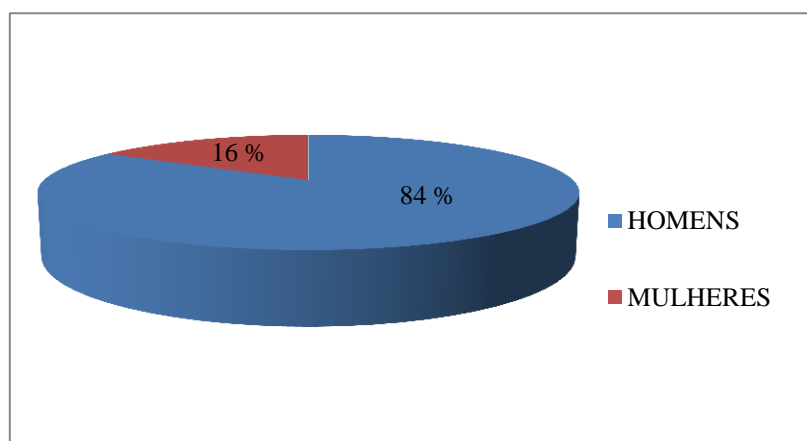


Quanto ao género dos participantes, podemos inferir que 47 são de género masculino com 84% e 9 de feminino com 16% e com idades que variam de 21 até 60 ano.

Quadro 8 - Distribuição dos participantes quanto ao género

SEXO	INSTITUIÇÃO				%
	REITORIA	ESPLN	ESPLS	TOTAL	
M	2	18	27	47	84
F		4	5	9	16

Gráfico 3 - Distribuição dos participantes quanto ao género

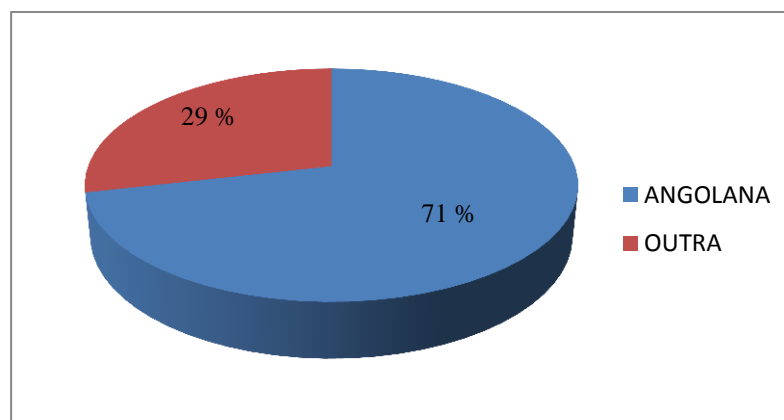


Quanto à nacionalidade, podemos inferir que obtivemos 40 participantes Angolanos com 71% e 16 de outras nacionalidades com 29%, resumidas no quadro nº 9 e o gráfico nº 4.

Quadro 9- Distribuição dos participantes quanto à nacionalidade

NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO				
	REITORIA	ESPLN	ESPLS	TOTAL	%
ANGOLANA	2	5	23	40	71
OUTRA			9	16	29

Gráfico 4 - Distribuição dos participantes quanto à nacionalidade

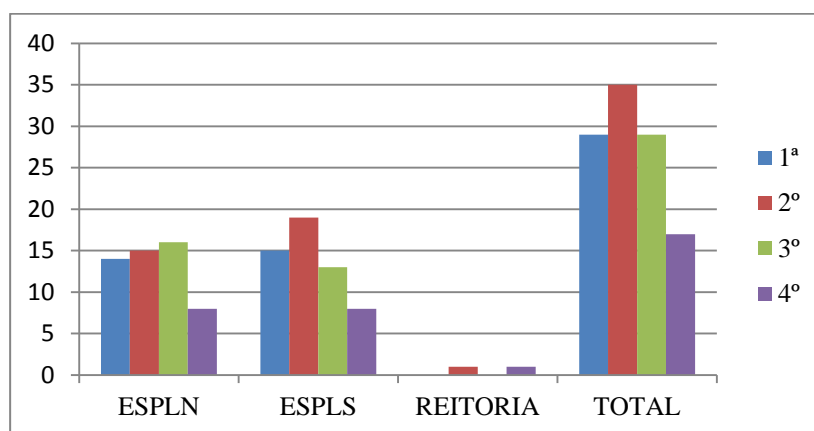


Referindo aos anos que lecionam, podemos inferir que 29 professores lecionam o 1º ano, 35o 2º ano, 29 o 3º ano e 17 o 4º ano respetivamente em ambas as IES, conforme elucida o quadro 10 e o respetivo gráfico nº 5.

Quadro 10 - Distribuição dos participantes quanto ao nível de ensino e situação laboral

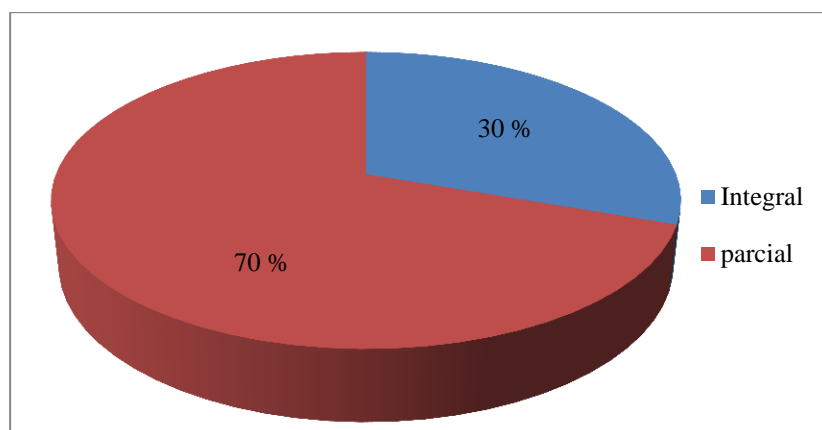
Nº	INSTITUIÇÃO	NÍVEL QUE LECCIONAM				SITUAÇÃO LABORAL			
		1º	2º	3º	4º	INTEGRAL	PARCIAL	T/SERVIÇO	T/CARGO
1	ESPLN	14	15	16	8	5	17	[1 – -39]	[1 – -7]
2	ESPLS	15	19	13	8	10	22	[1 – -32]	[1 – -5]
3	REITORIA		1		1	2		[1 – -27]	[1 – -13]
4	TOTAL	29	35	19	17	17	39		
Total % de Situação Laboral						30%	70%		

Gráfico 5 - Distribuição dos participantes quanto ao nível de ensino



Relativamente à situação laboral, podemos inferir que 17 participantes trabalham em tempo integral (efetivos) com 30% e 39 em tempo parcial (colaboradores), com 70%. O tempo de serviço varia de 1 até 39 anos, ao passo que o tempo de exercício de cargo de direção e chefia vai de 1 há 13 anos. Gráfico nº 6 (dados do quadro nº 10).

Gráfico 6 - Distribuição dos participantes quanto à situação laboral



4.3.2. Níveis de Análise de Percepções de Resultados Quantitativos

No sentido de analisarmos e apurar as percepções, usou - se 2 níveis de análise de resultados dos inquéritos relativamente as dimensões (perfil, funções pretendidas, valorização verso reconhecimento, coordenação horizontal do curriculum,

competências, ações pedagógicas e didáticas e práticas de ensino). No primeiro nível, aplicou-se uma escala de avaliação de 5 graus (Pestana & Gageiro 2009), onde se fez a descrição dos resultados, usando os 2 graus de concordância e os 2 graus de discordância respetivamente.

Para um segundo nível de análise e interpretação dos resultados, apurou-se um rácio para medir a relação de intensidade e deste modo hierarquizar os indicadores de cada uma das dimensões em análise. De imediato resumimos as respostas (perceções dos participantes para cada uma das dimensões referidas).

4.3.2.1. Primeiro nível de análise

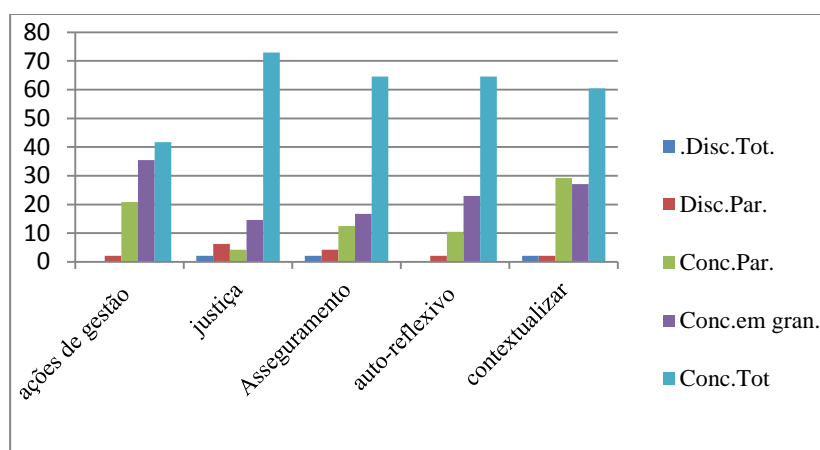
Resultados relativos a questão 1. O Coordenador Pedagógico Universitário deve ter o seguinte perfil (alguns indicadores)

- a) Relativamente a concordância com a sustentação das ações de gestão e supervisão escolar, podemos inferir que 77% concordam, ao passo que 20% concordam parcialmente, e os que discordam são 3%.
- b) Quanto a justiça que o CPU deve promover no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior Angolano, podemos inferir que 88% concordam, 4% parcialmente e 8% são os discordantes.
- c) Em relação ao pensamento auto reflexivo e crítico do CPU podemos inferir que 81% dos participantes concordam, 13% concordam parcialmente e 6% os que não identificam-se com questão.
- d) Asseguramento da qualidade de ensino-aprendizagem podemos inferir que 88% concordam, 10% parcialmente e 2% não concordam.
- e) Sobre adequação (adaptação) dos contextos formativos à singularidade dos estudantes, podemos inferir que 88% concordam, 18% concordam parcialmente e 4% desconhecedores da questão.

Quadro 11 - Índice percentual da questão1. O Coordenador Pedagógico Universitário deve ter o seguinte Perfil (alguns indicadores)

Questão1	ESCALA DE MEDIÇÃO PERCENTUAL				
	1.Discordo Totalmente	2.Discordo Parcialmente	3.Concordo Parcialmente	4.Concordo em G. Parte	5.Concordo Totalmente
Sustenta-se em realizar ações de gestão e supervisão escolar		2,08	20,83	35,42	41,67
Justiça	2,08	6,25	4,17	14,58	72,92
Pensamento auto-reflexivo e crítico	2,08	4,17	12,50	16,67	64,58
Assegurar a qualidade do ensino e aprendizagem		2,08	10,42	22,92	64,58
Adequar os contextos formativos à singularidade dos estudantes	2,08	2,08	29,17	27,08	60,42

Gráfico 7 - Questão 1. O Coordenador Pedagógico Universitário deve ter o seguinte Perfil (alguns indicadores)



Resultados relativos as questão 2.As Funções do Coordenador Pedagógico Universitário (alguns indicadores):

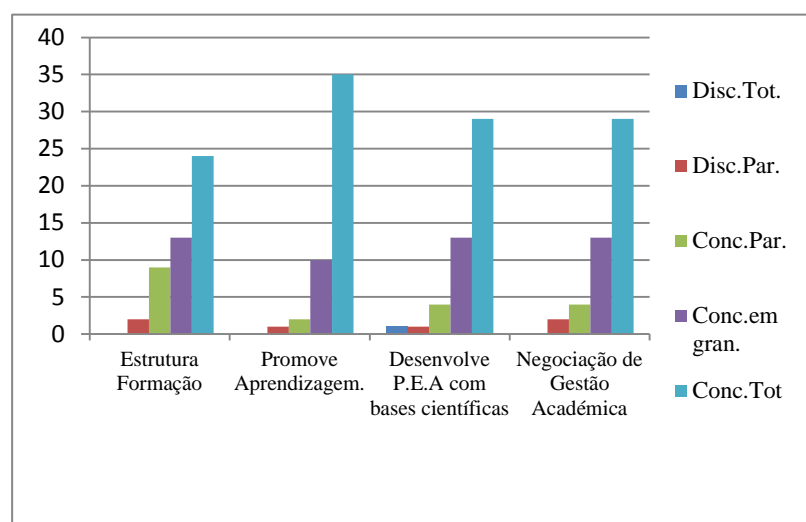
- a) Estruturar modalidades formativas sustentadas em conceções e práticas educativas do Ensino Superior Angolano, podemos inferir que 77% dos participantes concordam, 19% concordam parcialmente (duvidosos) e 4% desconhecedores da realidade.

- b) Em relação a promoção de sequências didáticas de aprendizagens dos alunos das IES, podemos inferir que 94% dos participantes concordam, 4% parcialmente e 2% indiferentes.
- c) Desenvolver o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Superior Angolano a partir de situações práticas com base nas evidências científicas, podemos inferir que 88% concordam, 8% aceitam parcialmente e 4% os discordantes.
- d) A Negociação da gestão académica do PEA podemos inferir que 88% dos participantes concordam, 8% aceitam parcialmente 4% os indiferentes.

Quadro 12- Índice percentual da questão 2. As Funções do Coordenador Pedagógico Universitário (alguns indicadores)

Questão2.	ESCALA DE MEDIÇÃO PERCENTUAL				
	1.Discordo Totalmente	2.Discordo Parcialmente	3.Concordo Parcialmente	4.Concordo em G. Parte	5.Concordo Totalmente
Estruturar modalidades formativas sustentadas em conceções e práticas educativas.		4,17	18,75	27,08	50,00
Promover sequências didáticas para aprendizagens		2,08	4,17	20,83	72,92
Desenvolver o processo de ensino aprendizagem de situações práticas com base na evidência científica.	2,08	2,08	8,33	27,08	60,42
Negociação da gestão Académica		4,17	8,33	27,08	60,42

Gráfico 8 - Questão 2. As Funções do Coordenador Pedagógico Universitário (alguns indicadores)



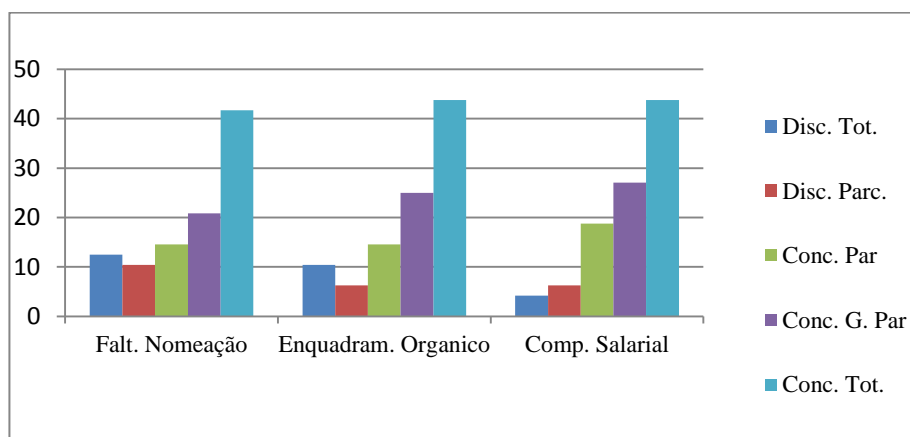
Resultados relativos a questão 3. Na sua opinião a categoria de Coordenador Pedagógico Universitário não é valorizada no Ensino Superior Angolano por razões de:

- a) As opiniões dos participantes em relação á não valorização no ESA do CPU, podemos inferir que 63%, concordam com a falta de nomeação, 15% parcialmente e 22% os que não concordam.
- b) Quanto a ausência no quadro de pessoal universitário angolano do CPU, podemos inferir que 69% concordam, 15% tal como na alínea a) concordam parcialmente, e 17% os indiferentes.
- c) Em relação a compensação salarial, podemos inferir que 71% estão de acordo, 19% parcialmente e 10% os que não concordam.

Quadro 13- Índice percentual da questao3 Na sua opinião a categoria de Coordenador Pedagógico Universitário não é valorizada no Ensino Superior por razões de:

Questão3.	ESCALA DE MEDIÇÃO PERCENTUAL				
	1.Discordo Totalmente	2.Discordo Parcialmente	3.Concordo Parcialmente	4.Concordo em G. Parte	5.Concordo Totalmente
Falta de nomeação	12,04	10,42	14,58	20,83	41,67
Falta de constar no quadro orgânico do pessoal	10,42	6,25	14,58	25	43,75
Compensação salarial	4,17	6,25	18,75	27,08	43,75

Gráfico 9 - Questão nº 3 Opinião a categoria de CPU que não é valorizada no Ensino Superior



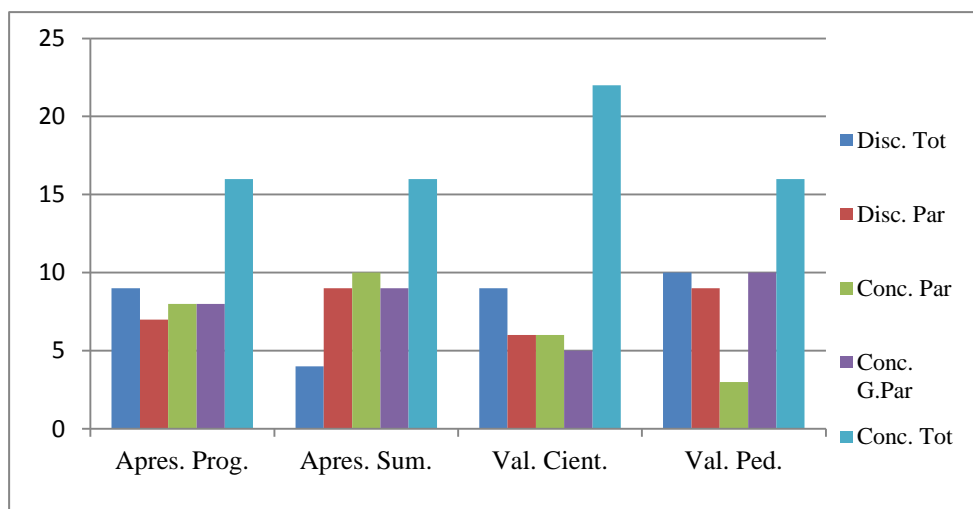
Resultados relativos a questão 4. Os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos Universitários como:

- a) Apresentação do programa analítico no início do ano ou semestre nas instituições de ensino superior podemos inferir que 33% concordam 15% concordam parcialmente e os que discordam são 52%.
- b) Apresentação de sumários correspondentes às exigências temáticas, podemos inferir que 38% os que concordam, 21% concordam parcialmente e 41% discordam.
- c) Os professores são valorizados sobretudo pelas suas competências científicas sem acompanhamento dos CPU podemos inferir que houve 24% de concordância, 13% parcialmente e 65 % os que não concordam.
- d) Os professores são valorizados sobretudo pelas suas competências pedagógicas sem intervenção dos CPU, podemos inferir que 40% concordam, 6% parcialmente e 54% não concordam.

Quadro 14 - Índice percentual da questão 4 Os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos.

Questão 4	ESCALA DE MEDIÇÃO PERCENTUAL				
	1.Discordo Totalmente	2.Discordo Parcialmente	3.Concordo Parcialmente	4.Concordo em G. Parte	5.Concordo Totalmente
Apresentação do programa analítico no início do ano ou semestre	18,75	33,33	14,58	16,67	16,67
Apresentação de sumários dos participantes às exigências temáticas	8,33	33,33	20,83	18,75	18,75
Os professores são valorizados sobretudo pelas suas competências científicas sem acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos Universitários.	18,75	45,83	10,50	10,42	12,50
Os professores são valorizados sobretudo pelas suas competências pedagógicas sem intervenção dos Coordenadores Pedagógicos Universitários.	20,83	33,33	6,25	20,83	18,75

Gráfico 10 - Questão nº 4. Os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos



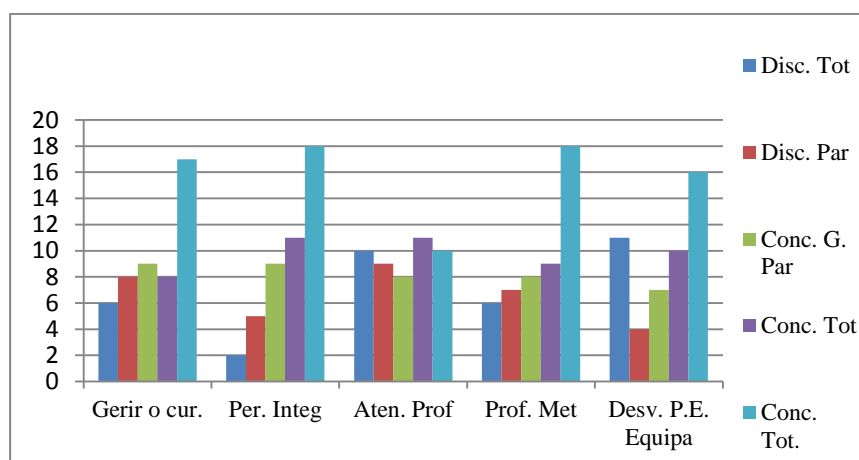
Resultado da questão 5. O papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é nulo para valorizar as competências relacionadas:

- Gerir eficazmente a articulação vertical do currículo ao longo dos diferentes anos de ensino não necessitando do acompanhamento dos CPU, podemos inferir que concordam 33%, parcialmente 19% e os que discordam 48%.
- No ensino Universitário deverão existir percursos diferenciados/alternativos de ensino que permitam uma plena integração dos CPU, podemos inferir que 66% dos participantes concordam, 19% parcialmente e 15% não concordam.
- Os Chefes dos Departamentos de Ensino e Investigação (DEI) dão atenção suficiente aos professores com dificuldades na aprendizagem manifestadas pelos alunos. Nesta questão podemos inferir que 35% concordam, 21% parcialmente e 44% aqueles que não concordam.
- Os professores alteram metodologias/estratégias planificadas sempre que se revele necessário dando a conhecer ao DEI. Podemos inferir que 29% concordam, 19% parcialmente e 52% os que não concordam.
- Há desvantagens quando os CPU e professores definem e preparam o processo educativo em equipa. Podemos inferir que 23% concordam, 21% parcialmente e 56% não concordam.

Quadro 15- Índice percentual da questão 5 O papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é nulo para valorizar as competências relacionadas:

Questão5.	ESCALA DE MEDIÇÃO PERCENTUAL				
	1.Discordo Totalmente	2.Discordo Parcialmente	3.Concordo Parcialmente	4.Concordo em G. Parte	5.Concordo Totalmente
Gerir eficazmente a articulação vertical do currículo ao longo dos diferentes anos de ensino não necessitando do acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos	12,50	35,42	18,75	16,67	16,67
No ensino Universitário deverão existir percursos diferenciados/alternativos de ensino que permitam uma plena integração de Coordenadores Pedagógicos Universitários.	4,17	10,42	18,75	28,92	37,5
Os Chefes dos Departamentos de Ensino e Investigação (DEI) dão atenção suficiente aos professores com dificuldades na aprendizagem manifestadas pelos alunos.	20,83	22,92	20,83	18,75	16,67
Os professores alteram metodologias/estratégias planificadas sempre que se revele necessário dando a conhecer ao DEI.	37,5	14,58	18,75	16,67	12,50
Há desvantagens quando os Coordenadores Pedagógicos Universitários e professores definem e preparam o processo educativo em equipa.	22,92	33,33	20,83	14,58	8,33

Gráfico 11- Questão O papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é nula para valorizar as competências:



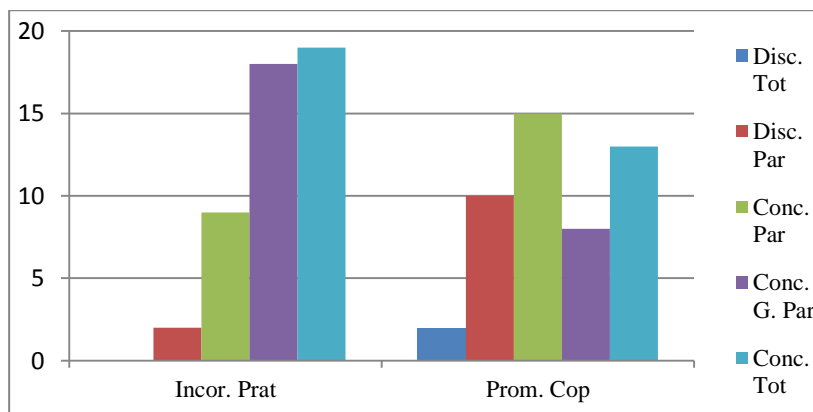
Resultado da questão 6. Os Coordenadores Pedagógicos Universitários e professores têm a importância fundamental da ação pedagógica e didática nas diferentes correntes.

- a) Os CPU têm a importância de incorporarem uma reflexão fundamentada nas práticas docentes para integrar alunos com diferentes culturas. Podemos inferir que 77% dos participantes concordam, 19% parcialmente e 4% não concordam.
- b) As metodologias/estratégias praticadas habitualmente promovem a cooperação entre os alunos, direção e docente sem a mediação dos CPU. Podemos inferir que 44% concordância, 31% parcialmente e 25% os que não efetivamente concordam.

Quadro 16 - Índice percentual da questão 6 Os Coordenadores Pedagógicos e professores têm a importância fundamental da ação pedagógica e didática nas diferentes correntes

Questão 6.	ESCALA DE MEDIÇÃO PERCENTUAL				
	1. Discordo Totalmente	2. Discordo Parcialmente	3. Concordo Parcialmente	4. Concordo em G. Parte	5. Concordo Totalmente
Os Coordenadores Pedagógicos Universitários têm a importância de incorporarem uma reflexão fundamentada nas práticas docentes para integrar alunos com diferentes culturas		4,17	18,75	37,5	39,58
As metodologias/estratégias praticadas habitualmente promovem a cooperação entre os alunos, direção e docente sem a mediação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários.	4,17	20,83	31,25	16,67	27,08

Gráfico 12 - Questão 6 Os Coordenadores Pedagógicos e professores têm a importância fundamental da ação pedagógica e didática nas diferentes correntes



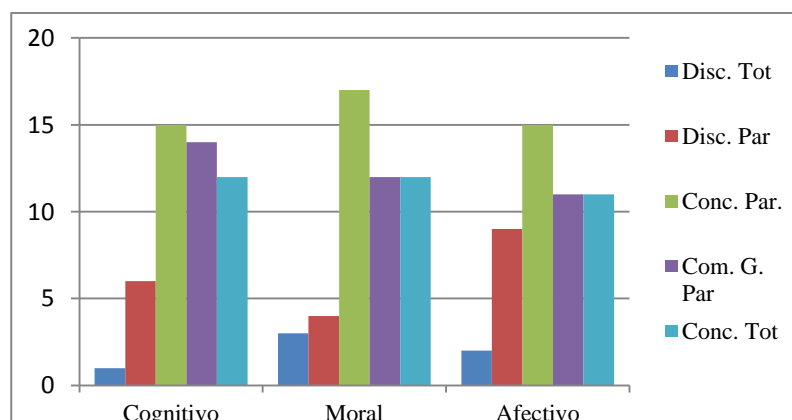
Resultado da questão 7. Com os professores sem o papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é possível a promoção da educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos:

- a) Cognitivo, podemos inferir que 54% concordam, 31% parcialmente e 15% os que não concordam.
- b) Moral podemos inferir que 50% a metade dos participantes concordam, 35% parcialmente e 15% não concordam.
- c) Afetivos, podemos inferir que 46% concordam, 31% parcialmente e 23 % não concordam.

Quadro 17- Índice percentual da questão 7 O professor sem o papel dos Coordenadores Pedagógicos é possível a promoção da educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos:

Questão 7.	ESCALA DE MEDIÇÃO PERCENTUAL				
	1.Discordo Totalmente	2.Discordo Parcialmente	3.Concordo Parcialmente	4.Concordo em G Parte	5.Concordo Totalmente
Cognitivo,	2,08	12,50	31,25	29,17	25
Moral	6,25	8,33	35,42	25	25
Afetivo	4,17	18,75	31,25	22,92	22,92

Gráfico 13 - Questão 7 O professor sem o papel dos Coordenadores Pedagógicos é possível a promoção da educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos



4.3.2.2 Triangulação do Primeiro Nível de Análise dos Resultados

Este estudo permitiu-nos auscultar o sentir dos professores das UO pesquisadas relativamente partindo dos seus dados pessoais e laborais, assim como das 7 questões do questionário para aferir a qualidade do instrumento de recolha de dados, que resumimos:

- a) A necessidade de adotar políticas de formação académica dos professores destas instituições de Ensino Superior tendo em conta que à maioria são licenciados, o que seria preocupação do órgão reitor da ULAN na superação permanente dos professores.
- b) A desproporção no género, na docência universitária, o que deveria se constituir em preocupação da ULAN, na inserção de mais mulheres no Subsistema de Ensino Superior, concretamente na docência.
- c) Quanto à nacionalidade, os dados elucidam o engajamento dos quadros nacionais no PEA universitário, e sugerir as entidades supervisoras do Ensino Superior Angolano (ULAN) caso sejam clarificadas políticas remuneratórias no ESA, poderia mudar o atual regime de colaboração para efetivo, assentes na alínea a) da Resolução nº 4/07, de 2 de Fevereiro.
- d) Se houver definição de estruturação dos DEI e com CPU como uma estrutura intermédia e, caso fosse revisto o quadro do pessoal das IES angolanas, transformaria o CPU numa estrutura de supervisão e avaliação do PEA universitário e melhorar-se-á a questão de desempenho dos professores nas vertentes científicas e pedagógicas.
- e) Uma análise preliminar dos resultados mostram o maior índice dos inqueridos consideram que o CPU deveria ser uma estrutura intermédia do DEI, e seria importante figurar no quadro do pessoal para renumeração salarial que seria base de eficácia e eficiência na sua prática docente conforme o que expressa Decreto nº 57/03, de 5 de Setembro, que aprova o Estatuto Remuneratório dos Funcionários da UAN, artigo 16º, enquanto se aguarda melhoria conforme alínea t) da Resolução nº 4/07, de 2 de Fevereiro.

4.3.2.3 SEGUNDO NÍVEL DE ANÁLISE

(Rácio de Concordância Verso Discordância)

Para melhor compreensão das perceções dos participantes partindo do rácio de cada questão podemos inferir a necessidade dos participantes quanto aos CPU como estrutura intermédia de supervisão e avaliação do PEA como segue:

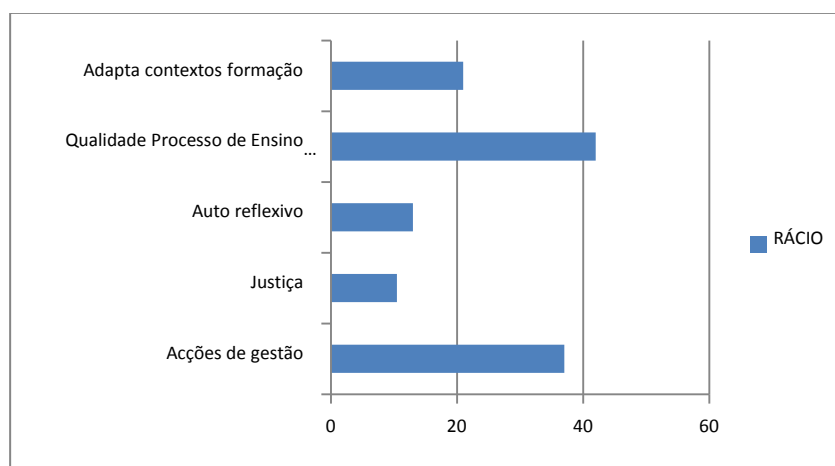
Questão 1. Perfil do Coordenador Pedagógico Universitário

Dos 5 indicadores tidos em conta quanto ao perfil do CPU podemos inferir que a maior adesão significativa foi direccionada aos aspetos de ações de gestão e à qualidade do PEA conforme ilustra o rácio do quadro nº 18 e o gráfico correspondente nº 14.

Quadro 18- Perfil do Coordenador Pedagógico Universitário

Perfil do Coordenador Pedagógico Universitário	RÁCIO
Ações de gestão	37,0
Justiça	10,5
Auto reflexivo	13,0
Qualidade Processo de Ensino Aprendizagem	42,0
Adapta contextos formação	21,0

Gráfico 14 - Rácio da questão 1



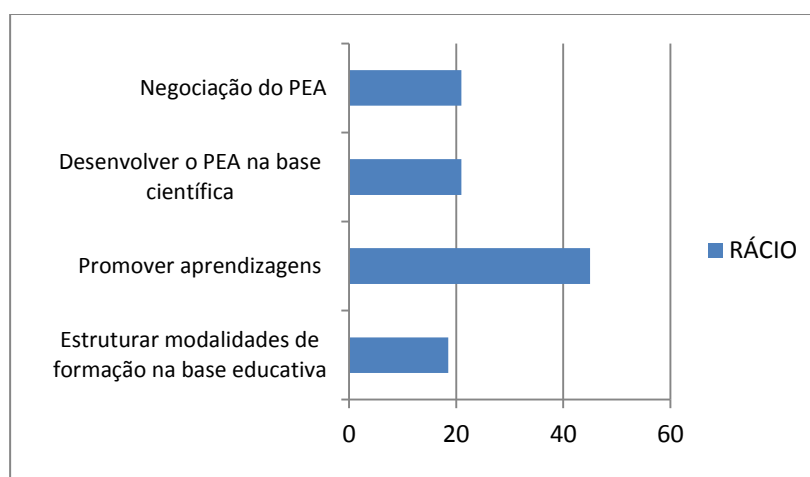
Questão 2. Funções do Coordenador Pedagógico Universitário

Dos 4 indicadores tidos em conta das funções do CPU podemos inferir que a maior adesão significativa foi direcionada na promoção das aprendizagens pelo CPU mantendo em equilíbrio o desenvolvimento e a negociação do PEA conforme ilustra o rácio do quadro nº 19, e o gráfico correspondente nº 15.

Quadro 19 - Questão 2. Funções do Coordenador Pedagógico Universitário

Funções do Coordenador Pedagógico Universitário	RÁCIO
Estruturar modalidades de formação na base educativa	18,5
Promover aprendizagens	45,0
Desenvolver o PEA na base científica	21,0
Negociação do PEA	21,0

Gráfico 15 - Rácio da questão 2



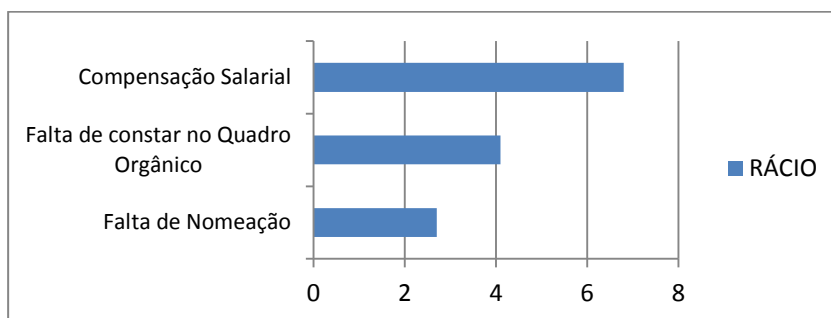
Questão 3. Valorização e reconhecimento do Coordenador Pedagógico Universitário

Dos 3 indicadores tidos em conta quanto à valorização verso reconhecimento do CPU podemos inferir que a maior adesão significativa foi direcionada aos aspetos de compensação salarial, seguida de inclusão no quadro orgânico conforme ilustra o rácio do quadro nº 20 e o gráfico correspondente nº 16.

Quadro 20 - Questão 3. Valorização e reconhecimento do Coordenador Pedagógico Universitário

Valorização e Reconhecimento do Coordenador Pedagógico Universitário	RÁCIO
Falta de Nomeação	2,7
Falta de constar no Quadro Orgânico	4,1
Compensação Salarial	6,8

Gráfico 16 - Rácio da questão 3



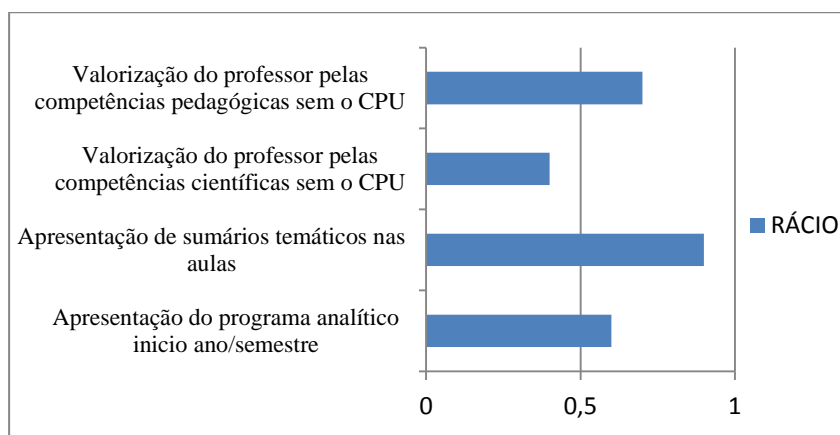
Questão 4. Articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o Coordenador Pedagógico Universitário

Dos 4 indicadores da articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o CPU podemos inferir que a maior adesão significativa foi direcionada aos aspectos de apresentação de sumários temáticos nas aulas, seguida de valorização do professor pelas competências pedagógica e da apresentação do programa analítico no início do ano/semestre conforme ilustra o rácio do quadro nº 21 e o gráfico correspondente nº 17.

Quadro 21 - Questão 4. Articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o Coordenador Pedagógico Universitário

Articulação Horizontal do Currículo e das Aprendizagens sem o CPU	RÁCIO
Apresentação do programa analítico no início do ano/semestre	0,6
Apresentação de sumários temáticos nas aulas	0,9
Valorização do professor pelas competências científicas sem o CPU	0,4
Valorização do professor pelas competências pedagógicas sem o CPU	0,7

Gráfico 17 - Rácio da questão 4



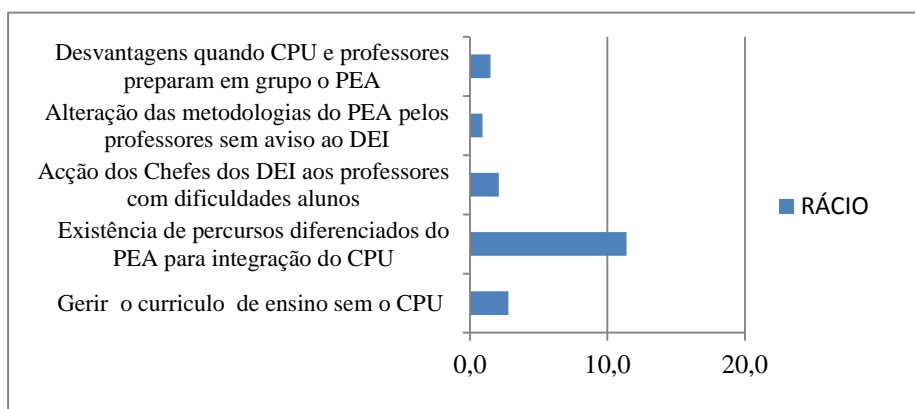
Questão 5. A Nulidade do papel do Coordenador Pedagógico Universitário no ESA

Dos 5 indicadores tidos em conta da nulidade do papel do CPU podemos inferir que a maior adesão significativa foi direcionada apenas há um aspeto de existência de percursos diferenciados /alternativos do PEA para integração do CPU conforme ilustra o rácio do quadro nº 22 e o gráfico correspondente nº 18.

Quadro 22 - Questão 5. Nulidade do papel do Coordenador Pedagógico Universitário

Nulidade do Papel do Coordenador Pedagógico Universitário no ESA	RÁCIO
Gerir com eficácia o currículo ao longo dos anos de ensino sem o CPU	2,8
Existência de percursos diferenciados /alternativos do PEA para integração do CPU	11,4
Ação dos Chefes dos DEI aos professores com dificuldade de resposta aos alunos	2,1
Alteração das metodologias /estratégias do PEA pelos professores com aviso ao DEI	0,9
Desvantagens quando CPU e professores preparam em grupo o PEA	1,5

Gráfico 18 - Rácio da questão 5



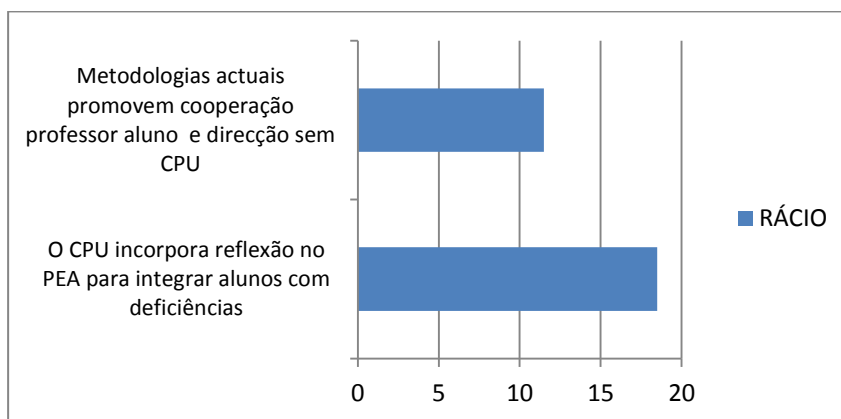
Questão 6. O papel do Coordenador Pedagógico Universitário e do professor nas ações pedagógicas e didáticas.

Dos 2 indicadores quanto ao papel do CPU e do professor nas ações pedagógicas e didáticas do ESA podemos inferir que a maior adesão significativa foi direcionada aos aspetos em que o CPU incorpora reflexão no PEA para integrar alunos com deficiências conforme ilustra o rácio do quadro nº 23 e o gráfico correspondente nº 19.

Quadro 23 - Questão 6. O papel do Coordenador Pedagógico Universitário e do professor nas ações pedagógicas e didáticas.

O Papel do CPU e do Professor nas Ações Pedagógicas e Didáticas do ESA	RÁCIO
O CPU incorpora reflexão no PEA para integrar alunos com deficiências	18,5
Metodologias atuais promovem cooperação professor aluno e direção sem CPU	11,5

Gráfico 19 - Rácio da questão 6



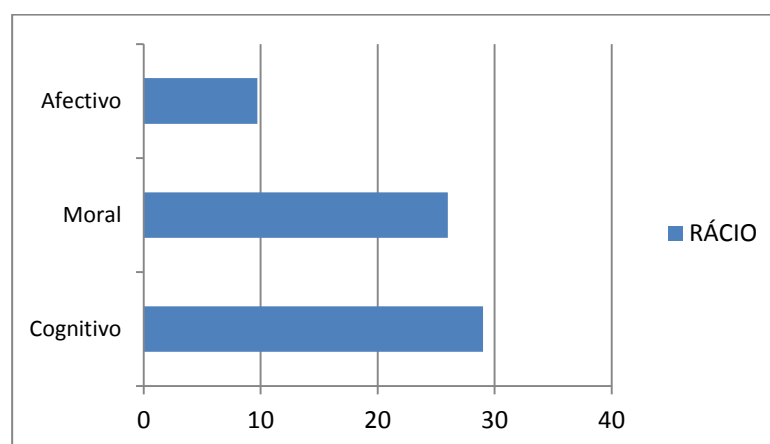
Questão 7. O professor sem o CPU é possível a promoção da educação integral dos alunos

Dos 3 indicadores quanto ao papel do professor sem o CPU na educação integral do aluno podemos inferir que a maior adesão significativa foi direcionada ao aspeto cognitivo e moral conforme ilustra o rácio do quadro nº 24 e o gráfico correspondente nº 20.

Quadro 24 - Questão 7. O professor sem o CPU é possível a promoção da educação integral dos alunos

O Professor sem o CPU é Possível a Promoção da Educação dos Alunos	RÁCIO
Cognitivo	29,0
Moral	26,0
Afetivo	9,7

Gráfico 20- Rácio da questão 7



4.3.2.4 Triangulação do Segundo Nível de Análise (Rácios)

A determinação dos rácios constituiu um momento em que podemos observar com clareza pontos de vistas dos participantes, permitindo sugerir propostas que poderiam trazer uma reflexão da necessidade de existência nos DEI de CPU, tendo em conta a liberdade que as IES têm para que haja novas formas de adaptação e melhoria da qualidade do PEA no Subsistema do Ensino Superior Angolano, a luz do Decreto Presidencial nº 422/11, de 7 de Setembro, no artigo 8º alíneas h), i) e j), da Resolução nº 4/07, alíneas a), p), r), u) e z), do Decreto 90/09, de 15 de Dezembro, artigos 7º, 8º e 9º conforme os aspetos que enumeramos como aspetos de ações de gestão e da qualidade

do PEA, a promoção das aprendizagens, a compensação salarial, apresentação de sumários temáticos nas aulas, seguida de valorização do professor pelas competências pedagógica, existência de percursos diferenciados /alternativos do PEA para integração do CPU no ESA e a sua incorporação na reflexão do PEA para integrar alunos com deficiências, o papel do CPU na educação integral do aluno nos aspetos cognitivo e moral, justifica a necessidade do CPU neste subsistema de ensino.

4.4 INSTRUMENTO DE PESQUISA QUALITATIVA

O inquérito pode ser realizado por questionário e/ou entrevista. O primeiro consiste numa técnica através da qual se obtém, de uma forma rápida e impessoal, informações sobre opiniões, atitudes, valores, expectativas ou aspetos do comportamento das pessoas. Constitui-se por um conjunto de perguntas que deverão traduzir os objetivos do inquérito, daí a importância do cuidado que deverá presidir à sua construção.

A técnica da entrevista é aceite unanimemente como sendo a forma de recolha de dados que mais se utiliza na investigação de natureza qualitativa, porque permite recolher informações pertinentes relativas ao assunto ou problema que se está a abordar.

Dada a importância subjacente a esta prática, é que todos os autores chamam a atenção para o cuidado a ter na sua construção, aplicação e processos de execução que, por causa desta advertência nós tivemos e vamos procurar esclarecer.

Do ponto de vista técnico tornou-se fundamental registar em áudio as entrevistas, com a prévia autorização dos entrevistados. Foram também respeitados os direitos de privacidade, de confidencialidade e de anonimato e, assumido o nosso sentido de responsabilidade. Codificamos todos os dados que pudessem identificar os intervenientes na investigação Tuckman, (2002). Posteriormente, os registos em áudio foram integralmente transcritos e processados informaticamente, de acordo com as recomendações de Bogdan & Birklen (1994) e Quivy & Campenhoudt (2003).

Por isso, construímos o seguinte quadro analítico em função do tema em análise:

Quadro 25 - Quadro Analítico sobre as Funções e Importância dos Coordenador Pedagógico Universitário no Sucesso Académico

GRELHA ANALÍTICA	
PROBLEMÁTICAS	DIMENSÕES
Perfil dos Entrevistados	<ul style="list-style-type: none"> • Situação profissional • Habilitações académicas • Experiência profissional • Tempo de serviço no cargo que exerce • Experiência profissional no cargo que exerce ou já exerceu
Implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários	<ul style="list-style-type: none"> • Papel da Universidade Lueji A'Nkonde (ULAN), na efetivação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários com base ao Decreto Presidencial 241/11 e Resolução nº 04/07 • Perceção da estrutura funcional dos Coordenadores Pedagógicos Universitários nos Departamentos de Ensino e Investigação • Nomeação dos Coordenadores Pedagógicos Universitário em função do quadro de pessoal, Decreto Presidencial 241/11
Gestão do Processo de Ensino Aprendizagem pelos Departamentos de Ensino e Investigação	<ul style="list-style-type: none"> • Reflexão da avaliação do processo de ensino aprendizagem • Promoção da cooperação e planificação entre professores de uma mesma disciplina • Orientação pedagógico-didática e científica dos professores
Funções e Competências do Coordenadores Pedagógicos Universitários	<ul style="list-style-type: none"> • Papel que seria desempenhado pelos Coordenadores Pedagógicos Universitários, enquanto estrutura de gestão intermédia do Processo de Ensino Aprendizagem • Competências que seriam valorizadas no perfil do Coordenador Pedagógico Universitário, com a sua implementação nos Departamentos de Ensino e Investigação • Capacidade de desempenho do cargo de Coordenador Pedagógico Universitário

Após a construção, adequação e correção do quadro analítico relativo ao cumprimento de ações e predisposições que queríamos ver esclarecidas pela entrevista que realizámos aos Diretores Gerais e Diretores Gerais Adjuntos e membros do Colégio Reitoral da ULAN, elaboramos um quadro no qual distribuimos as problemáticas em áreas de questionação para, em cada uma delas, alcançarmos objetivos específicos abstraídos dos gerais que apresentámos anteriormente.

Quadro 26 - Grelha da entrevista destinada aos Diretores Gerais e Diretores Gerais Adjuntos e membros do Colégio Reitoral

ÁREAS DE QUESTIONAÇÃO	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	FORMULAÇÃO DAS QUESTÕES
<p>ÁREA I IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS</p>	<p>Caracterizar a experiência profissional dos membros do Colégio Reitoral, Diretores Gerais e Diretores Gerais Adjuntos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diga por favor o Sexo. 2. Qual é a idade. 3. Nacionalidade. 4. Grau Académico. 5. Ano de escolaridade que leciona (nos casos em que leciona mais do que um ano diga os outros). 6. Qual é a sua situação profissional? 7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? 8. Qual é o cargo de Direção e Chefia que ocupa na instituição de ensino superior? Há quantos anos? 9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. 10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais?

<p>ÁREA II IMPLEMENTAÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS UNIVERSITÁRIOS</p>	<p>Conhecer a opinião acerca da forma como os Coordenadores Pedagógicos Universitários poderiam ser implementados</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11 mesmo plasmado nos seus artigos 53 e 55 pontos 1, alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico cuja efetivação prática não é notório. Comente por favor! 2. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição dentro do DEI. (Coordenador Pedagógico Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira, Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre categoria de Chefes de Secções). 3. Qual seria a modalidade de incentivos?
--	---	--

<p>ÁREA III GESTÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, PELOS DEPARTAMENTOS DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO</p>	<p>Recolher informações e opiniões que permitam caracterizar o exercício atual de gestão do Processo de ensino aprendizagem</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como é que os DEI gerem o processo de ensino-aprendizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de atuação entre os professores? 2. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? 3. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? 4. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que lecionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? 5. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? 6. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? 7. Enquanto membro de conselho de direção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê?
--	---	--

<p>ÁREA IV COMPETÊNCIAS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS UNIVERSITÁRIOS</p>	<p>Induzir se com a efetivação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários evidenciaria competências de gestão do processo de ensino aprendizagem</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? 2. Atualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa.
---	--	--

Ao escolhermos esta estrutura de entrevista, pretendemos proporcionar alguma liberdade relativamente às respostas que os entrevistados possam dar, para que se exprimam com abertura, procurando simultaneamente que as questões sejam todas respondidas.

As questões formuladas na grelha da entrevista foram apresentadas a partir de um guião previamente elaborado (Anexo 5) com a preocupação de o tornar de tal forma flexível para permitir recolher quaisquer informações sobre outros aspetos que podíamos considerar pertinentes para a prossecução do nosso objetivo.

Naturalmente, o entrevistador possui um referencial de perguntas-guia, suficientemente abertas, que serão lançadas à medida do desenrolar da conversa, de acordo a ordem estabelecida no guião.

Antes de se iniciar as entrevistas foi estabelecido um segundo contacto prévio com o Magnífico Reitor da ULAN, para nos apresentarmos e dar a conhecer o objetivo

e razão da mesma, com os Diretores Gerais e Diretores Gerais Adjuntos e membros do Colégio Reitoral. Dai que foi agendado o mês de Maio de 2013, como começo das entrevistas de acordo à disponibilidade de deslocação a sede capital da província da Lunda Sul, Saurimo, que dista à 260 Km onde se localiza uma das UO (ESPLS).

Com isso, se pode perceber que há o interesse por parte do gestor da Reitoria e das UO em saber mais sobre o assunto e é edificante quando essa curiosidade se manifesta pois indica que é um ambiente de trabalho onde há pessoas interessadas em buscar e aprender mais, melhorando a sua forma de ver e perceber as suas ações quotidianas.

Dai que, 3 entrevistas decorreram ao longo do mês de Maio, concretamente com os Diretores da ESPLS e 5 em Junho, com o envio via correio eletrónico do guião de entrevista aos 5 membros do Colégio Reitoral da ULAN. Todavia, apenas 2 responderam favoravelmente, 3 Diretores da ESPLN todas em 2013. As entrevistas com Diretores das UO, decorreram nos respetivos gabinetes de trabalhos, locais que eles consideraram ter o ambiente adequado, sem interrupções e interferências à sua realização.

Quanto aos membros do Colégio Reitoral, por força de trabalho, (missões de serviço), fora da localidade, (alguns no exterior do país em formação) e por aval da Orientadora, as entrevistas foram enviadas via correio eletrónico, para que pudessem exprimir suas convicções sobre o tema, preservando, todos os princípios para fomentar um ambiente de segurança, confiança e empatia com os entrevistados, cumprindo com pressupostos de ordem ética.

Cada entrevista demorou em média 25 minutos, não excedendo, o tempo de disponibilidade do entrevistado naquele momento e o que é desejável para não criar mal-estar. A cada entrevista foi atribuído um código [E1---E8] para garantir o anonimato dos entrevistados e de quaisquer outros elementos que pudessem conduzir à sua identificação e facilitar a revogação das mesmas durante a transcrição.

Ainda que não tivéssemos a pretensão de fazer uma análise em profundidade, porque o tempo e a preparação científica não no-lo permite, decidimos transcrevê-las integralmente e fielmente ao que foi dito, não só porque as respostas foram dadas na primeira pessoa, mas também porque a análise que fizemos foi direta, a partir da leitura que fizemos do seu conteúdo.

4.4.1 Resultado das Questões de Entrevistas

Neste capítulo pretendemos evidenciar os elementos significativos recolhidos nas entrevistas aos 2 Diretores Gerais e 4 Diretores Gerais Adjuntos das duas Unidades Orgânicas e aos 2 membros do Colégio Reitoral da ULAN, que se dispuseram, que totaliza um conjunto de 8 entrevistados (elucidados no quadro nº 7 e o gráfico nº2), numa forma passível de análise racional. Neste sentido, procurámos dar-lhe uma sistematicidade tal, que torne possível verificá-los empiricamente.

É relevante que o CPU esteja integrado com todos os componentes da gestão, nestes diferentes níveis de conhecimento, com suas atribuições bem claras e definidas. Com relação ao Ensino Superior, faz-se necessário que o CPU tenha essa abertura para saber lidar com as especificidades de cada nível. Com isto ele vai construindo aos poucos com a busca constante de formação e experiências que vai adquirindo com o tempo.

Apesar de haver várias formas de o fazer cumprir, escolhemos aquela que consideramos poder ajustar-se melhor à metodologia que seguimos e que já expusemos anteriormente, bem como à problemática que escolhemos.

Ainda que a nossa entrevista não tenha sido assim tão longa, nem tão aberta, a nossa preocupação foi, como já tínhamos referido anteriormente, analisar a matéria da entrevista e não medir as atitudes nem analisar a veracidade de documentos, pelo que nos pareceu oportuno utilizar os tipos de análise que expusemos.

Antes de termos começado com a análise propriamente dita e após a realização das entrevistas, tivemos que transcrever os dados recolhidos, Anexos [6--14]. Pese embora o facto de esta tarefa ter sido algo morosa e doloroso, na medida em que cada entrevista durou, em média, uma hora à transcrever ainda que não tenha ultrapassado os 30 minutos a realizar, revelou-se de extrema importância no momento da sua análise e da identificação dos aspetos mais relevantes.

Escolhendo a análise do tipo categorial e tendo procurado anteriormente definir rigorosamente o objetivo de estudo, seguimos as etapas que o processo de categorização regeu-se pelas regras da exclusividade mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e pela produtividade das categorias inventariadas e classificadas, pois só assim nos puderam dar elementos proveitosos, em inferências, cuja organização se refletiu nas respetivas grelhas de análise (Bardin, 2004).

Seguindo este princípio e respeitando as áreas pré-determinadas pela investigação, nomeadamente os tópicos que já constavam do guião de entrevista que é Papel, Funções e Importância dos CPU. Tendo em conta que o processo é aberto e indutivo de construção de categorias a partir do material recolhido foi possível identificar os seguintes temas, que nos permitiu, que criássemos, um quadro constituído com 4 categorias, às quais correspondem as subcategorias que a seguir apresentamos.

Quadro 27 - Grelha de categorização do conteúdo das entrevistas

DIMENSÕES	CATEGORIAS
1. Efetivação do Coordenadores Pedagógicos Universitários	1.1 Critérios a privilegiar na efetivação do Coordenadores Pedagógicos Universitários. 1.2 Razões de efetivação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários.
2 Caracterização do exercício do cargo de Coordenador Pedagógico Universitário	2.1 Reflexão da adequação dos procedimentos pedagógico-didáticos à melhoria das aprendizagens. 2.2 Promoção do trabalho cooperativo entre os professores de cada Departamento de Ensino e investigação. 2.3 Acompanhamento individual do trabalho dos professores.
3 Funções inerentes ao desempenho do cargo de Coordenador Pedagógico Universitário	3.1 Competências mais relevantes do Coordenador Pedagógico Universitário. 3.2 Mediação do processo de ensino-aprendizagem 3.3 Dinamização da troca de experiências relativas ao processo ensino-aprendizagem.
4 Ação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários	4.1 Legislação vigente

Tivemos a preocupação de, para que este processo de categorização obedecesse não só aos objetivos do projeto, mas também, à própria estrutura do guião da entrevista, integrar ainda toda a informação pertinente recolhida no encontro com os membros do Colégio Reitoral e Diretores Gerais e seus Adjuntos das UO pesquisadas. Desta forma e procurando organizar o conteúdo o mais explícito possível para se proceder à respetiva análise e interpretação, criámos o seguinte quadro no qual incluímos os apontadores que expressam a racionalidade dos entrevistados e os excertos da entrevista que a justificam.

Prosseguimos com uma fase de desmembramento do texto em unidades coincidentes com cada tema (unidades de registo temáticas). Seguiu-se a fase de reagrupamento das unidades, desta vez em função da sua proximidade significativa, proximidade essa que foi também o ponto de partida para a elaboração das categorias e suas subdivisões lógicas – as subcategorias.

Assim, após a organização dos textos transcritos, fizemos uma leitura flutuante, que, segundo Bardin (1995), “*consiste em estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto*” (p.96). A partir desta passamos a sucessivas leituras no sentido de identificarmos os temas expressos nas respostas dos entrevistados, identificando, com a precisão possível, as passagens do texto relativas a cada tema.

Conscientes de que esta técnica obedece a critérios rigorosos e exaustivos que, na opinião de Bardin (2004), “*deve retirar até a exaustão toda a informação contida no texto relacionado com o tema em estudo, resolvemos apresentar na nossa tabela unidade de registo, integradas em unidades de contexto, cujas dimensões (superiores à da unidade de registo) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo*” (p.107).

Quadro 28 - Grelha de categorização de unidade de análise do conteúdo das entrevistas

DIMENSÕES	CATEGORIAS	SUB - CATEGORIAS	EXCEROTOS DA ENTREVISTA
1 Implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários	1.1 Critérios a privilegiar na nomeação do Coordenador Pedagógico Universitário.	Motivação	<p>E1: “Os incentivos ficam plasmados no estatuto remuneratório da ULAN e do Ensino Superior em geral”</p> <p>E2: “ na base da legislação”</p> <p>E8: “acredito que desde que haja propostas viáveis, desde que haja formas viáveis, que possam ajudar a melhorar este quadro”</p>
		Falta de quadros	<p>E1: “um problema (...) e carência de quadros”</p> <p>E2: “Falta de quadros para todas as missões”</p> <p>E6: “indicação de pessoas corretas no lugar, e também, o facto de termos poucos efetivos que devem estar cem por cento na instituição”</p> <p>E7: “ (...) de modo que consiga mostrar o papel real que os CPU podem desempenhar, (...)”</p> <p>E8:” acredito que isso decorre de uma serie de fatores”</p>
		Melhoria do Trabalho dos DEI	<p>E3: “já pode auxiliar os DEI, no treinamento pedagógico”</p> <p>E4: “tudo que vem para melhorar o sistema de ensino, é bem-vindo”</p>
	1.2 Razões de efetivação do Coordenadores Pedagógicos Universitários.	Estrutura de apoio do DEI	<p>E3: “ são propostas válidas com uma certa vigência para imprimir uma nova dinâmica no processo de ensino-aprendizagem”</p> <p>E7: “questão de organização”</p>

		Supervisão permanente do PEA	<p>E2: “ é importante para melhorar o processo de ensino-aprendizagem”</p> <p>E8: “este controlo não é exercido ao nível do DEI”</p>
		Avaliação do sucesso académico	<p>E4: “é através das avaliações contínuas e outros tipos de avaliações que faz com que os professores conheçam as dificuldades que os estudantes têm”</p>
2 Caracterização do exercício do cargo de Coordenador Pedagógico Universitário	2.1 Reflexão da adequação dos procedimentos pedagógico-didáticos à melhoria das aprendizagens.	Sistemática	<p>E4:” se evidenciar a gerência desse processo de ensino aprendizagem, na coordenação dos procedimentos pedagógicos-didáticos (...) há de melhorar”</p> <p>E5:”vão ter uma forma organizacional que vai facilitar também o funcionamento do próprio CPU”</p>
		Inexistência	<p>E1: “não tenho informação sobre o assunto”</p> <p>E4:” todo este processo é feito pela uma pessoa e, isto tem provocado certos constrangimentos, principalmente nos DEI”</p>
	2.2 Promoção do trabalho cooperativo entre os professores de cada Departamento de Ensino e investigação.	Dinâmica	<p>E4: “ é uma experiencia que vamos meter em evidencia no próximo ano e vermos qual vai ser o resultado”</p>
		Trabalho coletivo	<p>E1:” (...) devo dizer que não se verifica tal procedimento”</p> <p>E2:” sua realização não é transparente”</p> <p>E8: “tenho quase a certeza que isto não é feito”</p>

	2.3 Acompanhamento individual do trabalho dos professores.	Avaliação individual	E4: “temos ainda alguma debilidade” E5: ” (...) nunca e nenhum momento assisti aulas de um professor”
3 Funções inerentes ao desempenho do cargo de Coordenador Pedagógico Universitário	3.1 Competências mais relevantes do Coordenador Pedagógico Universitário	Capacidade de transformação	E2: “pedagógicas, didáticas, científicas e humanas” E3: “seriam competências pedagógicas e didáticas” E5: “velar pelo processo de ensino em todos os departamentos, (...) faria o papel de fiscalizador do cumprimento dos programas, (...) fazer um acompanhamento por parte dos estudantes” E8: “os valores deveriam ser aqueles que portanto são criados num técnico em qualquer instituição de ensino”
	3.2 Mediação do processo de ensino-aprendizagem	Observação	E3: ” a ausência da observação das aulas, ausência do acompanhamento sistemático ao processo”
	3.3 Dinamização da troca de experiências relativas ao processo ensino-aprendizagem.	Prestígio da qualidade de ensino	E1: ” permite uma melhor distribuição de quadros e tarefas”
4 Ação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários	4.1 Legislação vigente	Gestão do Subsistema de Ensino Superior	E7: “potências candidatos que têm requisitos que podem dar resposta a esta situação”

4.4.2 Triangulação dos Resultados de Entrevistas

Considerámos que pela orientação que demos ao nosso estudo a partir das questões que serviram de base à sua elaboração, cumprimos com os pressupostos que legitimam este procedimento na medida em que se pode imprimir uma valorização progressiva aos dados e às suas interpretações, correlacionando-os com as várias perceções que se criam relativamente ao objeto referido, tanto a partir da revisão da literatura, da legislação em vigor nas IES, bem como, do conteúdo das entrevistas que realizámos.

Neste contexto, e tendo em conta o material documental obtido nesta investigação optou-se por realizar uma análise de conteúdo Bardin, (2004). Esta técnica permite, realmente irmos mais além da análise objetiva e rigorosa do conteúdo dos documentos e fazermos a sua interpretação através de deduções, de acordo com as conceptualizações teóricas do próprio investigador. Pretendemos com esta metodologia conjecturar conhecimentos através da resposta às questões que tínhamos colocado, exceto a identificação dos entrevistados.

Diante de relatos feitos pelos membros das UO e do Colégio Reitoral, vê-se que as suas contribuições serviram para a tentativa de descobrir como pensam os gestores. E, percebe-se que eles estão preocupados com a implementação do Coordenador Pedagógico Universitário, parecendo haver um comprometimento, um diálogo aberto entre os integrantes, com relação às funções que são desenvolvidas.

Quando analisámos as respostas que os entrevistados deram às questões que deixariam antever as funções por si valorizadas, nomeadamente entre a questão 11 há 13, do primeiro grupo de questionamento que era saber as razões de não efetivação pelas UO das disposições do Decreto Presidencial 242/11 nas alíneas d) e f) ponto 1 dos artigos 53º e 55º.

Atente-se às respostas. E3, E4, E5 e E7, referem com precisão “ a necessidade da implementação nas UO dos CPU para mobilidade do PEA”. Neste grupo dos entrevistados, E1 E6, E7, e E8, referem por exemplo que, com CPU, “haveria melhor distribuição de tarefas e racionalização dos quadros”.

Os entrevistados E2, E3 e E4 pronunciaram que “a presença dos CPU nas IES melhoraria o PEA”, ao passo que o E8 foi mais longe, quando afirma que estes seriam capazes de “resolverem os problemas do Curso”.

Neste pensamento referiram os E1, E2, e E6 a revisão do Estatuto Remuneratório do Subsistema de Ensino Superior e adequa-la ao atual contexto. Também, não deixaram de fazer ênfase a “outros incentivos” para motivação do desempenho dos CPU, conforme E3, E6 e E7.

Procurando alcançar este objetivo era necessário estabelecer uma certa organização que coincidissem com os ideais educativos. Começariam, então a surgir medidas que progressivamente iriam criando estruturas, com competências específicas, que tornariam possível a concretização desse plano.

É esta conceção que os entrevistados têm acerca da opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição dentro do DEI. (Coordenador Pedagógico, Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira, Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - categoria de Chefes de Secções).

No segundo grupo de questionamento desta constatação passamos para a outra questão que ajudou ao crescimento da investigação que consistia em procurar descortinar as conceções que os entrevistados têm sobre a gestão do processo de ensino aprendizagem nos DEI, que resume-se nos seguintes excertos:

Os entrevistados E2, E4 e E5 afirmam que o PEA é “atividade importante, necessita de quadros capazes”. Porque “existe ainda muitas dificuldades para atingir estes objetivos”. Quanto a perceção do E6, frisa que depende da “dinâmica, dos resultados do trabalho coletivo e da personalidade”, pese que E7 e E8 terem afirmado que atualmente o rigor do PEA, dependeria das reuniões metodológicas.

“ A falta de tempo”, pelos chefes dos DEI em realizar todo um conjunto de tarefas de ensino, 64% dos entrevistados (E2, E3, E4, E5, E6, E7 e E8), concordam que o volume do trabalho dos Chefes de DEI por falta nestes departamentos de uma estrutura intermédia, bem clarificada, não possibilita uma resposta adequada. Quanto as questões [17---20] notou-se uma timidez nos entrevistados, tendo enfatizado o (E1, E2, E3, E4, E5, E7 e E8) que as reflexões sobre os resultados das avaliações e o acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, ainda não são significativos nas UO.

Finalmente, quanto ao terceiro grupo de questionamento, houve unanimidade nas questões 21 e 22 com 73%, sobre competências dos CPU, sustentando em “competências pedagógicas, didáticas, científicas, profissionais, motivacionais e disciplinares”, (E2, E3, E4, E5, E7 e E8).

Como já tivemos a oportunidade de referir, de todas as alterações realizadas no âmbito do Subsistema do Ensino Superior a ideia que prevalece é de que, a qualidade do trabalho realizado para eficácia do processo de ensino aprendizagem, está dependente do compromisso que as estruturas de orientação educativa (ULAN e Departamento Ministerial do Executivo Angolano), assumem relativamente à execução do papel que lhe é conferido alíneas p), r) e t), da Resolução nº 04/de 02 de Fevereiro e outra sobre a melhoria do PEA neste subsistema. Daí, pensamos que, se adequar um novo Estatuto da Carreira Docente Universitária, introdução de novas práticas na organização do PEA como proposta de novos desafios de incentivos salariais há aqueles cuja função é ensinar. Estes desafios não visam a comunidade escolar em pesquisa, porque são extensivos há todo o subsistema que dele fazem parte e, que é reconhecido pelos diplomas legais a partir do momento em que se procurou democratizar o ensino, conforme alínea f) do artigo 12º do Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro.

CAPÍTULO VI - CONCLUSÕES E SUGESTÕES FUTURAS

6.1. CONCLUSÕES

Este estudo permitiu-nos auscultar o sentir da população universitária das UO pesquisadas e dos membros do Colégio Reitoral da ULAN, relativamente às concepções dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, do seu Papel, Função e Importância no processo de ensino-aprendizagem. Uma análise preliminar dos dados recolhidos indica que a maioria dos inquiridos considera que os Coordenadores Pedagógicos Universitários deveriam ser uma estrutura intermédia de reforço dos Departamentos de Ensino e Investigação.

E foi neste percurso de reflexões a todo o momento, que se percebeu, no tema desta pesquisa, que existiam muitas indagações a serem feitas a respeito da falta de Coordenadores Pedagógicos Universitários, nas instituições de Ensino Superior, o que dificultaria para um caminhar, para desenvolver um trabalho de qualidade, já que os chefes dos Departamentos de Ensino e Investigação, por si só, não conseguem dar atenção necessária e suficiente ao nível departamental de um conjunto de tarefas que envolve o processo de ensino-aprendizagem.

Acredita-se, que daqui para frente é importante refletir uma nova forma de ver a figura do Coordenador Pedagógico Universitário, voltada para uma reflexão conjunta, democrática, alicerçada pela busca do sucesso académico. Somente, dessa maneira poderia acontecer uma mudança com relação à sua atuação no interior do processo educativo do Ensino Superior, bem como, dos demais participantes desse.

A valorização dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no subsistema de Ensino Superior, enquanto mediadores de aprendizagens, da promoção da cooperação entre os professores, da competência científico-pedagógica, dando especial ênfase à noção de partilha de saberes, à reflexão conjunta, à experiência profissional e aos conhecimentos pedagógicos e científicos, responderia a preocupação do Governo Angolano na melhoria e qualidade de ensino que se produz.

Ressalta o facto de a maioria dos inquiridos e entrevistados ter concordado que uma das funções efetivamente que deveriam ser exercidas pelo Coordenadores Pedagógicos Universitários é de cooperar na elaboração, desenvolvimento, supervisão e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Salientamos que os dados dos entrevistados (Diretores das UO e membros do Colégio Reitoral), dão maior suporte científico, conforme Benedito, N. (2012, p.125). “As entrevistas constituíram o momento em que os atores organizacionais expuseram as suas ideias, opiniões e reflexões sobre a sua organização”.

Os dados obtidos, embora não conclusivos, servem de ponto de partida para reflexões e aprofundamento desta linha investigativa. Acreditamos que, no contexto atual do Ensino Superior em Angola, é premente que os professores e Coordenadores Pedagógicos Universitários reflitam sobre as suas conceções, em contexto da sua escola, na promoção do sucesso académico.

Sem pretender generalizar os resultados obtidos neste estudo, eles sugerem que o contacto dos professores, através dos itens do questionário, desencadeia uma reflexão sobre esses mesmos conceitos e uma auto reflexão sobre a ação de cada um em particular e mais geral ao nível das estruturas de coordenação educativa, Departamento de Ensino e Investigação.

Parece-nos notório que as conceções dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, uma vez implementadas, demonstraria o contributo que o Colégio Reitoral, no exercício interno das principais características que devem constituir o perfil dos detentores desses cargos. Sendo a ULAN, enquanto entidade organizacional, o núcleo de decisão relativamente à organização pedagógica ao nível da Universidade, para promover métodos que melhor se adequa ao próprio contexto, espera-se que uma reflexão colaborativa e participada sejam útil para a construção de um perfil de competências da ação, capaz de legitimar como mediador entre o professor, aprendizagem e o aluno.

Outro assim, os resultados das três triangulações:- primeiro nível de análise dos resultados dos questionários, segundo nível de análise (rácios de concordância e discordância), assim como dos resultados de entrevistas, poderão permitir a consolidação das conclusões deste trabalho. Também para cada nível de triangulação observou-se os registos que propiciam a necessidade de implementação dos CPU, como um imperativo na gestão do PEA.

6.2. SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Depois de termos apresentado as principais conclusões deste trabalho de investigação, achamos pertinente reafirmar que, devido à orientação metodológica que

privilegiámos elas não podem ser tidas como decisivas e seria um risco generalizá-las por três motivos: porque o momento da ação educativa que vive a nossa sociedade é marcado por alterações à legislação, contribuindo para esta mudança a alteração dos departamentos ministeriais que há pouco aconteceu. Em segundo lugar, pelo facto de a investigação ter sido circunstancial, porque se fosse feita noutro tempo e lugar, as conclusões certamente seriam diferentes destas. Em terceiro lugar o facto de se trabalhar em duas escolas, se o campo de ação fosse mais abrangente a perceção seria outra.

O que nos é permitido fazer é apenas um apelo à compreensão de uma constatação específica que foi deduzida num determinado momento. Ainda temos a convicção de que esta investigação se fosse feita noutro tempo e noutro espaço, ainda que com os mesmos intervenientes, as conclusões que daí retiraríamos não seriam as mesmas destas. As afirmações que fizemos são nossas e que, pela sua natureza, denotam a perceção com que ficamos, podendo ser diferentes da perceção de outros leitores tão válida, como a nossa.

Apesar das limitações deste tipo de estudo, a sua validade está nas aprendizagens que podem surgir da análise das experiências objetivas e da necessidade de reparar os aspetos identificados como constrangedores à ação, neste caso dos Coordenadores Pedagógicos Universitários. Bem como, manter e se possível melhorar aqueles que foram identificados como condições necessárias para obter ganhos e eficácia. Este princípio traduzir-se-á numa oportunidade em transformar a ação do Coordenador Pedagógico Universitário numa garantia de qualidade tanto ao nível das medidas pedagógicas como do trabalho dos seus colegas na escola, consentindo a melhoria das aprendizagens dos alunos.

Ao longo do trabalho podem-se encontrar algumas questões que poderão fornecer pistas para eventuais investigações. Outra ainda é relativa às dificuldades concretas que os Coordenadores Pedagógicos Universitários poderão enfrentar no exercício das funções de supervisão do trabalho desempenhado pelos seus pares, porque nos parece possível indagar acerca do contributo que os Coordenadores Pedagógicos Universitários poderão dar para o desenvolvimento profissional dos docentes, através do processo de ensino-aprendizagem.

Antes de dar por terminado este trabalho considero que, por um ato de humildade e em particular das escolas com os quais me relacionei sobre a importância dos CPU nas IES face as dificuldades que vivemos no PEA e que mereceram destaque

neste trabalho e que proporcionou – me, não só em termos pessoais como também laboral, contribuindo para um verdadeiro crescimento profissional.

Este trabalho resultou da atenção, do empenho e do esforço, das circunstâncias, do tempo disponível para o realizar, bem como, pelos condicionantes particulares e profissionais próprias do Homem e com ele deixamos em aberto sugestões, que consideramos serem interessantes para investigações futuras:

1 – Qual o Papel do Líder quanto à Implementação de Coordenadores Pedagógicos Universitários?

2 – Qual a visão que os Professores têm do Líder de gestão no que respeita à Implementação da Figura de Coordenador Pedagógico Universitário?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aires, A. et al Silva, R. (s/d). *A importância do coordenador pedagógico no contexto social em Santa Luzia do Itanhi*. Brasil.
- Almeida (2001). O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica. In Almeida, L. & Placco, V. (Org.). *O coordenador pedagógico e o espaço de mudança*. São Paulo: Loyola.
- André & Vieira (2006). O coordenador pedagógico e a questão dos saberes. In Almeida, L. & Placco, V. (Org.). *O coordenador pedagógico e questões de contemporaneidade*. São Paulo: Loyola.
- Aranha (2006). *História da educação e da Pedagogia geral e do Brasil*. São Paulo: Moderna.
- Bardin (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa Edições 70.
- Bardin (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Belmonte (2009). Supervisão educacional e formação do professorado. In Rangel, M.(Org). *Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação*. Campinas, São Paulo: Papyrus.
- Benedito, N. (2012). *Centralização, Autonomia e Diversidade nos Sistemas educativos de Angola e Portugal*. Luanda: Edições Cosmos.
- Bogdan & Birklen (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Lisboa:Asa.
- Brandão (1999.) *A participação da pesquisa no trabalho popular*. In *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Bruno & Abreu (2006). O coordenador pedagógico e a questão do fracasso escolar. In Almeida, L. & Palacco, V. (Org.). *O coordenador pedagógico e questões de contemporaneidade*. São Paulo: Loyola.
- Carneiro (2006). *Supervisão escolar e gestão intermédia: um estudo sobre as percepções dos coordenadores de departamento curricular*. [Dissertação de Mestrado]. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Carvalho (2005). *Os caminhos perversos da educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula*. Cuiabá: EdUFMT.

- Clementi (2001). *A voz dos outros e a nossa voz*. In Almeida, L. & Palacco, V. (Org.) *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. São Paulo: Edições Loyola.
- Contreras (1990). *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez.
- Ednir et al. (2006). *Mestres da mudança: liderar escolas com a cabeça e o coração: um guia para gestores escolares*. Organização Cecip. Porto Alegre: Artmed.
- Elias (2006). *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.
- Ferreira (2009). A educação como mediação e a totalidade do trabalho pedagógico. In Rangel, M. (Org.). *Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação*. Campinas, São Paulo: Papirus.
- Ferreira (2004). Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. In Rangel, M. (Org.). *Supervisão Pedagógica: princípios e práticas*. Campinas, São Paulo: Papirus.
- Ferreira, S. (s/d). *A importância do trabalho pedagógico para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos do 3º ano com baixo desempenho escolar*. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hernandez, F. (1998). A importância de saber como os docentes aprendem. In *Pátio Revista Pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Luft (1998). *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática.
- Medina (1997). Supervisor escolar: parceiro político-pedagógico do professor. In Júnior, C. & Rangel, M. (Org.) *Nove olhares sobre a supervisão*. São Paulo: Papirus.
- Moreira (2009). *Questionários: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Moscorola, J. & Freitas, H. (2002). Da observação à Decisão: Métodos de Pesquisa e de Análise Quantitativa e Qualitativa de dados. In *RAE-eletrônica*, v.1, n.º1. Acedido electronicamente em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a06>
- Neto, S. (2010). *História da Educação em Angola: Grupos Nativos, Colonização e a Independência*. Luanda: ZainaEditores.
- Orsolon (2001). Coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In Almeida, L. & Placco, V. *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. São Paulo: Edições Loyola.

- Orsolon (2003). O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In Almeida, L. & Placco, V. (Orgs). *O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança*. São Paulo: Loyola.
- Pestana & Gageiro (2009). *Análise Categórica, Árvores de Decisão e Análise de Conteúdo*. Lisboa: Lidel.
- Placco, V. (2003). O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In Almeida, L. & Placco, V. (Org.). *O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*. São Paulo: Loyola.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rangel (2009). *Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação*. Campinas, São Paulo: Papirus.
- Ribeiro, C. & Queirós T. (2010). *Supervisão, formação de professores e Indisciplina: um estudo baseado na perspectiva de professores estagiários*. Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Educação.
- Rosa (1997). *Construtivismo e mudança*. São Paulo: Cortez.
- Saviani (2009). *Escola e democracia*. São Paulo: Autores Associados
- Saviani (2010). *A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função a profissão pela mediação da ideia*. São Paulo: Papirus.
- Silva, Jr. (1997). Organização do trabalho na escola pública: o pedagógico e o administrativo na ação supervisora. In Silva JR., Celestino, A. & Rangel, Mary (Org.). *Nove olhares sobre a supervisão*. Campinas, São Paulo: Papirus.
- Silva, A. (2004). *O burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. Braga: Centro de Investigação em Educação Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho.
- Souza (2001). O coordenador pedagógico e a constituição do grupo de professores. In Almeida, L. & Placco, V. (Org.). *O coordenador pedagógico e o espaço de mudança*. São Paulo: Loyola.
- Souza (2006). *O coordenador pedagógico, a questão da autoridade e da formação de valores*. Coimbra.

Tukman, B. (2002). *Manual de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Veiga (1998). *Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico*. Campinas: Papirus.

Zabala (1998). A função social do ensino e a conceção sobre os processos de aprendizagem: instrumentos de análise. In *A Prática Educativa - como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, G. (2006). *A visão do coordenador pedagógico sobre sua atuação no processo de inclusão dos alunos com deficiências (tese não publicada)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Amado (2000). A Técnica de Análise de Conteúdo. In *Revista da Escola*.

Andrade, E. (2010). *Os instrumentos do coordenador pedagógico para coordenar a formação continuada dos professores na unidade escolar*. [Tese de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Ausubel, et al. (1988). *Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo*. México: Trillas.

Azevedo, J. et al (2012). *O coordenador pedagógico. Suas reais funções no contexto escolar*. Rio de Janeiro.

Azevedo, M. (2011). *A gestão curricular intermédia como impulsionadora de sucesso escolar um caso em estudo no 2º ciclo de ensino básico*. [Tese de Mestrado não publicada]. Braga: Universidade de Minho.

Fontes, L. & Batista H.(2005). Ética na docência: Um estudo nas instituições de Ensino Superior de Natal/RN. In *Contabilidade Vista & Revista*. Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais.

Franco, V. (2006). *Coordenador pedagógico: identidade em questão*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

Gräf, S. (2010). *O coordenador pedagógico enquanto gestor educacional: delimitando funções, marcando fronteiras*. [Tese de Mestrado não publicada]. São José: Universidade de Passo Fundo.

- Hill, M. & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Melo, F. (2011). *Coordenador do Núcleo e Coordenador de Departamento do Primeiro Ciclo do Ensino Básico: desafios, constrangimentos e dinâmicas*. [Tese de Mestrado não publicada]. Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores.
- Mendes, R.& Silva, A. (2011). *Avaliação da qualidade e qualidade da avaliação na Universidade Agostinho Neto*. Luanda: Universidade Agostinho Neto.
- Menezes, A. (2010). *Reflexões sobre Educação*. Angola: Editora Angola.
- Moreira, A. (2009). *A avaliação do (des)empenho docente: perspectivas da supervisão pedagógica*. [Tese de Mestrado não publicada]. Braga: Universidade do Minho.
- Moreira, A. (2009). *Administração da produção e operações*. São Paulo: Cengage Learning.
- Pinheiro, P. (2005). *O exercício da supervisão em estruturas de gestão intermédia: o coordenador do ciclo e o director de turma*. [Tese de Mestrado não publicada]. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Salvador (2012). *Coordenador Pedagógico: traçando caminhos para a sua prática educativa*. In *Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Lazer: SECULT*. Salvador: Bibliotecária.
- Trinca, W. (1984). *O Uso de procedimento de desenhos – Estórias no diagnóstico psicopedagogia*. São Paulo: Associação Brasileira de Psicopedagogia.
- Trinca, W. (1982). *Caracterização das formas de pensamento em diagnóstico da personalidade*. São Paulo: Boletim de Psicologia.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Decreto Lei nº 2/01, de 22 de Junho. *Normas gerais reguladoras do Sub-Sistema do Ensino Superior em Angola.*
- Decreto n.º 57/03, de 5 de Setembro. *Estatuto remuneratório dos funcionários da Universidade Agostinho Neto.*
- Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio. *Reorganização da rede de ensino superior pública, a criação de novas instituições de ensino superior e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN) – (revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma, nomeadamente o Decreto nº 33/07, de 24 de Abril e o Decreto 60/01 de 5 de Outubro).*
- Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro. *Normas gerais do subsistema do ensino superior –(revoga o Decreto nº 35/01, de 8 de Junho e 65/04 de 27 de Outubro).*
- Decreto Presidencial nº 233/12, de 4 de Dezembro. *Estatuto orgânico do Ministério do Ensino Superior, (MES).*
- Decreto Presidencial nº 242/11, de 7 de Setembro. *Estatuto Orgânico da Universidade Lueji A N'konde. Angola.*
- Dundo (2012). *Caderno de Informações Gerais.* Reitoria, Universidade Lueji A' Nkonde. ULAN: Angola.
- Dundo (2012). *Obrigações Gerais da Área Académica.* Reitoria, Universidade Lueji A N'konde - ULAN, Angola.
- Lei 13/01, de 31 de Dezembro. *Lei de Bases do Sistema de Educação.* Publicada em Diário da República N.º- 65/2001
- Luanda. *Discurso do Presidente da República do dia (27/09/12).* ANGOP: Agência Angola Press.
- Luanda (2004). *Proposta de estrutura organizativa e curricular das Escolas Superiores Pedagógicas,* Reitoria. Universidade Agostinho Neto.
- Luanda (2007). *O Deliberativo do Senado e da Assembleia da Universidade Agostinho Neto.* Universidade Agostinho Neto, UAN. Tomo I, nº 1, vol. 1.
- Luanda, Resolução nº 4/07, de 2 de Fevereiro. *Linhas Mestras para Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior.*

ANEXOS

ANEXO 1- CARTA DIRIGIDA AO MAGNIFICO REITOR DA ULAN

ANEXO 2- RESPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DO MAGNIFICO REITOR DE RECOLHA DE DADOS

ANEXO 3- INSTRUMENTO DE RECOLHA, QUESTIONÁRIO

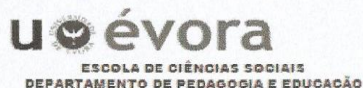
ANEXO 4- BLOCO DE PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

ANEXO 5- INSTRUMENTO DE RECOLHA, ENTREVISTA

ANEXO 6 A 14- GUIÃO DAS ENTREVISTAS E ENTREVISTAS DE 7 A 14

ANEXO15- LINHAS MESTRAS PARA MELHORIA DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTRO Nº 04/07)

Anexo I



Mestrado em Ciências de Educação
Especialidade - Administração e Gestão Educacional

Ao
Magnífico Reitor da ULAN
Professor Titular Samuel Carlos Victorino, PhD
Dundo

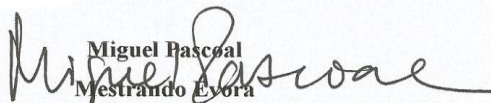
Como é do V/conhecimento, o signatário está a recolher dados relativos às funções e importância dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no subsistema de ensino superior, concretamente ESPLN e ESPLS no âmbito de um trabalho de investigação destinado à elaboração da dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Gestão e Administração Educacional, orientado pela Professora Doutora Marília Favinha, a apresentar à Universidade de Évora.

Para que esta investigação seja concluída com sucesso, solicito a V. autorização para entrevistar os Membros do colégio Reitoral, Directores Gerais e Directores Gerais Adjuntos das Escolas visadas (ESPLN e ESPLS), garantindo-lhe que todas as informações prestadas serão absolutamente confidenciais e destinadas apenas ao fim referido.

Agradeço desde já a V/ colaboração sem a qual não poderei concluir a pesquisa.

Com os melhores cumprimentos,

Dundo, 29 de Novembro de 2012


Miguel Pascoal
Mestrando Évora

Anexo nº 2



UNIVERSIDADE LUEJI A'NKONDE - ULAN

◊ Lunda Norte ◊ Lunda Sul ◊ Malanje ◊

GABINETE DO REITOR

AO

MIGUEL PASCOAL

MESTRANDO - ÉVORA

Nota nº 71/GR/ULAN/2012

ASSUNTO: - APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE RECOLHA

Autorizo a solicitação da recolha de dados relativos a pesquisa destinada à elaboração da Dissertação de Mestrado em Ciências de Educação junto dos membros do Colégio Reitoral da ULAN e das Unidades Orgânicas selecionadas.

Sem outro assunto de momento subscrevemo-nos com elevada honra.

Gabinete do Reitor no Dundo, 30 de Novembro de 2012

O REITOR

Samuel Carlos Victorino PhD

(Prof. Titular)

Anexo nº 3



**Mestrado em Ciências da Educação
Administração e Gestão Educacional**

QUESTIONÁRIO

Com este questionário pretendemos conhecer a sua opinião **do Papel, Funções e Importância, dos Coordenadores Pedagógicos Universitários no Sucesso Académico da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Politécnica da Lunda Sul, adstritas a Universidade Lueji A'Nkonde, Angola**. As respostas às perguntas contidas neste questionário serão estritamente confidenciais e apenas utilizadas para fins de investigação. Por favor, responda a todas as questões. A sua opinião é fundamental.

Nota: As questões que melhor correspondam à sua opinião devem ser assinaladas com um X nos quadrados (ou a que estiver mais próxima).

Muito obrigado pela sua colaboração.

Parte I – Caracterização pessoal e profissional

1. Sexo	1-Feminino <input type="checkbox"/> 2-Masculino <input type="checkbox"/>
2. Idade	_____ Anos
3. Grau Académico. Especifique a área de Formação	1-Bacharelato <input type="checkbox"/> 2-Licenciatura <input type="checkbox"/> 3-Mestrado <input type="checkbox"/> 4-Doutoramento <input type="checkbox"/> 5-Investigador <input type="checkbox"/> Área _____ de _____ Formação
4. Nível de Ensino que lecciona (maioritariamente, nos casos em que lecciona mais do que um ano)	1º Ano <input type="checkbox"/> 2º Ano <input type="checkbox"/> 3º Ano <input type="checkbox"/> 4º Ano <input type="checkbox"/> 5º Ano <input type="checkbox"/> 6º Ano <input type="checkbox"/> Cursos de Pós graduação <input type="checkbox"/>
5. Situação profissional	1-Quadro efetivo da U.O <input type="checkbox"/> 2-Regime de Contrato <input type="checkbox"/> 3-Quadro de outra U.O em situação de colaboração <input type="checkbox"/> 4-Quadro Especialista na Carreira docente que administra <input type="checkbox"/> 5-Outras Especialidades <input type="checkbox"/> Especifique _____
6. Departamento de Ensino e Investigação (DEI) em que está vinculado(a)	1-Línguas <input type="checkbox"/> 2-Educação de Infância <input type="checkbox"/> 3-Matemática e Física <input type="checkbox"/> 4-Química e Biologia <input type="checkbox"/> 5-Engenharia de Minas <input type="checkbox"/> 6-Construção Civil e Electro-Mecânica <input type="checkbox"/> 7-Metalurgia e Materiais <input type="checkbox"/> 8-Ciências Sociais e Humanas <input type="checkbox"/>
7. Anos de serviço docente	_____ Anos
8. Exercício de cargos de Direção e Chefia	_____ Anos Cargo _____
9. Nacionalidade	Angolana <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/>

Todas as questões da parte II devem refletir a sua opinião em relação **AO PAPEL, FUNÇÕES E IMPORTÂNCIA DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS UNIVERSITÁRIOS DA ESCOLA SUPERIOR PEDAGÓGICA DA LUNDA NORTE E ESCOLA SUPERIOR POLITÉCNICA DA LUNDA SUL**. Devem ser respondidas com base na seguinte escala:

1- Discordo Totalmente	2 - Discordo Parcialmente	3- Concordo Parcialmente	4 - Concordo em Grande Parte	5 – Concordo Totalmente
-------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

1.0 Coordenador Pedagógico Universitário deve ter o seguinte Perfil (alguns indicadores):

Sustenta-se em realizar ações de gestão e supervisão escolar,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Justiça,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Pensamento auto-reflexivo e crítico,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Assegurar a qualidade do ensino e aprendizagem,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Adequar os contextos formativos à singularidade dos estudantes.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>

2.As Funções do Coordenador Pedagógico Universitário (alguns indicadores):

Estruturar modalidades formativas sustentadas em concepções e práticas educativas,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Promover progressão de aprendizagens e sequências didáticas,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Elaborar processo de ensino aprendizagem de situações práticas com base na evidência científica,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Capacidades de gestão de negociação.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>

3 Na sua opinião a categoria de Coordenador Pedagógico Universitário não é valorizada no Ensino Superior por razões de:

Falta de nomeação,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Falta de constar no quadro orgânico do pessoal,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>

Compensação salarial.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
4. Os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem o acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos como:	
Apresentação do programa analítico no início do ano ou semestre,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Apresentação de sumários correspondentes às exigências temáticas,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Os professores são valorizados sobretudo pelas suas competências científicas sem acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos Universitários,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Os professores são valorizados sobretudo pelas suas competências pedagógicas sem intervenção dos Coordenadores Pedagógicos Universitários.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
5. O papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é nulo para valorizar as competências relacionadas:	
Os professores gerem eficazmente a articulação vertical do currículo ao longo dos diferentes anos de ensino não necessitando do acompanhamento dos Coordenadores Pedagógicos,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
No ensino Universitário, deverão existir percursos diferenciados/alternativos que permitam uma plena integração de Coordenadores Pedagógicos Universitários,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Os Chefes dos Departamentos de Ensino e Investigação (DEI) dão atenção suficiente aos professores com dificuldades na aprendizagem manifestadas pelos alunos,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Os professores alteram metodologias/estratégias planificadas sempre que se revele necessário dando a conhecer ao DEI,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Há vantagens quando os Coordenadores Pedagógicos Universitários e professores definem e preparam o processo educativo em equipa.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>

6.Os Coordenadores Pedagógicos e professores têm a importância fundamental da acção pedagógica e didáctica nas diferentes correntes:	
Os Coordenadores Pedagógicos Universitários têm a importância de incorporarem uma reflexão fundamentada nas práticas docentes para integrar alunos com diferentes culturas,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
As metodologias/estratégias praticadas habitualmente promovem a cooperação entre os alunos, direcção e docente sem a mediação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
7.Com os professores sem o papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é possível a promoção da educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos:	
Cognitivo,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Moral,	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>
Afectivo.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/>

Anexo nº 4

BLOCOS DE PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO

Blocos de Perguntas do Questionário	Objectivos	Questões
I. Dados pessoais/profissionais de caracterização dos professores inquiridos:	- Recolher informação pessoal relativa aos docentes e o seu percurso profissional e académico.	1- 9 itens
II.O Coordenador Pedagógico Universitário deve ter o seguinte perfil:	- Avaliar a potencialidade da acção dos professores universitários enquanto responsáveis do Processo de Ensino-Aprendizagem e conhecer o perfil no exercício da actividade	5 itens

	docente	
III. As Funções do Coordenador Pedagógico Universitário:	- Avaliar o conhecimento da acção dos professores universitários em relação ao CPU enquanto mediador da acção educativa.	4 itens
IV. Na sua opinião a categoria do Coordenador Pedagógico Universitário não é valorizada no ensino superior:	- Aferir junto dos professores acerca da valorização que deve ser atribuída ao CPU pelas estruturas da Universidade e do Departamento Ministerial.	3 itens
V. Os professores gerem eficazmente a articulação horizontal do currículo e das aprendizagens sem a necessidade do acompanhamento dos Coordenador Pedagógico Universitário:	- Verificar formas predominantes de trabalho dos professores e as suas concepções no cumprimento dos programas analíticos aprovados superiormente.	4 itens
VI. O papel dos Coordenadores Pedagógicos Universitários é nulo para valorizar competências do PEA	- Compreender as perceções dos professores sobre o papel dos CPU como estruturas intermédias no DEI para normalizar o PEA	5 itens
VII. Os Coordenadores Pedagógicos e Professores tem a importância fundamental da acção pedagógica e didáctica nas diferentes correntes:	- Conhecer as representações dos professores sobre a acção científica, pedagógica e didáctica	2 itens
VIII. Os professores sem o Papel dos CPU é possível a promoção da educação integral dos alunos nos diferentes âmbitos:	- Identificar as concepções dos professores sobre a operacionalização psicopedagógica e intelectual.	3 itens

Anexo nº 5

Mestrado em Ciências de Educação
Especialidade - Administração e Gestão Educacional

ENTREVISTA

Pretendemos conhecer a sua opinião **do Papel, Funções e Importância, dos Coordenadores Pedagógicos Universitários que têm na actualidade no sucesso do processo de ensino-aprendizagem da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Politécnica da Lunda Sul, adstritas a Universidade Lueji A'Nkonde, Região Académica IV.** As respostas às perguntas permanecerão estritamente confidências e serão utilizadas apenas para fins de investigação para dissertação de mestrado, através da qual procuramos saber, além de informações estruturais, a forma como processa o processo de ensino e aprendizagem no Departamento de Ensino e Investigação e qual seria a função do coordenador pedagógico universitário na promoção de melhoria de aprendizagem, enquanto estrutura de gestão intermédia entre professor-aprendizagem-aluno. Por favor, a sua opinião é fundamental.

GUIÃO DA ENTREVISTA

- 1- Diga por favor o Sexo.
- 2- Qual e a idade.
- 3- Nacionalidade.
- 4- Grau Académico.
- 5- Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros).
- 6- Qual é a sua situação profissional?
- 7- Quantos anos têm de serviço docente universitário?
- 8- Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupas na instituição de ensino superior? Há quantos anos?
- 9- Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga.
- 10- Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais?
- 11- O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial n^o242/11 mesmo plasmados nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor!
- 12- Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial n^o 242/11, com a seguinte composição na estruturado DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções)
- 13- Qual seria a modalidade de incentivos?
- 14- Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-apredizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores?
- 15- Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz?
- 16- É realizada alguma reflexão sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência?

- 17- Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza?
- 18- Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como?
- 19- Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento?
- 20- Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê?
- 21- Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI?
- 22- Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa.

MUITO OBRIGADO

Anexo nº 6

Mestrado em Ciências de Educação
Especialidade - Administração e Gestão Educacional

Guião da Entrevista

Dirigida aos Directores Gerais, Directores Gerais Adjuntos da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Escola Superior Politécnica da Lunda Sul e Membros do Colégio Reitoral da Universidade Lueji A' Nkonde – ULAN.

Nesta entrevista, pretendemos conhecer a sua opinião **do Papel, Funções e Importância, dos Coordenadores Pedagógicos Universitários que têm na actualidade no sucesso do Processo de Ensino-Aprendizagem da Escola Superior Pedagógica da Lunda Norte e Politécnica da Lunda Sul, adstritas à Universidade Lueji A' Nkonde, Região Académica IV.** Toda a informação fornecida será anónima e usada apenas para este estudo. Não existem respostas certas ou erradas, todas representam a forma de cada um pensar ou agir.

N.º da entrevista	
Idade	
Género	
Nacionalidade	
Grau Académico	
Ano de escolaridade que lecciona	
Anos de serviço docente	
Cargo de direcção que ocupa	

Etapas	Objetivos	Formulário de questões
I - Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados	Legitimar a entrevista e motivar o entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentação; ❖ Solicitar a colaboração do entrevistado; ❖ Dar informação sobre o estudo e os objetivos da entrevista; ❖ Garantir a confidencialidade e o anonimato das respostas fornecidas; ❖ Colocar à disposição do entrevistado os resultados da investigação; ❖ Agradecer a disponibilidade e a colaboração do entrevistado.
II - Caracterização do entrevistado	Recolher dados académicos e profissionais do entrevistado	<ol style="list-style-type: none"> 1- Quais são as suas habilitações académicas? 2- Quantos anos tem de serviço docente universitário? 3- Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupas na instituição do Ensino Superior. Há quantos anos?

<p>III – Experiência laboral no ensino universitário</p>	<p>Conhecer a experiência de liderança do entrevistado</p>	<p>4- Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga.</p> <p>5- Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais?</p>
<p>IV – Papel dos coordenadores pedagógicos universitários</p>	<p>Recolher informação acerca da percepção que o entrevistado tem na implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários</p>	<p>6- O estatuto orgânico da ULAN, Decreto Presidencial nº242/11 está plasmados nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico e a sua efectivação prática não é notório. Comente por favor!</p> <p>7- Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções).</p> <p>8- Qual seria a modalidade de incentivos?</p>

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">V – Atuações Departamentos de Ensino e Investigação com vista ao desenvolvimento do Processo de Ensino-Aprendizagem</p>	<p style="text-align: center;">Identificar práticas profissionais de trabalho dos Departamentos de Ensino e Investigação na gestão do Processo de Ensino-Aprendizagem</p>	<p>9- Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-aprendizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores?</p> <p>10- Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz?</p> <p>11- É realizada alguma reflexão sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência?</p> <p>12- Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza?</p> <p>13- Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como?</p> <p>14- Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento?</p> <p>15- Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê?</p>
--	---	--

<p>VI – Competências relevantes do Coordenador Pedagógico Universitário</p>	<p>Conhecer a opinião do entrevistado sobre as competências do Coordenador Pedagógico Universitário, perante o Processo de Ensino-Aprendizagem</p>	<p>16- Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI?</p> <p>17- Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidados com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa.</p>
---	--	--

Anexo nº 7**E1****TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA**

1. Diga por favor o Sexo. **R- Masculino.**
2. Qual e a idade. **R- 56 anos.**
3. Nacionalidade. **R – Angolana.**
4. Grau Académico. **R- Doutor em Ciências Pedagógicas.**
5. Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros). **R- 3º Ano.**
6. Qual é a sua situação profissional? **R- Docente.**
7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? **R- 27 anos.**
8. Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupa na instituição de ensino superior? Há quantos anos? **R- Pró Reitor para Cooperação.**
9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. **R - Sim. 13 Anos.**
10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais? **R- Sim, Decano do ISCED Cabinda e Coordenador do Centro Universitário de Cabinda.**
11. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11 mesmo plasmado nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor! **R - Isso pode ser um problema estruturante na Universidade e carência de quadros.**
12. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções) **R- Considero importante, pois permite uma melhor distribuição de quadros e tarefas. Também podem melhorar o trabalho de acompanhamento e melhoria do sistema de ensino.**
13. Qual seria a modalidade de incentivos? **R.- Os incentivos ficam plasmados no estatuto remuneratório da ULAN e do Ensino Superior em geral.**

14. Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-aprendizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores? **R - Não tenho muita informação.**
15. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? **R - Não tenho informação sobre o assunto.**
16. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? **R - Não tenho informação sobre o assunto.**
17. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? **R - Este é um assunto de que não domínio. No entanto devo dizer que não se verifica tal procedimento.**
18. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? **R - Sempre que me solicitarem através de fornecimento de materiais e de explicações complementares.**
19. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? **R - Não tenho informação.**
20. Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê? **R - Não. Essa prática caiu em desuso.**
21. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? **R - não tenho dados para emitir uma opinião, seria muito superficial.**
22. Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa. **R - Essa é uma prática complexa. Somente os responsáveis dos DEI podem manifestar os procedimentos.**

Anexo nº 8

E2

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1. Diga por favor o Sexo. **R- Masculino.**
2. Qual e a idade. **R- 46 anos.**
3. Nacionalidade. **R – Angolana.**
4. Grau Académico. **R- Mestre em Ciências Pedagógicas.**
5. Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros). **R- 3º Ano.**
6. Qual é a sua situação profissional? **R- Docente.**
7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? **R- 8 anos.**
8. Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupas na instituição de ensino superior? Há quantos anos? **R- Vice Reitor para Área Académica.**
9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. **R - Sim. 3 Anos.**
10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais? **R- Sim, Director e Director Adjunto para Área Académica da ESPLN.**
11. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11mesmo plasmados nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor! **R – O estatuto da ULAN é novo e ainda temos falta de quadros para todas as missões.**
12. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções) **R- É importante, para melhorar o processo de ensino e aprendizagem.**
13. Qual seria a modalidade de incentivos? **R - Na base da legislação.**
14. Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-apredizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os

- professores? **R – Esta actividade é importante, precisamos de mais quadros nos DEI para o efeito.**
15. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? **R – Os professores. Só que a informação não é clara.**
16. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? **R – Considero superficial porque o chefes dos DEI não têm tempo suficiente para tudo.**
17. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? **R - Este é um assunto de Chefe do DEI, assim como dos coordenadores de curso. Sua realização não é transparente.**
18. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? **R - Sempre que me solicitarem.**
19. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? **R – Através de orientações da Reitoria. Apenas o cumprimento não é rigoroso.**
20. Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê? **R – Sempre que estou em visita as UOs.**
21. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? **R – pedagógicas /didácticas, científicas e humanas.**
22. Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa. **R - Essa é uma praticada responsabilidade das UOs.**

Anexo nº 9**E3****TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA**

1. Diga por favor o Sexo. **R– Masculino.**
2. Qual e a idade. **R - 56 anos.**
3. Nacionalidade. **R - Angolana.**
4. Grau Académico. **R - Doutor em Ciências Pedagógicas**
5. Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros). **R -2º anos.**
6. Qual é a sua situação profissional? **R – Professor.**
7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? **R - 9 anos.**
8. Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupas na instituição de ensino superior? Há quantos anos? **R -Director Geral. 4 anos.**
9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. **R - Já dois anos. Também já fui professor nas escolas primárias do Luena Moxico, Já fui professor no liceu Sagrada Esperança em Malange, no Instituto Médio de Luanda, na EFP- Dundo, estas são as que recordo.**
10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais? **R - Já fui colaborador do ISCED Luanda, e é a partir do ISCED de Luanda que me tornou efectivo a partir do Magnifico Reitor João Sebastião Teta e, nomeado Professor Assistente convidado em 2004 para a ESPLN.**
11. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11mesmo plasmados nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor! **R- Por acaso nos não efectivamos esta figura dos Coordenadores. Estamos a trabalhar como perspectiva porque nós pensamos que primeiro teríamos que criar um departamento afim para que pudesse se engajar, desta figura afim de Coordenador Pedagógico. Estamos também a ensaiar a figura de regente, portanto, só temos de facto que a necessidade que haja regentes de cadeiras, mas posso já adiantar que no próximo curso, vamos criar as**

condições para que tenhamos essas figuras, tendo em conta a sua importância e vigência durante o processo de ensino aprendizagem. Portanto já pode auxiliar os Departamentos de ensino no treinamento pedagógico que se deve dar durante o mesmo processo.

- 12. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções). R - Eu penso que esta proposta seja bem vinda, para podermos de facto darmos uma outra dinâmica, e auxiliarmos os Departamentos de Ensino na execução das tarefas a elas acometidas. Portanto, como vê, o Coordenador Pedagógico à Chefe de Repartição de ensino, o Coordenador de Curso a categoria de Chefe de Secção de Ensino, e ao mesmo tempo também o coordenador do ano ou semestre, portanto seria a categoria de chefe de Secção também, são propostas validas com uma certa vigência para imprimir, uma nova dinâmica no processo de ensino aprendizagem.**
- 13. Qual seria a modalidade de incentivos? R - Eu penso que a efectivação de subsídios de cursos e regências de cadeiras constantes nas alíneas que acaba de mencionar não é da nossa responsabilidade. Portanto, estes subsídios foram retirados do sistema, como tinham também retirados os subsídios de exame. Mas neste preciso momento e a partir deste ano lectivo, já estamos a nós beneficiar acerca de subsídios de exame. Portanto, eu penso que este aspecto depende simplesmente do Ministério das Finanças. Terá que haver um trabalho conjunto do Ministério de Ensino Superior, isto é, o Recursos Humanos, Ministério do Ensino Superior e as Finanças, para que venha a repor esses subsídios que foram retirados na sua parte. As UOs, assim como a minha não tem responsabilidade no pagamento desses subsídios.**
- 14. Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-apredizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores? R - Nós pensamos que ainda estamos longe de alcançar os objectivos preconizados no Processo de ensino Aprendizagem. Notamos ainda que os DEI têm muitas dificuldades, ocupam-se apenas a transmissão**

dos conhecimentos aos estudantes e, não há aquela interacção entre esses departamentos e professores. Portanto, falta ainda esta coesão, falta ainda esta interacção que é necessária para que esses departamentos possam funcionar. Porque não podem funcionar sozinhos sem os professores. Nós estamos também a tentar criar, se bem que não temos espaços suficientes onde funciona esses departamentos de reforçar, digamos, o quadro técnico, para que possa ajudar a dinâmica de implementação e acção do funcionamento dos Departamentos.

15. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? **R - Eu penso que sim. Depende da dinâmica, depende dos resultados, depende da forma como os Coordenadores poderão implementar as suas acções. Portanto, penso que não deverão trabalhar sozinhos. Devemos trabalhar em grupo, devemos trabalhar em colectivo, devemos trabalhar em interacção, ai notaremos que a coesão entre os Coordenadores e professores irá resultar é um trabalho colectivo, que irá proporcionar melhorias no processo de ensino aprendizagem.**
16. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? **R - Nós de facto não temos notado. Portanto, de certa forma o acompanhamento dos estudantes com dificuldades de adaptação, portanto, este processo, este diagnóstico, deve ser antes cada professor de cada Departamento fazer um diagnóstico de partida no 1º ano ou em cada semestre. Mas não evidenciamos tanto este trabalho, de acompanhamento aos alunos com dificuldade de adaptação.**
17. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? **R - Sim, de facto temos feito algumas reflexões. Eu pessoalmente faço reflexões nas salas de aulas com professores e com muita frequência, durante a avaliação que eu faço, quando eu faço a correcção das provas, quando eu entrego as notas aos estudantes, quando eu planifico uma prova sempre eu tenho em conta de fazer a reflexão dos resultados que poderei alcançar com os estudantes. Eu sempre aconselho que o objectivo do professor não é de fazer reprovar o estudante, mas de ensinar para que**

eles sejam munidos de conhecimentos necessários que poderão servir para o seu futuro. Portanto, é nesse sentido como professor, faço as reflexões sobre as avaliações, mas incido mais aos conteúdos que dou aos estudantes.

18. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? **R - Neste preciso momento nós trabalhamos, principalmente, neste semestre, criamos equipas na elaboração dos programas analíticos, com objectivos de que também, os professores planifiquem as suas aulas em conjunto, tendo em conta as especialidades, tendo em conta o conteúdo, e também os objectivos que se deve alcançar com esta disciplina. Para que não tenhamos, portanto, conteúdos com objectivos diferentes, é sempre bom que os professores planifiquem as suas aulas em conjunto para podermos demonstrar que não deve haver simetrias. Portanto, aos conteúdos que os professores vão transmitir aos estudantes, porque se não estaríamos a formar estudantes com diferenças de conhecimento e conteúdos.**
19. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? **R - Este trabalho não é permanente, mas tivemos este ano uma iniciativa inédita da área académica da nossa Universidade, Lueji A'Nkonde, em propor a realização do curso de agregação pedagógica de carácter obrigatório, a todos os professores. E a partir daí nos nos engajamos seleccionar professores que partiram ou orientaram este curso em vários módulos, e vimos que isto vai dar uma outra dinâmica, vai dar proporcionar um outro resultado dos professores que vinham trabalhando com o método tradicional de ensino e, conseqüentemente, podermos também nós organizar em departamentos para que nós actualizamos os procedimentos e métodos para cada disciplina.**
20. Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê? **R - De facto sim. Já observei e não com muita frequência. Muito importante. Porque das observações poderemos fazer a uma determinada aula tanto, podemos corrigir aqueles aspectos negativos, aqueles aspectos metodológicos que o professor não utilizou, não entregou os meios de ensino, a própria metodologia, que poderia utilizar para ilustrar aulas, que**

não utilizou naquela aula. È sempre bom, nossos responsáveis dispensarmos tempo, se bem que é difícil, observarmos as aulas que os professores dão. O que nos constatamos ainda este ano, eu tive queixa de alguns estudantes, que os professores não dão aulas, que o professor chegou deu prova, portanto, isto significa, que se nos tivéssemos esta oportunidade de acompanhar pontualmente os professores, no exercício das suas funções, poderíamos portanto, eliminar, evitar, esses problemas que os estudantes apresentam as vezes já no fim de semestre e tardiamente.

- 21. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? R - seriam competências pedagógicas e didáticas, competências que poderiam orientar de forma coesa, o seu trabalho, o trabalho do Coordenador pedagógico, em relação as outras estruturas existentes ao nível da nossa instituição.**
- 22. Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa. R - É aquilo que eu dizia na pergunta anterior. Portanto, a ausência da observação das aulas, ausência do acompanhamento sistemático ao processo. Portanto, vai permitir que não tenhamos, o conhecimento de todos os casos que ocorrem na instituição.**

Anexo nº10**E 4****TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA**

1. Diga por favor o Sexo. **R – Masculino.**
2. Qual e a idade. **R - 48 anos.**
3. Nacionalidade. **R – Angolana.**
4. Grau Académico. **R -tenho 5º Ano de Universidade, portanto sou Engenheiro Químico.**
5. Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros). **R - 1º ano de Química geral.**
6. Qual é a sua situação profissional? **R – Docente.**
7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? **R - 8 anos.**
8. Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupas na instituição de ensino superior? Há quantos anos? **R -Portanto neste momento estou acumulando dois cargos de Chefe de Departamento de Matemática Física e Director Geral Adjunto para Assuntos Académicos. Primeiro 6 anos e o segundo quase 1 ano.**
9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. **R Nunca.**
10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais? **R - Noutra universidade não é pela primeira vez.**
11. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11 mesmo plasmados nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor! **R - Eu sou da opinião que haja uma preocupação de quem é de direito para que estas coordenações comecem a funcionar para o bem das próprias instituições universitárias.**
12. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções). **R - Na minha**

- opinião, tudo que vem para melhorar o sistema de ensino, é bem vindo. Se isto se efectivar um dia vai descongestionar, o trabalho dos chefes dos departamentos, e fará com que haja dinâmica nos DEI, é a nossa esperança.
13. Qual seria a modalidade de incentivos? **R - Se esses coordenadores não existem, logicamente, não podem ser pagos.**
14. Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-aprendizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores? **R - Bem, falando seriamente, existe determinados trabalhos que se fazem nos DEI da nossa escola, tais como:- feitura de horários gerais e individuais, confecção de mini pautas, a distribuição de disciplinas pelos professores, etc. etc. Mas todo este processo é feito pela uma pessoa e, isto tem provocado certos contraimentos, principalmente nos DEI nesta escola. Logo, a proposta do candidato ao mestrado, se se evidenciar, a gerência desse processo, de ensino aprendizagem, na coordenação dos procedimentos pedagógicos didáticos, e outras formas de actuação entre professores há de melhorar.**
15. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? **R - Bem, o professor para mim é um trabalhador da função pública, é chefe de família, etc. etc. Portanto, algo está instituído o professor tem que cumprir. Ninguém esta acima da lei, e ninguém esta acima da instituição. Esta é a minha opinião. Logo o professor vai obedecer.**
16. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? **R- Essa parte nós sabemos que estamos numa instituição onde se põem em evidência, sobre todos os participantes, alunos e professores. O professor esta sobretudo em contacto directo com os estudantes. Logo, existe um mecanismo que os professores saibam as dificuldades que os estudantes têm. Portanto, é através das avaliações contínuas e outros tipos de avaliações que faz com que estes tipos de professores conheçam as dificuldades que têm tido com os estudantes. Agora na parte directiva as mini pautas falam por si quando se nota dificuldades ou notas muito baixas das mini pautas. Então o corpo directivo da conta muito facilmente, que existe certas dificuldades e, assim, tomam se**

certas medidas. Chama-se o Professor, entrevista-se o professor, e conversar com os estudantes para ver se as falhas estão na parte do estudante ou professor. É assim que nós agimos.

- 17. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? R - como disse anteriormente, eu acho a questão anterior responde esta pergunta.**
- 18. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? R - Portanto, temos ainda alguma debilidade, mas tem sido em certo grau, uma certa cooperação, entre certos professores que leccionam a mesma disciplina, quando a disciplina é a mesma. Mas estamos pensando assim, para o próximo ano, o professor que lecciona a cadeira de álgebra, que seja o mesmo a leccionar para todos os cursos, por exemplo, a álgebra que é leccionada, portanto, nos cursos de matemática, física e química, que o professor seja o mesmo. É uma experiencia que vamos meter em evidencia, no próximo ano e vermos qual vai ser o resultado, e fazer este professor capaz de ter mais conhecimento desta disciplina na física, química como na própria matemática. É isso que estamos a pensar.**
- 19. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? R - Bem, a Reitoria da nossa Universidade, entregou-nos alguns documentos, que nos ajudam a fazer avaliações científicas e pedagógicas do professor. Ai tem determinado itens que fazem com que nós possamos avaliar o professor.**
- 20. Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê? R - Bem, até ao momento em particular, eu como membro do conselho de direcção, nunca observei aula do professor.**
- 21. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? R - Devem ser muitas, mas uma delas é o domínio das disciplinas que são seleccionadas no referido DEI. Outro parâmetro segundo a minha maneira de pensar, também tem haver com o problema de professores antigos e experimentados. Esses também podem assumir esta responsabilidade. Se**

mal entendo esta chefia, ou este cargo, tem que ser uma pessoa, que domina a matéria, que ajuda o próprio departamento, em diferentes aspectos que seja necessário. A disciplina a entrega à profissão, ou seja, de outra forma, etc. etc.

- 22.** Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa. **R - Esta actividade é feita pelos professores nas salas de aulas.**

Anexo nº 11

E 5

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1. Diga por favor o Sexo. **R - Masculino.**
2. Qual e a idade. **R - 32 anos.**
3. Nacionalidade. **R – Angolana.**
4. Grau Académico. **R Licenciado em ciências de educação, matemática**
5. Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros). **R - 2º e 3º anos.**
6. Qual é a sua situação profissional? **R – Docente.**
7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? **R - 5 anos.**
8. Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupas na instituição de ensino superior? Há quantos anos? **R - Director Geral Adjunto para Assuntos científicos. quase 3 meses.**
9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. **R – Não.**
10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais? **R– Não.**
11. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11 mesmo plasmado nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenado Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor! **R - Portanto, o regulamento contempla estas figuras dos Coordenadores e regentes das cadeiras. E como o regulamento, é um actual e nós estamos a trabalhar nos moldes e processos que herdamos da UAN. Ainda trabalhamos com Departamentos, Repartições e secções. Essa modalidade que consta no regulamento, essa figura, acreditamos que à tempo próprio, vamos contemplar no nosso cronograma.**
12. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções). **R - Bem, acredito**

que esta estrutura existe, tanto faz no cronograma anterior, só que aparecem com nomenclatura diferenciada. Nós temos os chefes de departamentos, repartição, e secções. Agora, acho que por esta questão de nomenclatura e porque pelo que se vê, à uma igualdade ou semelhança, onde o Coordenador pedagógico, como proposta vem substituir o chefe de repartições de ensino. Penso que estes elementos já existem, com nomes diferentes. Penso o que temos de fazer é actualizar com base ao decreto Presidencial da ULAN que dá uma nova estrutura de funcionalidade e Departamento dessas áreas.

13. Qual seria a modalidade de incentivos? **R -Essa questão eu penso que me transcende, pelo tempo que estou a desempenhar estas funções e pelos meandros em que circulam os tratamentos atinentes á subsídios de renumeração dessas figuras como só os coordenadores de cursos e regentes de cadeira.**
14. Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-apredizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores? **R - Sim. Porque vai ser um sistema, não é o Coordenador pedagógico, não trabalhará sozinho. Ele vai trabalhar com o coordenador pedagógico da UO ou então os coordenadores de disciplina. Eles também vão ter uma forma organizacional que vai facilitar também o funcionamento do próprio coordenador pedagógico.**
15. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? **R - Essa verificações, são verificadas de uma forma directa pelo professor que passa na devida sala, ate porque depois de ele notar isso, ele passa informação ao Departamento, que á um estudante com necessidades educativas ou outras. Então, a partir transcende ate ao conhecimento do conselho de direcção que na escola existe um estudante com estas e outras necessidades especiais.**
16. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? **R - Sim, em parte é realizada porque é um processo que também é avaliado necessariamente e vai se ver se estamos a cumprir com aquilo que são os nossos objectivos.**

17. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? **R - Bem, a questão de colaboração de professores da mesma disciplina, portanto, nós na escola superior pedagógica, temos uma estrutura organizacional, onde temos os DEI, onde estão distintos professores e nas distintas áreas. Esses professores por sua vez, o Departamento tem um conselho pedagógico e um científico.**
18. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? **R - Portanto, temos ainda alguma debilidade, mas tem sido em certo grau, uma certa cooperação, entre certos professores que leccionam a mesma disciplina, quando a disciplina é a mesma. Mas estamos pensando assim, para o próximo ano, o professor que lecciona a cadeira de álgebra, que seja o mesmo a leccionar para todos os cursos, por exemplo, a álgebra que é leccionada, portanto, nos cursos de matemática, física e química, que o professor seja o mesmo. É uma experiencia que vamos meter em evidencia, no próximo ano e vermos qual vai ser o resultado, e fazer este professor capaz de ter mais conhecimento desta disciplina na física, química como na própria matemática. É isso que estamos a pensar.**
19. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? **R - Bem, nos temos uma ficha de avaliação científica, e uma outra pedagógica dos professores com base nestas fichas a avaliação pedagógica e científica é da responsabilidade do chefe do Departamento. O chefe do Departamento, faz a avaliação do professor. Esta avaliação depois retira-se os pontos positivos e negativos. Os negativos são propostos aos professor para que procure melhorar com ajuda digamos da UO e não só. Os aspectos positivos motivam o professor a incentivar para que o processo continue a ser o melhor possível.**
20. Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê? **R - Bem, sou membro do conselho de direcção a pouco tempo e nesse período nunca e nenhum momento assisti aulas de um professor.**
21. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? **R - As**

competências, vamos primeiro definir o Coordenador pedagógico, até que o Coordenador pedagógico é uma pessoa que segundo a equivalência que atribui a esta figura esta na categoria do Chefe de repartição de ensino. Então, o Coordenador pedagógico é o responsável pelo processo de ensino da UO. De uma forma geral mas também, do DEI. Nos teríamos de ter o Coordenador pedagógico, que vai velar pelo processo de ensino em todos só Departamentos e esta pessoa que teria um trabalho de acompanhamento do cumprimento primeiro dos programas por parte dos professores. Seria um elemento que faria o papel de fiscalizador do cumprimento dos programas, um facilitador que estaria no meio entre o conselho pedagógico e o conselho científico da direcção e os departamentos. Neste caso ele estaria a fiscalizar o cumprimento dos programas, estaria ali a ver se de facto os professores estão habilitados a trabalhar com essa matéria. A fazer um acompanhamento, por parte dos estudantes se estão a aprender aquilo que são os objectivos da escola. Enfim, de um modo geral, é uma pessoa que se for definida será uma mais valia no processo de ensino aprendizagem.

22. Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa. **R - Actualmente nós temos funcionado da seguinte maneira:- a escola tem os DEI que é o elo de ligação directo que junta os professores e estudantes, ou seja o professor com todas as suas necessidades e preocupações , devem reencaminhar junto ao DEI a que pertence. O estudante também se se vivenciar algumas situações onde carece da intervenção da escola, esse deve recorrer ao DEI a que pertence, dai que o DEI, é o elo de ligação entre o professor e o estudante, está ali no meio desses dois elementos. Portanto, qualquer situação que tem de haver com o Processo docente educativo, onde estão professor ou estudante, todos eles encaminham as preocupações ao departamento e o departamento por sua vez, encaminha essas informações se não forem da sua responsabilidade**

dar solução, então encaminham as estruturas superiores para devidas tomadas de decisão.

Anexo nº 12

E 6

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1. Diga por favor o Sexo. **R – Masculino.**
2. Qual e a idade. **R - 33 anos.**
3. Nacionalidade. **R – Angolana.**
4. Grau Académico. **R - Licenciado em engenharia de minas.**
5. Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros). **R - 1º e 3º anos.**
6. Qual é a sua situação profissional? **R - Docente, Assistente estagiário.**
7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? **R - 8 anos.**
8. Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupas na instituição de ensino superior? Há quantos anos? **R - Director Geral da ESPLS. quase 9 meses.**
9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. **R – Não.**
10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais? **R- Não.**
11. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11 mesmo plasmado nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor! **R - Talvez, parte pelo princípio de indicação de pessoas correctas no lugar, e também, o facto de termo pouco efectivo que devem estar 100% na instituição. Uma boa parte dos nossos professores efectivos, também, fazem parte do quadro orgânico de outras instituições privadas, razão pela qual estão aqui como docentes e não como quadros superiores efectivos.**
12. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções). **R - Creio que não. Primeiro é que a indicação é feita pelo superior hierárquico, e ele sempre indica a pessoa que crê ser capaz e disponível, para este curso. E se formos**

a partir para outro campo de eleições, podemos indicar alguém que não está disponível para nós atender e vamos criar buracos.

- 13. Qual seria a modalidade de incentivos? R - Rever bem a tabela salarial, o Ministério de Ensino Superior dar os créditos, porque o salário não resolve nada. Prêmios para professores principalmente do ano.**
- 14. Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-aprendizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores? R - Cada DEI responde pelo curso específico. No entanto eles tem os professores anexos ou afectos a este departamento, à determinadas cadeiras. Eles também têm as suas reuniões metodológicas com docentes, dentro destas reuniões metodológicas eles orientam os professores daquilo que se vai transmitir, os programas, principalmente, professores que leccionam a mesma cadeira para que não tenham sempre discordância nos programas. O mais concreto é que têm sempre as reuniões metodológicas.**
- 15. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? R - Eu creio que tudo vai depender da personalidade do coordenador pedagógico e da forma de se entregar. Porque podemos observar que todos são já amigos. Muitas das vezes se não soubermos nos posicionar, acabamos por nós confundir a amizade e o trabalho. E partindo dali, já não pode existir um grande respeito porque ele é meu amigo e pronto, não vou considerar como coordenador pedagógico, mas como amigo, quando dá um trabalho ele não cumpre. O próprio coordenador pedagógico é que tem que saber se posicionar e fazer limites com os seus professores.**
- 16. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? R - Infelizmente a 100% não se acompanham. No entanto, temos feito sim este acompanhamento mas muito fraco, mas tem se feito. Vemos primeiro as cadeiras em atraso que estes estudantes têm, e aprimoramos agora e disponibilizamos os sábados para aulas específicas com esses estudantes. Coordenamos com os professores e todos os sábados tem explicações com professores de determinadas cadeiras para poder melhorar e levantar as suas notas.**

17. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? **R - Sim. Os DEI recebem do DAAC todo o dossier académico, dali retiramos os melhores estudantes, os piores e os médios. Dos melhores os professores fazem sempre um acompanhamento que neste momento vamos começar a implementar o sistema dos monitores, que os professores já nos apresentaram, inclusive, propostas dos estudantes que estão no último ano.**
18. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? **R - Sim. Primeiro são mais uma vez as reuniões operativas, ou reuniões metodológicas, os professores sempre apresentam a sua matéria que estão a leccionar e formalizam para obter um único conteúdo.**
19. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? **R - Sim. Primeiro os departamentos apresentam categorias dos docentes, para podermos ver se podemos aplicar alguma formação aos docentes. Fizemos uma mínima formação de agregação pedagógica nossa interna e agora estamos a fazer a outra que veio da Reitoria.**
20. Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê? **R - Já, Costuma a direcção fazer visitas de surpresa aos docentes, sem notificarmos quando será e qual será a turma. Aparecemos de forma surpreendente, a princípio não demos a conhecer da nossa presença. Escutamos como o professor transmite e depois entramos para conversar com o professor.**
21. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? **R – Primeiro teria que ter uma formação adequada, um grau de mestre, segundo, ser alguém que saiba lidar com os estudantes. Não basta ser formado para ser coordenador pedagógico. Saber contactar com a população, com a massa toda, saber apaziguar, transmitir e saber ser bom professor.**

22. Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa. **R - Neste contexto temos várias figuras. Temos a figura da associação dos estudantes, o Director geral, também os próprios chefes dos DEI que tem sido os próprios mediadores.**

Anexo nº 13

E 7

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1. Diga por favor o Sexo. **R – Masculino.**
2. Qual e a idade. **R - 30 anos.**
3. Nacionalidade. **R – Angolana.**
4. Grau Académico. **R Licenciado em sociologia e Pós graduação em direito**
5. Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros). **R - 1º e 2º anos.**
6. Qual é a sua situação profissional? **R – Docente.**
7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? **R - 2 anos.**
8. Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupas na instituição de ensino superior? Há quantos anos? **R - Director Geral Adjunto da ESPLS.9 meses.**
9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. **R - Não. Já fui do Instituto Médio Politécnico da Lunda Sul, coordenador para inserção dos alunos na vida activa.**
10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais? **R- O único foi no Instituto Médio Politécnico da Luanda Sul, coordenador para inserção dos alunos na vida activa.**
11. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11 mesmo plasmado nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor! **R - Portanto, temos que estar em primeira instância que a ULAN é uma nova UO. Ela tem estado a organizar de modo que consiga todas as suas coordenações em pleno funcionamento. A nível da ESPLS, não temos ainda os coordenadores pedagógicos nomeados. Mas temos a indicações de alguns que tem estado a procurar fazer o trabalho que é relacionado à coordenação dos cursos. Acreditamos também que este é um exercício que a própria Universidade deve levar a cabo de modo que consiga mostrar o papel real que os coordenadores pedagógicos podem desempenhar, junto aos Departamentos ou à UO em que está inserida.**

12. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções). **R - Eu sou da opinião que as outras formas de o fazerem tinham que ser o desempenho do próprio docente. Acreditamos que esta figura de coordenador deve desempenhar junto ao curso um papel focal, na resolução de eventuais problemas que podem advir muito ao curso que esta coordenar. Podemos fazer menção da própria questão da organização ou reestruturação eventual das grelhas e dos programas. Então isto tem que ver na prática, quem são os docentes ou potenciais candidatos que tem requisitos que podem dar resposta a esta situação.**
13. Qual seria a modalidade de incentivos? **R - Remuneração ao coordenador pedagógico, as UO junto das suas possibilidades criar outros incentivos como; formação técnica profissional, cursos de superação.**
14. Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-apredizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores? **R – Primeiro eles pautam naquilo que é o regulamento da ULAN, depois temos aquilo que é o calendário académico. Em função do regulamento e do calendário académico, que as acções são desempenhadas ao nível do DEI. Os DEIS, também submetem nestas perspectivas as decisões saídas ao conselho pedagógico, conselho científico a nível da nossa escola. Também decisões emanadas pela própria direcção da instituição e nessa perspectiva, que se tem realizado as acções.**
15. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? **R - Acredito que aqui têm muito haver com a própria personalidade. Uma variável pode influenciar uma outra. O próprio estudante não deve ter o receio de estar com professores para expor as suas dificuldades.**
16. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? **R - Esse processo de acompanhamento acreditamos também pelo número excessivo de**

estudantes que as nossas turmas têm actualmente, não facilita de alguma forma aos DEI fazer um trabalho intensivo. Mas aqueles casos que acabam de ser mais preocupantes, a gente têm a noção que muitos estudantes vêm do ensino médio ou básico com algumas debilidades. Estes então temos estado a fazer algum trabalho para inclusive enviarmos para biblioteca de modo que possam se superar – se no que tange as debilidades que trazem. Não é ainda frequente na nossa instituição, mas alguns casos isolados temos estado a trabalhar.

17. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? **R - Em relação a questão do DEI sobre a avaliação há sempre um mapa estático que os DEI têm para verem o índice de aproveitamento e reprovação. Porque ali também parte a própria avaliação do docente e em casos de duvidas também sobre a questão de avaliação, actualmente nós temos estado a armazenar a nível dos deis, as provas dos estudantes de modo que nos permita as vezes em criar comissões para analisar as respectivas provas se os problemas foram dos estudantes ou também do próprio corpo docente.**
18. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? **R - Duma forma parcial sim. Porque temos tido algumas dificuldades para o nosso corpo docente, que acaba por ser colaborador, e muitos trabalham numa das grandes empresas que temos aqui, que é o projecto Catoca e acabam de estar na cidade no período nocturno. Esses têm sido alguns que têm disponibilidade de estarem aqui durante o dia para fazerem a planificação. São mais professores ligados a área de gestão, esses tem tido estado fazer o trabalho de planificação a nível das disciplinas tais como, português, cadeira de MIC, TGA, disciplina de introdução em ciências sociais. Temos também o caso de professores que já têm a cultura de sentar para fazerem a planificação temática a ser leccionada.**
19. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? **R - Sim. Isto tem se dado a proceder. Cabe ao coordenador pedagógico fazer o diagnostico, das necessidades ao nível dos docentes, pelos seus cursos e remeter depois ao**

chefe do departamento, este por sua vez encaminhar a área académica, de modo isso leva-se a consideração do DG para conseguir suprir aquilo que são as carências no que tange à docentes.

20. Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê? **R - Este ano tive a oportunidade de presenciar duas aulas, uma de MIC em função da reclamação de alguns estudantes. Também, tive a oportunidade de assistir uma das aulas de TGA que também os estudantes apresentaram algumas reclamações sobre supostamente algumas dificuldades do professor. Tive oportunidade de assistir neste semestre duas aulas.**
21. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? **R - Penso eu que primeiro o coordenador pedagógico teria a responsabilidade de gerir todo um processo de um determinado curso. Processo este que pautaria na coordenação e fiscalização das aulas por parte do docente, ver os docentes que têm estado a cumprir efectivamente com os programas que são cedidos pela instituição, seria ele, o elo de ligação directo junto ao chefe do departamento, para apresentar algumas informações do próprio processo de educação. Isso de leccionar de um determinado docente, tem uma palavra a dizer na hora de avaliação do desempenho dos docentes, tendo em conta que ele seria a pessoa mais directo entre estudante e docentes.**
22. Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso académico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa. **R - Não sei até que ponto podemos falar que as estruturas de DEI, não estão consolidadas com uma figura mediadora entre professor e aluno. Se a gente partir do pressuposto que toda a informação a receber quer seja da envolvimento de algum docente por um acto menos abonatório dos estudantes. E se é dos estudantes essa**

envolvência, directa dos DEI no processo de alunos. Acredito que devemos melhorar a eficiência, partindo do próprio sigilo, porque é também do nosso conhecimento, que temos ainda docentes que não tem a capacidade de receber a auto crítica.

Anexo nº 14

E8

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1. Diga por favor o Sexo. **R – Masculino.**
2. Qual e a idade. **R - 46 anos.**
3. Nacionalidade. **R – Angolana.**
4. Grau Académico. **R – Licenciado.**
5. Ano de escolaridade que lecciona (nos casos em que lecciona mais do que um ano diga os outros). **R - 1º e 2ºanos.**
6. Qual é a sua situação profissional? **R – Docente.**
7. Quantos anos têm de serviço docente universitário? **R - 8 anos.**
8. Qual é o cargo de Direcção e Chefia que ocupa na instituição de ensino superior? Há quantos anos? **R - Director Geral para Assunto científico da ESPLS. Quase 9 meses.**
9. Já alguma vez foi Coordenador(a) de curso, cadeira, semestre e ou ano numa instituição de ensino superior? Se sim, há quantos anos? Caso for em outros subsistemas de ensino diga. **R - Não. Nunca fui coordenador.**
10. Já exerceu outros cargos de liderança em alguma Unidade Orgânica ao longo da sua carreira? Se sim, quais? **R– Não.**
11. O estatuto orgânico da ULAN, decreto presidencial nº242/11mesmo plasmado nos seus artigos 53 e 55 pontos 1 alíneas d) e f) a figura do Coordenador Pedagógico a efectivação prática não é notório. Comente por favor! **R - A não existência dos coordenadores pedagógicos nas UO apesar da figura estar nos regulamentos da ULAN, acredito que isso decorre de uma série de factores. Factores esses que estão ligados a própria experiencia docente, e a organização do processo docente nas UO, que tem haver com a própria experiência de gestão de próprias UO. Ao meu ver julgo que um dos problemas de muitos problemas que as UO enfrentam.**
12. Qual é a sua opinião sobre a implementação dos Coordenadores Pedagógicos Universitários, fazendo fé ao Decreto Presidencial nº 242/11, com a seguinte composição na estrutura do DEI. (Coordenador Pedagógico - Chefe de Repartição de Ensino), (Regente de cadeira - Coordenador de Disciplina/Cadeira e Coordenador do Ano ou Semestre - Chefes de Secções). **R - Outras formas**

sim. Poderia haver uma vez que o conhecimento não é finito e as regras não são estáticas, mas dinâmicas, acredito que desde que haja propostas viáveis, desde que haja formas viáveis que possa ajudarem a melhorar este quadro acredito que sim.

- 13. Qual seria a modalidade de incentivos? R - Assunto polêmico. Porque o estatuto não é claro. É uma matéria a ser tratado em fórum próprio, portanto, o coordenador pedagógico deve ser remunerado.**
- 14. Como é que os DEI, gerem o processo de ensino-aprendizagem na coordenação dos procedimentos pedagógico-didáticos e outras formas de actuação entre os professores? R - Portanto. Os departamentos realizam com certa periodicidade, reuniões ou seja conselhos pedagógicos dos DEI nos quais são efectivamente, abordado aspectos de gestão pedagógica didáctica e também os aspectos científicos. Portanto, essa articulação é feita entre o chefe de departamento, os coordenadores de cursos e por sua vez com docentes.**
- 15. Como verifica-se o acompanhamento da adaptação das características específicas dos alunos com dificuldades? Quem o faz? R - Para as pessoas empreendedoras dos fenómenos, das pessoas que procuram colaborar, facilitar as coisas, viriam nessa pessoa como o coordenador pedagógico, cumprir suas instruções e colaborar no trabalho que efectua. Vê-lo como pessoa, como individuo, seria um desvio, não estaria a cumprir a função, não seria coerente neste caso.**
- 16. É realizada alguma reflexão, sobre os resultados das avaliações dos alunos? Se sim, de que forma? Com que frequência? R - Acredito que não. Não poço categorizar a afirmação. Mas acredito que não, uma vez que nas nossas reuniões não são abordados esses aspectos. Poço é afirmar sem categorizar um ou outro professor tem este controlo como é óbvio, o docente tem outro controlo do estudante, para que saiba dar conta, Mas este controlo não é exercido ao nível do DEI.**
- 17. Promove o trabalho cooperativo e o planeamento conjunto entre os professores que leccionam a mesma disciplina e ano de escolaridade? Em caso afirmativo, como se operacionaliza? R - Também pela experiência de um ano académico, tenho quase a certeza que isto não é feito.**

18. Costuma apoiar os professores novos ou com dificuldades? Como? **R - Esse espaço tem vindo a ser feito, partindo da necessidade para se dar corpo a orientação da Reitoria sobre a uniformização dos planos curriculares, os planos temáticos e curriculares. Portanto, os DEI são orientados que os professores que dão a mesma cadeira sentassem e fizessem os acertos para termos um programa temático uniformizado. Portanto, também esses encontros ocorrem na altura de elaboração de provas sobretudo semestrais.**
19. Como se realiza o diagnóstico das necessidades de formação científica e pedagógica dos professores do Departamento? **R - Portanto, tal como disse atrás, pela experiencia é uma matéria nova à nossa direcção. De uma forma geral podíamos dizer que o diagnostico, quase não se faz necessário, basta olhar para a realidade, para os nossos documentos, que são fundamentalmente, que são maioritariamente com grau de licenciado. Tendo concluído o seu curso superior, começam a dar aulas e é uma situação dominante, geral e creio que é de toda a Universidade. E para este caso julgo, que a formação pedagógica para todos é um imperativo para todos. Precisa-se saber um diagnóstico específico.**
20. Enquanto membro de conselho de direcção, já observou aulas dos professores? Se sim, diga em que contexto isso ocorreu? Considera essa tarefa importante? Porquê? **R - Na verdade temos estado a organizar visitas pelas salas de aulas, que é um processo não sistematizado, mas planificamos algumas visitas nas salas de aulas, alguns contactos com professores, da assiduidade e eu acredito como na forma de leccionar.**
21. Quais são as competências que seriam valorizadas no perfil de um Coordenador Pedagógico Universitário com a sua implementação na estrutura do DEI? **R- O que deve ser valorizado na primeira instância, não só como coordenador pedagógico, num professor universitário a capacidade de exteriorizar os valores contidos à um técnico superior, e a esse coordenador se calhar, se poderia. Mas de um modo geral, os valores deveriam ser aqueles que portanto são criados num técnico em qualquer instituição de ensino.**
22. Actualmente as estruturas dos DEI não estão consolidadas com uma figura mediadora entre o professor/aluno e a aprendizagem. Como é obtida a informação durante a prática educativa no que concerne: - Ao cumprimento de

programa analítico, A avaliação semestral ou anual do sucesso acadêmico, a superação das dificuldades dos professores nas disciplinas que administram, mediação de conflito aluno/professor e vice-versa. **R - Lamentavelmente, esta tarefa pesa sobre os ombros do chefe de departamento e, ele na medida do possível da articulação, ele realiza esta tarefa, delegando ou não a tarefa do chefe do departamento. Não existe algum específico e com certeza que a nossa realidade temos um departamento vasto que é o departamento de ciências sociais e humanas, onde temos n cursos, e atarefa não tem sido fácil para o chefe de departamento, particularmente este Departamento.**

MUITO OBRIGADO

**ANEXO15- LINHAS MESTRAS PARA MELHORIA DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR
(RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTRO Nº 04/07)**

o **RESOLUÇÃO N.º 4/07 DE 2 DE FEVEREIRO**

Com a aprovação da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, Sobre as Bases do Sistema de Educação e do Decreto-Lei n.º 2/01, de 22 de Junho, que estabelece as normas gerais reguladoras do Subsistema do Ensino Superior, torna-se necessário melhorar a gestão do subsistema por formas a serem corrigidos os pontos de estrangulamento identificados nos domínios de concepção, gestão, financiamento, currículos, corpo docente e do corpo discente;

Convindo estabelecer as linhas orientadoras que visam a promoção da qualidade de ensino e da formação, bem como a normalização do funcionamento e do desenvolvimento das instituições do ensino superior;

Nos termos das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º, do artigo 113.º e da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.º, todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

1.º — São aprovadas as «Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior», anexo à presente resolução e que dela faz parte integrante.

2.º — A presente resolução entra em vigor na data da sua publicação. Vista e aprovada em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 15 de Dezembro de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

▪ **LINHAS MESTRAS PARA A MELHORIA DA GESTÃO DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR**

-
- a) promover uma visão de desenvolvimento do Subsistema de Ensino Superior assente na noção abrangente e funcional de «escola» por forma a encorajar os principais actores a todos os níveis de gestão (onde intervêm instituições de ensino superior, Direcções Provinciais de Educação, Governos Provinciais, Ministério da Educação e outros órgãos do Governo) a serem elaborados na promoção da qualidade nas instituições de ensino superior;
- b) adequar o estatuto orgânico do Ministério da Educação (ver Decreto-Lei n.º 7/03, de 17 de Junho) por forma a reforçar a sua acção numa visão integrada de administração do sistema de educação e a habilitar tanto os serviços já existentes como os novos, cuja criação se julgue pertinente, de competências legais e de meios humanos e materiais qualificados;

- c) remeter para os serviços centrais do Ministério da Educação algumas competências ministeriais até aqui exercidas pela Reitoria da Universidade Agostinho Neto, nomeadamente as referentes à promoção da expansão do ensino superior no País, ao reconhecimento e à concessão de equivalências de estudos feitos no exterior;
-
- d) regulamentar a legislação específica já existente sobre o ensino superior (Decreto n.º 35/01, de 8 de Junho, Sobre os Estatutos das Instituições de Ensino Superior Privado, Decreto-Lei n.º 2/01, de 22 de Junho, Sobre as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior) por forma a assegurar com eficácia o papel reitor do Ministério da Educação enquanto órgão de tutela das instituições de ensino superior;
- e) institucionalizar as condições para a imposição de limites às greves que atentam aos direitos legalmente reconhecidos de outros intervenientes no desenvolvimento das instituições de ensino superior, bem como aos interesses superiores do Estado;
- f) produzir, com base no quadro teórico atrás apresentado e nas lições tiradas até aqui da gestão de instituições de ensino superior público e privado, uma nova legislação que facilite o desenvolvimento sustentado do subsistema de ensino superior em harmonia com o desenvolvimento dos demais subsistemas de ensino e que propicie a promoção do sucesso, da excelência, do mérito e da qualidade tendo em conta o contexto de desenvolvimento nacional;
- g) clarificar as competências dos diferentes intervenientes na gestão do subsistema de ensino superior (como instituições de ensino Superior, Direcções Provinciais de Educação, Governos Provinciais, estruturas centrais do Ministério da Educação e demais órgãos do Governo e parceiros) e nesta base, promover uma melhor articulação das acções no quadro de uma visão de desenvolvimento sustentado do sistema de educação no seu todo;
- h) adoptar plataformas que visam o enquadramento das parcerias em prol do desenvolvimento do ensino superior e sejam estas parcerias estabelecidas com entidades singulares ou colectivas, estatais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, instituições de ensino ou não (por exemplo com os Ministérios, os Governos Provinciais, as empresas, os bancos e outras instituições);
- i) adoptar um quadro de expansão do ensino superior a nível nacional que sirva para absorver toda iniciativa de abertura de novas instituições de ensino superior seja qual for a natureza (estatal ou privada) ou a origem (nacional ou estrangeira) da mesma, sendo para tal importante considerar os instrumentos de planeamento como, por exemplo, o Classificador Nacional e Profissões de Angola, já elaborado conjuntamente pelo Ministério do Planeamento e pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e a Estratégia de Desenvolvimento Nacional até 2025 em elaboração pelo Governo, sob coordenação do Ministério do Planeamento, entre outros;
- j) instituir a aprovação regular pelo Ministério da Educação do plano de desenvolvimento de cada instituição de ensino superior, sendo um a longo prazo (por um período de dois ciclos completos de formação) quando se trata de uma

instituição por criar, um outro a médio prazo (por um período de um ciclo completo de formação) quando se trata de uma instituição já em funcionamento e mais um outro a curto prazo (por um período de dois anos) quando se trata de operacionalizar os dois primeiros planos;

- l) redimensionar a Universidade Agostinho Neto de maneira a conformá-la ao estipulado na Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 13/01 de 31 de Dezembro), prevendo a possibilidade de progressivamente autonomizar algumas das suas unidades orgânicas como institutos superiores e escolas superiores e promover os actuais centros universitários para universidades e os actuais pólos para centros universitários;
- m) definir a situação legal de cada instituição de ensino superior, bem como de cada uma das suas unidades orgânicas e de cada um dos seus cursos após avaliação criteriosa do seu funcionamento e da sua pertinência tendo em conta o contexto de desenvolvimento nacional;
- n) adoptar um sistema sancionatório que tenha em conta a gravidade das transgressões cometidas pelos actores do subsistema de ensino superior, por forma a dissuadir os atropelos à legislação e às normas reguladoras, contemplando penalizações como a admoestação registada, a multa pecuniária que podem ser de percentagens diversas dos valores arrecadados das propinas ao reembolso integral dos mesmos, a suspensão temporária e o impedimento do exercício de actividade no sector e ainda a expulsão do território nacional para os estrangeiros, e em último caso o encerramento da instituição de ensino;
- o) adoptar um sistema criterioso de financiamento que favoreça, por um lado, o desenvolvimento das instituições de ensino superior já existentes, e por outro, a criação de novas instituições do ensino superior por forma a privilegiar as províncias actualmente desprovidas delas, integrando em si mecanismos de prestação de contas, seja ajustada à especificidade da situação financeira devidamente comprovada de cada caso;
- p) adoptar normas curriculares e pedagógicas por forma a assegurar a eficiência, a pertinência e a relevância da formação a ser oferecida por cada instituição de ensino e a promover a busca permanente do sucesso, da excelência, do mérito e da qualidade;
- q) adoptar um sistema de dotação de recursos materiais como bibliografia, laboratórios e outros meios de ensino e equipamentos por forma a apoiar a aplicação dos currículos estabelecidos, a prática do ensino, da investigação científica e da produção de alguns serviços;
- r) adoptar medidas que visam melhorar a articulação entre os diferentes subsistemas de ensino, nomeadamente, nos domínios dos currículos, da organização e gestão, da investigação científica, das práticas metodológicas, etc., promovendo a colaboração entre os respectivos actores educativos e parceiros;
- s) adoptar medidas que visam a promoção de parcerias entre as instituições do ensino superior e o mercado do emprego e as demais instituições da sociedade e ainda entre as instituições do ensino superior e instituições estrangeiras por forma a promover a qualidade dos currículos e da prática do ensino, da investigação científica e da produção de alguns serviços;

- t) adoptar medidas que visam a promoção das condições de trabalho, particularmente, da condição salarial dos docentes, tendo em conta experiências nacionais e estrangeiras julgadas pertinentes e os limites razoáveis que impõem tanto o respeito da lei como as possibilidades que oferecem a situação macroeconómica e o contexto social do País;
- u) adoptar uma estratégia de fortalecimento do corpo docente para o ensino superior que, ao lado das estratégias particulares de cada instituição de ensino, visa a melhoria da qualificação pedagógica e académica, a gestão da carreira, o recrutamento de nacionais e estrangeiros, o aumento dos efectivos nacionais em tempo integral afectos à cada instituição de ensino, a mobilidade entre instituições de ensino e a avaliação de desempenho;
- v) adoptar uma estratégia de formação de especialistas nos domínios da planificação da educação, da estatística da educação, da economia da educação, do desenvolvimento curricular, da medida e avaliação das aprendizagens, da avaliação de sistemas educativos, das metodologias de ensino, das metodologias qualitativa e quantitativa de pesquisa científica, das tecnologias educativas, da educação comparada, da educação à distância, da biblioteconomia, da administração e da gestão universitária;
- x) adoptar e aplicar com o rigor necessário uma estratégia de formação de quadros e técnicos no exterior que sirva prioritariamente de complemento e de reforço da capacidade nacional de formação tendo em conta as características do subsistema do ensino superior do País;
- z) adoptar mecanismos permanentes de monitorização e inspecção do subsistema do ensino superior assentes na recolha e tratamento de informações a partir das instituições de ensino promovendo a busca permanente do sucesso, da excelência, do mérito e da qualidade;
- aa) adoptar um sistema de avaliação (interna e externa) da qualidade das instituições de ensino superior articulada com sistemas específicos de avaliação da qualidade de cada instituição de ensino visando todos os dispositivos educativos como a finalidade da instituição, os perfis de saída, os currículos, o corpo docente, o corpo discente, os recursos financeiros, os recursos materiais, os recursos humanos, o processo de ensino-aprendizagem, a investigação científica, a organização e gestão, etc.;
- bb) adoptar uma estratégia de apoio social aos estudantes, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e de sucesso escolar, tendo como beneficiários privilegiados os mais carentes (pela sua condição sócio-económica), os mais vulneráveis (pela sua condição de portador de deficiência) e os não residentes (provenientes de localidades ou cidades diferentes daquelas onde estão as instituições de ensino que frequentam) e visando ainda promover o civismo, o patriotismo e as actividades extracurriculares tais como a animação cultural, desportiva e outras que concorram, nomeadamente, para a realização das finalidades educativas;
- cc) instituir um sistema de prestação de serviço nacional obrigatório por todo diplomado do ensino superior público que seja igualmente extensivo a todo beneficiário de uma formação superior no exterior à expensas do Estado e, em

alguns casos, a diplomados do ensino superior privado priorizando as regiões mais necessitadas do País.

O Primeiro Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos